



16/Nov./2005

# ÍROHÍN

Brasília, ano X, nº 10,  
abr./mai. 2005



Foto: Folha Imagem

Grupos de extermínio promovem escalada de violência contra negros em todo o país.



Foto: Mara Mércia

Makota Valdina Pinto, Abdias Nascimento e Hilton Cobra: Fórum de Cultura reúne em Salvador religião, arte e política.



Foto: Daniel Cardoso

Fernanda Lopes fala de estratégias de superação do racismo institucional.

**Ninguém segura a Marcha Zumbi dos Palmares +10. Brasília, 16 de novembro de 2005. Pág. 04**

**Projeto de cotas nas federais pronto para votação na Comissão de Educação na Câmara. Pág. 09**

**Companhias negras encenam Genet e Shakespeare, no Rio e em Porto Alegre. Págs. 41 e 42**

E mais:

- Malcolm X, 80 anos;
- Construindo uma Afro-epistemologia;
- Lula na África;
- Racismo na Suíça.





No mês de maio, o combate costuma se acirrar. A presa em disputa é o passado. O conteúdo do passado em disputa é a escravidão e, obviamente, suas implicações políticas, sociais e econômicas no presente.

"Não foram os portugueses que escravizaram os negros", declarou à revista "Veja" o escritor João Ubaldo Ribeiro, com a autoridade de "3 milhões de exemplares vendidos ao longo da carreira" (edição 1905, ano 38, nº 20). O renomado poeta Ferreira Gullar disse o mesmo na "Folha de S. Paulo", muitos outros repetiram por aí a surrada cantilena, uma representação distorcida da realidade histórica bastante conveniente aos interesses daqueles que se beneficiam da opressão racial e da subalternização dos negros.

A primeira vista, pareciam responder ao pedido de "perdão" teatralizado pelo presidente Lula na visita ao Senegal. Mas só aparentemente. Fiquemos com João Ubaldo Ribeiro, considerado por muitos o maior escritor brasileiro vivo. Uma entrevista sua às páginas amarelas da revista "Veja" é, sem dúvida, uma mensagem

propagandística de alta circulação.

Pode-se imaginar quantos educadores assinam a revista, que é a quarta ou quinta em número de exemplares, numa escala mundial. A entrevista do admirado escritor fortalece as razões pelas quais esses educadores devem continuar resistindo à implantação da Lei 10.639, que introduz o ensino de história da África e cultura afro-brasileira nas escolas de primeiro e segundo grau – uma legislação criada exatamente para impedir que se perpetuem no sistema de ensino aberrações como aquelas difundidas por João Ubaldo.

A mistificação ideológica que responsabiliza os negros pela montagem do sistema escravista colonial ajusta-se dramaticamente à ilusão de brancura no plano pessoal. Na mesma entrevista, o escritor mostra-se preocupado em inventar para si mesmo uma tradição genealógica de branquidade e rechaça de forma patética a identidade negra.

O escritor é recorrente nesses delírios, agora pós-éticos. Em 15 de outubro de 1997, ele foi entrevistado por

# Maio: escritores e policiais celebram o mesmo ofício

Beth Néspoli de "O Estado de S. Paulo". O autor acusava então o Movimento Negro de provocar a perda "do país miscigenado mais bem sucedido do mundo". Ele estava muito abalado com o avanço da Consciência Negra, que destruíra aquilo que ele supunha, como obra ideológica, um colosso de consistência. A entrevista era a propósito do lançamento de "O Feitiço da Ilha do Pavão", uma obra medíocre em que homens e mulheres negras se arrastam diante dos desígnios humanizadores de heróicos personagens brancos. No capítulo dedicado ao "Quilombo", seres corrompidos moralmente pregam o culto à pureza racial. Foi a sua resposta ao avanço da Consciência Negra.

Volta e meia ele ataca outra vez, ajudando a desmobilizar vontades, refazendo o passado de modo a bloquear ou desestimular mudanças no presente de nossas desigualdades raciais.

A edição de "Veja" com a entrevista de João Ubaldo começou a circular no mesmo domingo de maio em que Jamys Smith da Silva, 20 anos, negro, foi espancado barbaramente até a morte por dezenas de policiais da Polícia Militar de Londrina.

Foi assassinado em

casa, junto à família, quando comemorava seu aniversário. Os soldados destruíram o som, que os vizinhos disseram que estava muito alto, e trucidaram Jamys, sem piedade.

Os intelectuais vão às revistas e aos jornais negar a história, fazer deboche do recalque da identidade negra e os policiais trucidam as pessoas. Cada um faz a sua parte na obra de extermínio do negro em curso no Brasil.

A Marcha Zumbi dos Palmares, de 1995, era contra o racismo, pela igualdade e a vida. Era pelo direito à vida. Dez anos depois, as ações da polícia e dos grupos de extermínio atingem o povo negro ainda com mais contundência. São jovens, sem antecedentes criminais em sua esmagadora maioria, assassinados em Londrina, em Nova Iguaçu e Queimados, em Recife e Salvador, em São Paulo, em toda parte. Situação que perdura há décadas, e se agrava, sem sensibilizar governos, partidos, intelectuais. Quantos morreram? Quantos ainda precisarão morrer para o Movimento Negro se libertar da tutela dos partidos, das igrejas e das organizações e se permitir reapropriar-se de seu papel de sujeito ativo?

A ausência de um Movimento Negro estruturado nacionalmente, com autonomia e vigor militante, que superasse as ações fragmentadas e dispersas e as cumplidades resignadas, é a maior tragédia da história política do Brasil.

Há sinais de resposta organizada a esse quadro de violência extrema em algumas cidades. Em Salvador (foto), o MNU, o EREGêge e outras organizações lançaram uma campanha para estimular a reação de uma população acuada pelo racismo, pelo desemprego (são 500.000 pessoas desempregadas na Grande Salvador), pela polícia e os grupos de extermínio. Estão dizendo nas ruas, sem rodeios: reaja, ou você morre. Há mais notícias sobre a campanha nesta edição, em que alcançamos a tiragem de oito mil exemplares.

Entidades e militantes do Movimento Negro em todo o país têm sido responsáveis pelo sucesso do Irohìn. Agradecemos, em nome da equipe que faz o jornal, as expressões que nos têm chegado de estímulo e reconhecimento ao esforço de tornar mais visível a luta do povo negro contra o racismo e as desigualdades raciais.

Edson Lopes Cardoso.

## IROHIN

CNPJ: 05.888.358/0001-16

Publicação bimestral. - Tiragem: 8000 exemplares

Comunicação e articulação política a serviço dos afro-brasileiros.

*Irohìn*, uma palavra de língua iorubá, significa "notícia".

**Coordenação editorial:** Edson Lopes Cardoso.

**Equipe Irohìn:** Ana Flávia Magalhães Pinto, Ana Luiza Pinheiro Flauzina, Cláudia Santos, Darlete Arruda Oliveira, Diony Maria (MT5299), Fernanda Felisberto, Lunde Braghini (MT158/93), Mário Theodoro, Regina Adami, Wania Sant'Anna e

Wesley Alcides Lucas.

**Editoração Eletrônica:** Formato 9 produção gráfica Ltda.

**Impressão:** Correio Braziliense.

Site: [www.irohìn.org.br](http://www.irohìn.org.br) (em construção).

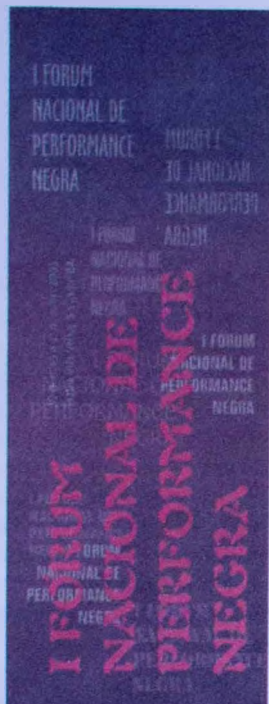
e-mail: [irohìn@terra.com.br](mailto:irohìn@terra.com.br)

**Caixa Postal:** 04372. CEP: 70904-970 - Brasília-DF.

Fone/fax: (61) 447-1729.

**Apoio:** Fundação Ford.





# A força da expressão cênica afro-brasileira

## CARTA DE SALVADOR

O I Fórum Nacional de Performance Negra nasce da compreensão de que é imperativo um teatro e uma dança que expressem o poder e o vigor da criação artística da população negra deste país. Sua realização é um marco no percurso histórico de movimentos significativos das artes performáticas negras brasileiras.

A participação efetiva de 47 grupos e companhias, de pesquisadores e artistas, de todas as regiões do Brasil, evidencia uma realidade ampla e fecunda que se nutre do processo histórico, estético e cultural. Processo este que, hoje, expande sua presença na esfera pública em decorrência das diversas iniciativas dos movimentos de combate ao racismo e à discriminação racial, e de contínua reiteração, em vários âmbitos, da importância das culturas negras.

O I Fórum apontou a diversidade de propostas estéticas que fomentam as atividades e as formas de inserção dos grupos e companhias nas comunidades. Ao mesmo tempo, mostrou que estes compartilham uma série de realizações e valores, comprometidos com uma prática artístico-cultural que, nos seus modos de criação e de reflexão, reafirma a dimensão dinâmica das matrizes afro-brasileiras.

Todos têm em comum a disposição e o empenho de viabilizar manifestações artísticas autônomas. Ou seja, livres das imposições culturais e financeiras que privilegiam ideais e valores eurocêntricos, os

quais tentam negar e restringir o pleno direito de expressão da identidade negra e de nossa cidadania. Por isso, também compartilham as mesmas preocupações em relação a:

- meios e mecanismos de manutenção;
- formulação de linguagens estéticas que confrontem os vários desafios da contemporaneidade;
- formação de intérpretes, técnicos e diretores;
- participação nas instâncias de deliberação de políticas públicas culturais;
- criação de repertório.

O I Fórum concluiu que, para o enfrentamento desses desafios e metas, há a necessidade urgente de estratégias, ações e procedimentos que fortaleçam as atividades dos grupos e companhias, dentre eles:

- a criação de formas permanentes de comunicação e intercâmbio, nacional e internacional, que possibilitem a ampla disseminação de informação e conhecimento;
- a articulação política no enfrentamento conjunto de questões afins;

- a criação de redes de interlocução e de um banco de dados que facilite o trânsito de informações de mútuo interesse, inclusive as relativas aos meios de acesso ao patrocínio e ao fomento públicos e da iniciativa privada.

A concretização dessas metas requer nossa atuação protagonista no debate sobre o papel de instituições como a FUNARTE, a Secretaria de Políticas Culturais, a Secretaria da Identidade e Diversidade

Cultural, o IPHAN e seus correlatos estaduais e municipais. É preciso que esses órgãos, na formulação de políticas, de normas para o fomento e a alocação de recursos, efetivamente, e de forma transparente, contemplem a diversidade das manifestações artísticas existentes no país, entre elas a performance negra. Isso implica na necessidade de também redefinir as funções e atribuições da Fundação Cultural Palmares, explicitando-se seus objetivos específicos e criando os meios para a sua realização.

A natureza das questões a serem enfrentadas e o alcance da atuação mobilizadora da performance levam-nos a propor, como ações imediatas:

- a continuidade do Fórum Nacional de Performance Negra, como um poderoso instrumento de fortalecimento dos grupos, companhias e outros agentes;
- uma ativa participação da comunidade artística negra no processo da Marcha Zumbi + 10, visando denunciar as práticas de extermínio que atingem o povo negro; disseminar nas comunidades as motivações sociais, políticas e econômicas que tornam a Marcha um requisito para a afirmação da singularidade de nossa experiência histórica; e, por fim, comprometer o Estado brasileiro com políticas públicas que assegurem o enfrentamento e resolução dessas questões.

Como no ditado africano, sabemos que o futuro está à nossa frente, mas também pode estar às nossas costas, se dermos a volta. É com essa visão que temos construído a história e é assim que ora damos mais um passo na afirmação de práticas performáticas que incorporam as matrizes afro-brasileiras, fundamentais na formação do Brasil.

Salvador, 1º de junho de 2005  
I FÓRUM NACIONAL DE PERFORMANCE NEGRA



Foto: Mara Mércia





16/Nov./2005

# A Marcha está nas ruas, ninguém segura

A detecção do radar do Ipea e sua análise alcançam as desigualdades raciais e a concentração de negros entre os 53,9 milhões de pobres do Brasil. O Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) é um órgão vinculado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e "fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais".

Devemos excluir dessas ações a preparação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. A LDO que está no Congresso, para orientar a elaboração do Orçamento de 2006, não considera entre suas prioridades e metas o combate às desigualdades raciais, em nenhum dos dezesseis desafios que o governo Lula definiu como "principais compromissos da administração, os quais terão precedência no processo de alocação de recursos na lei orçamentária de 2006".

Diante da realidade crua e nua da LDO, erguida como um crucifixo para espantar vampiros, a retórica governamental que sustenta a realização de conferências para "a promoção da igualdade racial" vira pó. Ou melhor, desmascara sua real intenção de construir um documento de natureza eleitoral, provavelmente uma 2ª edição revista e aumentada do "Brasil sem Racismo", documento inócuo da campanha de 2002.

As "cumplicidades resignadas", falsas lideranças negras submetidas aos órgãos deliberativos supremos dos diretórios, das executivas e dos comitês, sempre centrais e quase vitalícios, fingem ignorar a tramitação da LDO e sua omissão no que diz respeito aos altos níveis de pobreza e exclusão da população negra, apontados pelo Ipea no documento "Radar Social", divulgado no dia 1 de junho.

A Marcha Zumbi + 10 favorece a mobilização da população negra, diretamente interessada em que os recursos do Orçamento



A Marcha Zumbi + 10 em Ituiutaba/MG, dia 18 de abril, uma segunda-feira à tarde, reuniu mais de 300 pessoas

sejam destinados prioritariamente para programas que assegurem a equidade e a superação da pobreza.

A Marcha Zumbi + 10 aponta a urgência de políticas públicas que garantam o acesso a direitos civis, sociais, econômicos e culturais.

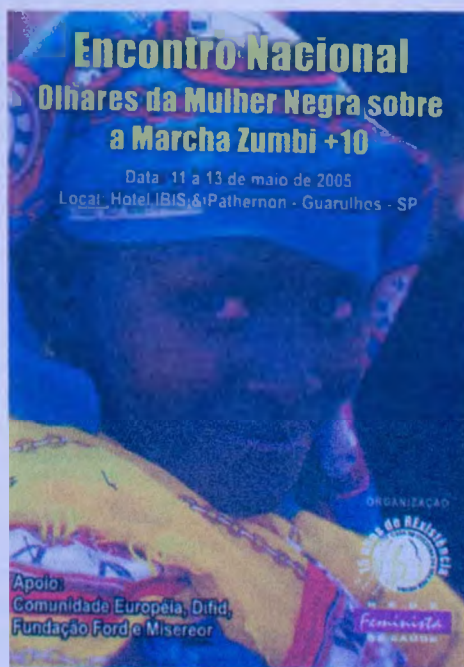
A Marcha Zumbi + 10 reafirma nosso direito à participação política, à liberdade de opinião e expressão e repudia todo tipo de controle partidário.

A Marcha Zumbi + 10 denuncia o extermínio da população negra. Não aceitamos que se possa ignorar indefinidamente na agenda política do país a ação

dos grupos de extermínio e o clamor de mães que reclamam por justiça.

A Marcha Zumbi + 10 é pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que o governo federal e os partidos políticos adiam, porque não querem enfrentar o racismo e todos os problemas decorrentes da subcidadania negra, sua pobreza e exclusão social.

A Marcha Zumbi + 10 quer debater a extraordinária perversidade do modelo econômico vigente entre nós, que concentra absurdamente a renda e a riqueza, sem paralelo no mundo. Os negros querem, enfim, dizer o que



entendem por desenvolvimento com inclusão, cidadania, democracia.

As tensões surgidas até agora na construção da Marcha Zumbi + 10, de 16 de novembro de 2005, em Brasília, originam-se em uma vã pretensão de quadros partidários e sindicais, que imaginaram levemente que poderiam controlar o processo de mobilização da população negra atualmente em curso no país.

O campo de intervenção política dessa militância equivocada não é a luta contra o racismo. Sua intervenção política, na verdade, se orienta para o Movimento Negro, de quem esperam sempre obter o consentimento para uma agenda política decidida alhures.

Usam a todo o momento a palavra hegemonia, significando uma necessidade obsessiva de controle do movimento social, que eles entendem deve ser um mero apêndice do partido ou da central sindical.

A luta contra o racismo é, assim, de fachada. O que importa mesmo é o controle das ações do Movimento Negro, a tal hegemonia.

Mas a Marcha está nas ruas, livre e solta. Está nas ruas de Ituiutaba, no Triângulo Mineiro, nas mãos seguras de Luciane, Gilca, Iza, Marivânia, Marta e tantas outras.

As mulheres negras de todo o país que se reuniram em São Paulo, no dia 13 de maio, mobilizadas por Alzira Rufino e Fátima Oliveira, afirmaram que "Estamos na Marcha por nossa própria conta, porque acreditamos num projeto de nação com justiça social, econômica e racial".

Os artistas e diretores negros, reunidos no Fórum de Salvador, decidiram-se por "uma ativa participação" no processo de construção da Marcha Zumbi + 10. A Marcha está nas ruas, ninguém segura.

Edson Lopes Cardoso.





# Anemia Falciforme: estigma de doença de negro, descaso, sofrimento e morte

Diony Maria\*

Nos Estados Unidos e em Cuba, a média de vida das pessoas com Anemia Falciforme é de 56 anos. Em Cuba, não há registros de mortalidade infantil por causa da doença. Na Jamaica, um estudo realizado em 1997, apontou que 80% dos jovens de até 21 anos e doentes falciformes já haviam completado o ensino médio. Nesses países, as políticas públicas eficazes de tratamento da doença tiveram início há quase três décadas.

No Brasil, ainda não foi implantado, de fato, um programa nacional para a Anemia Falciforme. Os dados garimpados por profissionais da área da saúde dedicados ao estudo da doença são dramáticos: as taxas de mortalidade de crianças falcêmicas menores de cinco anos são altíssimas; a expectativa de vida dos doentes oscila de 18 a 21 anos; dos que sobrevivem e heroicamente ultrapassam esta faixa etária, apenas 8,5% conseguem completar o ensino médio.

A Anemia Falciforme é uma doença genética, hereditária e incurável que afeta a hemoglobina fazendo com que os glóbulos vermelhos percam sua elasticidade, tornando-se rígidos e com formato de foice. Dessa maneira, estes glóbulos agregam-se e obstruem a passagem do sangue nos pequenos vasos, causando microenfartos em diferentes partes do corpo. Entre os sinais e sintomas, destacam-se as crises dolorosas nos ossos, músculos e articulações, o cansaço, a icterícia (amarelão) e as úlceras (feridas) nas pernas. Em bebês, pode haver inchaço muito doloroso nas mãos e pés.

Este tipo de anemia incide em

pessoas afro-descendentes não importando se, pela aparência (fenótipo), elas se considerem negras (pretas ou pardas) ou não negras (brancas).

Há anos, o discurso de ativistas da área da saúde, em especial da saúde da população negra, soa como um mantra: a Anemia Falciforme é uma questão de saúde pública. Certamente, os governos que entram e saem já sabem disso. O que prova

Seminário Nacional sobre Anemia Falciforme e lançar oficialmente o Programa de Políticas Nacionais para o Combate à Anemia Falciforme. Participaram deste seminário, entre outros, secretários estaduais e municipais de saúde, representantes do Congresso Nacional (Senado Federal e Câmara dos Deputados), da Assembléia Legislativa (RS), da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, da Sociedade Brasileira de Pe-

bléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, foi lançada em novembro do ano passado, dentro das atividades da Semana da Consciência Negra.

Também em 2004, o Ministério da Saúde organizou várias reuniões em Porto Alegre e convidou profissionais da área da saúde, incluindo médicos hematologistas dos principais hospitais da capital gaúcha, representantes de organizações não governamentais que atuam na área da saúde, portadores de Anemia Falciforme e familiares destes.

Consta na ata da Agafal que o objetivo dessas reuniões era alicerçar projeto piloto do Programa Nacional de Atenção Integral aos Pacientes Portadores de Hemoglobinopatias – Anemia Falciforme e Talassemia, pelo qual os novos casos de Anemia Falciforme seriam tratados nos hemocentros, significando a centralização do atendimento e da distribuição de medicamentos.

Ainda segundo a ata, “o objetivo [do programa] é promover uma mudança na história natural das hemoglobinopatias no Brasil, reduzindo a morbidade em concordância com a portaria do MS 822 de junho de 2001.” O projeto piloto contempla seis capitais do país: Belém, Belo Horizonte, Campo Grande, Porto Alegre, Recife e Salvador.

“A última reunião aconteceu no dia 19 de outubro de 2004. Já se passaram seis meses e nunca mais se ouviu nada sobre o assunto”, sintetiza a diretora da Agafal, Neusa Maria da Rocha Carvalho, que, semanalmente, se reúne com os médicos que também integram



Fotos: Paulo Ricardo

A Associação Gaúcha de Doença Falciforme reúne portadores da anemia falciforme, médicos e familiares numa mesma luta.

que, também neste caso, o racismo anda de mãos dadas com o descaso e a falta de uma efetiva vontade política.

## Programas para inglês ver

Em meados de agosto do ano passado, o ministro da Saúde, Humberto Costa, esteve no Rio Grande do Sul para participar do I

diatria, da Sociedade Brasileira de Hematologia, da Associação Gaúcha de Doença Falciforme (Agafal) e do Ministério Público.

Até agora, o máximo que o evento conseguiu render foi a produção de uma cartilha publicada “para informar a população sobre a Anemia Falciforme”. A cartilha, produzida pela Comissão de Participação Legislativa Popular, da Assem-



a diretoria da Agafal e chefiam o Serviço de Hematologia do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, um dos centros de referência de tratamento de pacientes portadores de Anemia Falciforme no Rio Grande do Sul.

Inusitadamente, até o final do mês de abril, os integrantes da Agafal ainda não haviam sido informados de que o projeto piloto que contempla Porto Alegre foi lançado oficialmente pelo Ministério da Saúde, no último dia 21 de março. Aliás, neste dia, a coordenadora do Programa Nacional de Atenção Integral aos Pacientes Portadores de Hemoglobinopatias – Anemia Falciforme e Talassemia, Joice Aragão, declarou à Agência Brasil: “o projeto tenta levar a questão de uma política de atenção integral ao paciente. Vamos organizar uma rede de assistência para que o atendimento fique mais próximo. Vamos ver o perfil dos funcionários que vão atender esses pacientes, qual atenção deve ser dada a eles. A idéia é a gente trabalhar integralmente com esses pacientes dentro das estruturas locais.”

#### Cinco Maracanãs versus toda a cidade de São Paulo

A apresentação dos números e as comparações concretas dispensam maiores comentários. No final de 2004, relatório divulgado pelo Unaid, programa das Nações Unidas de Combate à AIDS, informou que o Brasil tinha 600 mil pessoas infectadas pelo HIV ou 0,34 da população total do país. Segundo o mesmo relatório, 150 mil portadores do vírus já desenvolveram a doença e estão em tratamento.

Fica mais fácil visualizar o que significam estes números, se levarmos em conta a capacidade oficial e o recorde de público do Maracanã, respectivamente, 122.268 pessoas e 183.341 pessoas (no jogo Brasil 1 x Paraguai 0, em 1969). Os portadores do HIV lotariam cinco Maracanãs, sendo que os doentes que já desenvolveram a doença estariam num número menor do que o recorde de público do estádio. Sem dúvida, um quadro dramático.

A AIDS, como também o câncer, recebem do Ministério da Saúde a classificação de doença com tratamento de alta complexidade.

O que significa, entre outras atenções, o pronto abastecimento do estoque dos medicamentos gratuitos fornecidos pelas farmácias do Sistema Único de Saúde (SUS).

**Onze milhões** – O gene da Anemia Falciforme (HbS) afeta 6% da população brasileira ou pouco mais de 11 milhões de pessoas. (É isso mesmo, onze milhões.) Quando se consideram apenas os negros (pre-



Celina Rosa dos Santos e o professor João Ricardo Friedrich



Fotos: Paulo Ricardo

tos e pardos), esse percentual pode atingir 10% desta população ou pouco mais de oito milhões de pessoas. Assim, na comparação, o HbS corresponderia ao número total da população da cidade de São Paulo ou, se preferir, ao público suficiente para lotar aproximadamente cem (100) Maracanãs.

A diferença fundamental entre o vírus HIV e gene HbS é que o primeiro, sendo um vírus, pode entrar no organismo de qualquer pessoa a qualquer momento. Já o segundo, sendo um gene, só poderá causar efetivamente a doença falciforme se encontrar outro gene igual na concepção. Ou seja, os filhos de uma pessoa que possua um gene normal e outro alterado (Traço Falciforme) com outra pessoa que também possua um gene normal e outro alterado (Traço Falciforme) podem nascer com os dois genes alterados (Anemia Falciforme). Matematicamente, se existem 11 milhões de brasileiros portadores do Traço Falciforme

é bastante provável que muitos deles possam se encontrar e *possam* gerar filhos com Anemia Falciforme. Como não existe no país um rastreamento da incidência do Traço Falciforme, as pessoas só sabem da carga genética quando o traço ou a doença se manifestam.

A Anemia Falciforme é uma doença grave, mas se diagnosticada em tenra idade e tratada corretamente

pode permitir que os doentes tenham um padrão de qualidade de vida razoável. É o que atestam os já citados números dos

te R\$ 2 mil e 600 (dois mil e seiscentos reais). Já a bomba de uso hospitalar custa em torno de R\$ 6 mil (seis mil reais). A vantagem é que esta leva somente uma hora para retirar o excesso de ferro e, evidentemente, poderá ser utilizada por várias pessoas em um mesmo dia.

Para as feridas crônicas, que normalmente aparecem nos tornozelos dos doentes, uma bisnaga com 50 gramas da pomada Irujol custa por volta de R\$ 54,00 e dura somente uma semana. A rede pública fornece a pomada Nebacetin que não faz a limpeza necessária e não é eficaz na cicatrização. Na prática, os postos de saúde costumam disponibilizar somente o curativo Bota de Ulna (feito com óxido de zinco). Os profissionais de saúde dizem que este curativo produz uma melhora, mas está longe de ser o ideal.

Os pacientes ainda precisam tomar diariamente vitaminas do Complexo B. Receber doses de penicilina mensalmente. Vacinar-se regularmente. A Anemia Falciforme ainda não foi incluída pelo Ministério da Saúde do Brasil no rol das doenças de tratamento de alta complexidade.

#### Profissionais de saúde não estão preparados para tratar a doença

“Vamos torcer para que o teu filho se case com uma branca”. Desta forma, há 16 anos, a funcionária pública federal Neusa Maria da Rocha Carvalho, atualmente com 54 anos, recebeu de uma médica geneticista a notícia de que o seu filho mais novo, Filipe, na época com três anos de idade, era portador do Traço Falciforme. Neusa foi encaminhada para a especialista porque Filipe “não queria comer nada, era magrinho e tinha os olhos amarelinhos. O pediatra fazia o exame de sangue normal e dava a anemia convencional. Receitava ferro e, na consulta seguinte, o menino apresentava excesso de ferro. Só quando ele estava com três anos é que o médico encaminhou para fazer o exame da Anemia Falciforme (Eletroforese de Hemoglobinas)”.

Cabe destacar que a insistência da prescrição de ferro pode ser fatal para um portador de anemia

EUA, de Cuba e da Jamaica. Tal tratamento exige uma atenção integral ao paciente durante toda a sua vida, uma vez que toda a saúde fica comprometida.

**Remédios caros** – No Brasil, os preços dos remédios utilizados no tratamento da Anemia Falciforme são proibitivos. Em Porto Alegre, por exemplo, uma caixa com cem comprimidos de Hidroxiuréia dura um mês e custa em torno de R\$ 250,00. (Isso mesmo, duzentos e cinquenta reais). A Hidroxiuréia é fundamental no tratamento porque penetra dentro dos glóbulos vermelhos e consegue amolecer a hemoglobina endurecida.

Uma caixa com dez ampolas de Desferal, que evita o acúmulo de ferro no sangue, sai por R\$ 200. A bomba de infusão de uso caseiro, equipamento que fica acoplado ao corpo do paciente durante aproximadamente oito horas para retirar o excesso de ferro já acumulado no organismo, custa aproximadamen-



falciforme, uma vez que a doença acumula ferro no organismo em níveis que podem ser letais.

Passada a primeira infância, Filipe nunca mais apresentou sintomas relacionados com a Anemia Falciforme. De qualquer forma, até os 15 anos, em 2001, ele tomava duas vezes por dia medicamento contendo um tipo diferenciado de ferro. Neusa, que integra a diretoria da Agafal desde a fundação da entidade, em 1999, conta que atualmente o tratamento para os portadores de Traço Falciforme não utiliza medicamento ou reposição de ferro diferenciado.

**Ignorância** - O comentário – patético – feito pela médica em relação ou futuro conjugal de Filipe aponta uma ignorância sociológica e científica. Considerando-se o alto percentual de miscigenação da população brasileira, torna-se bastante provável que também seja alto o percentual de pessoas portadoras do Traço Falciforme que mesmo “aparentemente” brancas são, de fato, afro-descendentes por serem filhas, netas, bisnetas, tataranetas... de afro-descendentes.

O pior é que tudo leva a crer que a história contada pela mãe de Filipe continua se repetindo hoje. A presidente do Centro de Apoio ao Portador de Anemia Falciforme (CAPAF), Cáren Conceição da Silva Fortunato, comenta, por exemplo, que conheceu recentemente uma mãe loira que recebeu a notícia sobre a doença falciforme de seu filho de quatro anos e loiríssimo, a partir do seguinte comentário, também feito por uma médica branca: o teu marido é negro. Obviamente, os exames nos familiares do menino apontaram que também a mãe loira é portadora do Traço Falcêmico. Caso contrário a combinação genética não resultaria na Anemia Falciforme. O Brasil tem dessas coisas...

**Genocídio** - Se tudo isso não bastasse, em dezembro do ano passado, durante a realização do encontro Lai Lai Apejo III, o diretor da Federação Nacional da Anemia Falciforme (Fenafal), Gilberto Santos, recebeu uma denúncia, via e-mail, de que um secretário de saúde da Bahia “alarmado com o alto índice do Traço Falciforme na população” estaria planejando esterilizar os portadores do traço, como forma

de acabar com a Anemia Falciforme.

Era realmente só o que estava faltando. Qualquer semelhança com o projeto de arianização do começo do século passado não é mera coincidência. Para os seguidores contemporâneos dessa teoria racista e genocida é sempre bom inventar uma nova justificativa para esterilizar mulheres negras e homens negros.

#### **Racismo afasta interesse pela especialização profissional**

“Recentemente [abril de 2005] um jovem [negro] chamou a minha atenção em um congresso de hematologista”. Com esta afirmação o professor de Hematologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) João Ricardo Friedrich, que é branco e pesquisa a Anemia Falciforme há 15 anos, sintetizou mais uma das facetas do racismo brasileiro.

Os médicos brancos, salvo exceções como é o caso de Friedrich e de outros poucos, não se interessam pela Anemia Falciforme. “Eu não conheço nenhum”, respondeu João Ricardo Friedrich, ao ser questionado se conhecia hematologistas e/ou especialistas em Anemia Falciforme brasileiros negros.

“Os meus colegas não querem trabalhar com esta doença porque é doença de negro e vocês só têm o SUS. Eu tento incentivar os meus alunos e eles dizem: ‘O senhor está louco. Eu vou trabalhar para o SUS? O SUS não tem nem tabela de pagamento para a Anemia Falciforme.’ Vocês [os negros] estão morrendo por isso, pela cor da pele”, admitiu outro hematologista famoso em Porto Alegre para a presidente do CAPAF, solicitando para não ser identificado, para não causar constrangimentos.

**Reconhecimento social** - “A doença afeta o negro e o poder de voz e pressão do negro é bastante limitado. Sem dúvida essa matriz sócio-antropológica vai ter impacto no manejo da doença de maneira geral”, tenta justificar o médico João Ricardo Friedrich, admitindo ainda que “o reconhecimento social que a doença traz não é o mesmo obtido em uma cirurgia plástica na Xuxa.”

Informando que nos congressos internacionais a presença de negros é expressiva e que os

hematologistas norte-americanos negros são expoentes internacionais, Friedrich ainda tenta minimizar a perversidade do racismo brasileiro, comentando que “a nova geração de estudantes está mais motivada com a doença”.

Cabe salientar que antes de conversar com o **Irohìn** o hematologista estava orientando uma estudante que escolheu a Anemia Falciforme para realizar o trabalho de conclusão da disciplina Hematologia. Para quem ainda está com dúvidas, a orientanda é negra. Citando (mais uma vez) Steve Biko: “Estamos por nossa própria conta.”

#### **Pioneirismo não rendeu avanços**

“Mas já existe o Teste do Pezinho. O que mais vocês querem?” Os ativistas da causa da Anemia Falciforme comentam que é comum escutar este questionamento nos corredores dos hospitais gaúchos e nos debates sobre o modo de abordagem da doença pelos poderes públicos. No Rio Grande do Sul, a lei que estabelece o rastreamento neonatal da Anemia Falciforme a partir da adição da Eletroforese de Hemoglobina no Teste do Pezinho foi assinada em 8 de dezembro de 1999, um ano e meio antes da portaria 822/01, de junho de 2001, que tornou obrigatório o exame em todo o território nacional. O pioneirismo gaúcho, no entanto, não conseguiu impulsionar pesquisas e provocar avanços no tratamento da doença no estado.

“No Rio Grande do Sul, o Teste do Pezinho está sendo feito corretamente, mas o ponto de partida para o tratamento da Anemia Falciforme é o rastreamento universal em âmbito nacional. Esse procedimento é eficaz porque o universo de genes não vai mudar. Só que não adianta fazer uma campanha de rastreamento se não tivermos centros de tratamento e medicamentos”, explica o hematologista João Friedrich. Segundo ele, após a identificação dos portadores da Anemia Falciforme é necessário um amplo programa que viabilize o tratamento da doença e forneça os medicamentos e as vacinas. “Os doentes devem ser vinculados a centros de tratamento multidisciplinares que ofereçam, por exemplo, atendimen-

to nas áreas de cardiologia, oftalmologia, ortopedia e enfermagem, uma vez que a doença afeta o organismo como um todo”, defende o médico.

**Passagens de ônibus** - Segundo a chefe do Serviço de Hematologia do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Lúcia Silla, existem atualmente no Rio Grande do Sul aproximadamente 400 portadores de Anemia Falciforme em tratamento, 75% destes com idade até 21 anos.

Os médicos reclamam que muitos pacientes simplesmente não comparecem ao tratamento por falta de dinheiro até para pagar a passagem do ônibus urbano. “Em muitos casos, são os médicos que dão as passagens”, confidencia a diretora da Agafal, Neusa Maria, defendendo a concessão de passe livre municipal para os doentes e de um auxílio doença de um salário mínimo (Cabe lembrar que um dos remédios indispensáveis no tratamento custa R\$ 250,00). A hematologista Lúcia Silla também acha fundamental que a Anemia Falciforme passe a constar no SUS como tratamento de alta complexidade, como acontece com a AIDS e o câncer.

#### **Trato com Orixá resulta em centro de apoio**

O ativismo de Cáren Conceição da Silva Fortunato, 43, anos, fundadora e presidente do CAPAF (Centro de Apoio ao Portador de Anemia Falciforme) está fundamentado na religião de matriz africana. “Me deixa criar os meus filhos e em troca eu me comprometo a me dedicar integralmente à causa da Anemia Falciforme.” A partir deste trato, firmado em 1999, com o seu Orixá, Cáren, que estava à beira da morte, retomou a saúde e começou a idealizar o Centro que, no momento, atende regularmente 70 doentes falciformes oriundos de Porto Alegre, de praticamente todos os municípios da região metropolitana e da região Sul do estado, principalmente Pelotas, Rio Grande e Bagé.

Fundado oficialmente em 14 de fevereiro de 2000, o CAPAF oferece aos cadastrados medicamentos, cestas básicas, passagens de ônibus, atendimento psicológico e jurídico. “O atendimento psicológico busca



fortalecer emocionalmente os pacientes e as suas famílias, bem como resgatar a auto-estima. Com o jurídico, nós brigamos na Justiça para obrigar o Estado a pagar medicamentos e tratamentos. Recentemente ganhamos uma ação que pleiteava uma bomba de infusão", comemora Cáren.

**Doações** - Desde abril de 2003, o CAPAF funciona em um amplo espaço, localizado na Zona Norte de Porto Alegre, que pertence ao governo do estado e abriga diversos serviços prestados à população, em áreas como a formação profissional, a saúde, o lazer, o esporte e a cultura, por órgãos governamentais e não governamentais.

Sem precisar se preocupar com a manutenção deste espaço, que é garantida pelo poder público, o CAPAF viabiliza as suas ações fundamentalmente por intermédio da participação da entidade em redes de organizações não governamentais, em especial a rede Parceiros Voluntários. "Os empresários doam diretamente para o Centro. Os remédios são doados por proprietários de farmácias. Também recebemos muitos produtos usados ou novos que vendemos aqui mesmo em bazares populares", conta Cáren.

**"Ao descobrir a gravidade do problema, eu me indignei"**

Figura forte e indispensável em qualquer evento que aborde a Anemia Falciforme em Porto Alegre, quer seja ele promovido pelo Executivo, pelo Legislativo ou por profissionais da área de saúde, Cáren faz questão de deixar claro que "não faz serviço voluntário para nenhum governo. Eles [os governos] gostam de "conceder" coisas, desde que a gente se comprometa a não falar a verdade sobre este ou aquele. E isso eu não aceito".

Solteira, ex-empregada doméstica, nascida na Vila Bom Jesus, uma região pobre da periferia de Porto Alegre, Cáren foi criada pelas tias e primas, já que a mãe morreu de tuberculose quando ela estava com apenas um ano e nove meses. "A minha família sou eu e os meus três filhos (de 20, 14 e 5 anos de idade)", afirma, comentando que os seus dez irmãos de sangue não entendem o porquê da sua opção pelo ativismo social.

Foi em 1997 que ela ouviu falar na Anemia Falciforme pela primeira vez e, segundo conta, ficou

inquieta com a descoberta feita a partir de um folder que falava no trabalho da enfermeira sanitária negra Berenice Kikuchi. (Kikuchi é uma das maiores autoridades brasileiras no estudo da Anemia Falciforme e fundadora da Associação de Anemia Falciforme do Estado de São Paulo.) "Eu ainda não conhecia nenhum portador da doença. Eu não sou portadora, nem ninguém da minha família, mas ao descobrir a gravidade do problema e a maneira como era tratado por conta da discriminação e do preconceito, eu me indignei", lembra.

**Informação** - Nos três anos se-

com uma condição financeira razoável, os hospitais só conseguem oferecer um tratamento atrasado e uma abordagem para as crises de dor que não é mais aceita. Com a Anemia Falciforme não adianta convênio. Pagando ou não, a desinformação dos serviços médicos é igual."

**Histórico mostra resistência à malária**

No livro Anemia Falciforme - Manual Para Agentes de Educação e Saúde, a enfermeira sanitária Berenice Assumpção Kikuchi dá as seguintes informações sobre a origem da doença:

"A alteração genética que de-



Foto: Paulo Ricardo

Neusa Carvalho, Diony Maria e Celina Santos

guintes, Cáren estudou tudo o que pode sobre a doença. Em Porto Alegre, contou com a orientação do médico hematologista Carlo Conchin, que trabalha no Hospital da Criança do Grupo Conceição e atende falcêmicos desde 1964. Ansiosa por mais informações, conseguiu da prefeitura de Osório, município situado no litoral leste gaúcho e que possui um alto percentual de negros na população, uma passagem de ônibus para ir a São Paulo conhecer Berenice Kikuchi pessoalmente. A parceria das duas já rendeu a Cáren a participação em seminário internacional ao lado da enfermeira sanitária.

Foi no tempo em que morou em Osório, de 1997 a 1999, que Cáren teve o primeiro contato cotidiano com uma doente falcêmica, a filha da sua mãe de santo, uma menina que se chama Marla e atualmente está com 16 anos. "O que segura a Marla é exclusivamente a religião. Mesmo

termina a doença Anemia Falciforme é decorrente de uma mutação dos genes (o gene é a estrutura intracelular responsável pelas características hereditárias familiares), ocorrida há milhares de anos, predominantemente no continente africano, onde aconteceram três mutações independentes, atingindo os povos do grupo linguístico Bantu e grupos étnicos do Benin e Senegal.

Vários pesquisadores associam a mutação genética enquanto resposta do organismo à agressão sobre os glóbulos vermelhos causada pelo Plasmodium falciparum, agente etiológico da malária. Esta hipótese é sustentada pelo fato de que, milenarmente, a prevalência da malária é alta nessas regiões, e porque os portadores do traço falciforme apresentam resistência à malária.

Com a emigração compulsória dos povos africanos, pela existência do escravismo na América e pelos recentes processos de emigração

da África, o gene é difundido para todos os continentes, constituindo-se na atualidade, a doença genética predominante no Brasil e no mundo (grifo nosso)."

**Procedimentos para melhorar a qualidade de vida dos portadores**

Conforme cartilha produzida pela Associação dos Falcêmicos e Talassêmicos do Rio de Janeiro (AFARJ), o portador de Anemia Falciforme deve procurar sempre:

- Beber bastante líquido, principalmente água, em qualquer estação do ano;
- Agasalhar-se bem no inverno ou em tempo úmido, porque o resfriamento do tempo precipita as crises dolorosas;
- Seguir corretamente o tratamento e não faltar às consultas marcadas;
- Usar sempre meias e manter o tornozelo hidratado com creme ou loções hidratantes;
- Comer bastante frutas, legumes e hortaliças, pois os mesmos contêm ácido fólico;
- Estudar e ser uma pessoa instruída, porque a Anemia Falciforme não afeta a inteligência; (A educação formal é importantíssima para que a pessoa possa ingressar no mercado de trabalho em atividades condizentes com as especificidades da doença, aquelas que não requeiram grande esforço físico e nem exponham a temperaturas excessivas. Ou, melhor dizendo, atividades sedentárias, burocráticas ou intelectuais.)
- Procurar ler e aprender sobre a Anemia Falciforme, para que assim possa se ajudar;
- Antes de ter filhos, fazer um exame pré-nupcial que inclua a Eletroforese na Hemoglobina, pois assim ficará sabendo da possibilidade de ter ou não filhos com doença falciforme;
- Ao iniciar uma crise de dor, não perder tempo. Tomar paracetamol e diclofenato se não houver contra-indicações para o uso destes medicamentos. Se não houver melhora após vinte minutos, dirigir-se ao hospital no qual faz tratamento;
- Não fumar, pois o falcêmico já tem diminuição da oxigenação e o cigarro diminuirá ainda mais;

*\*Diony Maria é jornalista e especialista em Antropologia Social (RS)*



Depoimento :

## A gente tem que tirar uma força sei lá de onde e tocar o barco em frente

*"Quando ela tinha três meses, os pés e as mãos inchavam muito, ela não parava de chorar e os médicos já disseram que ela tinha Anemia Falciforme. Quando me falaram da doença eu me desesperei porque eu nunca tinha escutado falar nela e achei que era leucemia e que ela iria morrer. Nesta época, entupiu um vasinho da cabeça e ela ficou mal na UTI do Hospital da PUC durante vários dias. Até os três anos, eles semi-implantaram um cateter no ombro para fazer a transfusão de sangue. Uma vez o cateter provocou uma infecção e ela ficou 40 dias internada. Até os sete anos, ela fazia transfusão de dois em dois meses. Depois eu fiquei sabendo que o tratamento no Hospital de Clínicas de Porto Alegre não utilizava a transfusão e consegui trocar de hospital. Para não fazer transfusão, ela utiliza o Hidroxiuréia 500mg. Dá para pegar no posto. Mas é preciso enfrentar todo mês uma fila horrorosa. Há dez anos, o meu marido conseguiu comprar uma bomba de infusão importada. Na época, custou três mil dólares (aproximadamente oito mil reais na cotação atual). Ele trabalha em uma concessionária de carros e a empresa importou dos EUA pela Good-year. Eles facilitaram a importação, mas ela teve que pagar tudinho. Quando ela tinha dez anos, teve um problema na perna e precisou ficar um tempo na cadeira de rodas. Ferida nas pernas ela nunca teve. Apesar da doença, ela não faltou muito e já está na oitava série. A escola sabe que quando pioram as dores ele vai faltar a aula por alguns dias. Ela também tem sopro no coração, por causa da doença. Comer? Ela come de tudo. Os exames são feitos de três em três meses. Ela sempre aceitou bem a doença. Anda de bicicleta, faz educação física no colégio. Às vezes, eu noto que ela está meio triste, quieta num canto, mas ela tem bastante amigas e fala bastante no telefone. Eu tenho outra filha de 20 anos que não tem nem o Traço Falciforme. O meu marido tem uma tia, irmã da mãe dele, que só descobriu que tinha a doença depois de adulta. Os médicos diziam que as dores que ela sentia era reumatismo. Somente depois da doença da minha filha, eles resolveram investigar as feridas nas pernas dela. Eu trabalhava em um escritório de contabilidade, mas depois que a minha filha ficou doente eu não pude mais trabalhar porque tive que ficar cuidando dela. Antes, no começo, eu era muito revoltada. Mas depois eu comecei a aceitar. O que eu vou fazer? O meu marido sempre reagiu bem. Ele é supercalmo. Eu é que sou nervosa. A filha mais velha ajuda bastante a menor. A gente tem que tirar uma força sei lá de onde e tocar o barco em frente. Brigar para que não falte a medicação. É preciso estar atenta também com os tratamentos que estão sendo feitos nos hospitais. Eles fazem muita transfusão de sangue e utilizam medicação muito pesada nas crises de dor. Agora ela está fazendo umas vacinas. São cinco e cada uma custa cem reais. Ela fez a primeira dose aos 14 anos e vai fazer a segunda agora, aos 15. No hospital, eles disseram que não tem como fornecer gratuitamente. Ela faz os exames e as consultas periódicas de acompanhamento pela Unimed. O meu marido tem 23 anos de casa. Quando as coisas apertam muito, a firma faz vale. A matriz em São Paulo sabe da doença da nossa filha .*

Celina Rosa dos Santos, 41 anos, moradora na região metropolitana de Porto Alegre, na periferia do município de Viamão, no bairro Santa Izabel, é exceção, tem plano de saúde e conta com o apoio do marido para cuidar da filha Joselaine dos Santos, que tem 15 anos e é portadora de Anemia Falciforme.



## Relatório favorável a cotas vai à votação na Comissão de Educação

O deputado Carlos Abicalil (PT/MT) elaborou parecer favorável, em essência, ao projeto de Lei Nº 3627, apresentado pelo Executivo há cerca de um ano, em 28 de abril de 2004, que objetiva a adoção de um sistema especial de reserva de cotas para estudantes que cursaram todo o ensino médio em escolas públicas, com prioridade na ocupação de vagas por estudantes negros e indígenas, na proporção do contingente populacional de cada estado da Federação.

Abicalil votou pela aprovação do PL Nº 3627/04, apensado ao PL Nº 73/99, na forma de um substitutivo, que introduz algumas inovações em relação ao projeto original do Executivo, como a extensão do sistema de cotas às instituições federais de ensino técnico de nível médio; a reserva de cotas por curso e turno; e a estipulação de um escalonamento de tempo para a adoção gradual do sistema. De autoria de Nice Lobão, o PL Nº 73/99 estipula normas para a adoção de um sistema de seleção de alunos por Coeficiente de Rendimento, como alternativa ao vestibular, e foi matreiramente apensado ao projeto de cotas.

A reserva de cotas por curso e turno objetiva que a ocupação de vagas abranja todos os cursos nas proporções devidas e não se restrinja àqueles menos concorridos. A estipulação de um prazo de quatro anos, com implementação de pelo menos 25% das cotas a cada ano, atende a ponderações de que seria impossível a implementação imediata das cotas, nas proporções exigidas, durante o prazo de 245 dias originalmente previsto.

"É interessante ressaltar a racionalidade da proposição, na medida em que estabelece critérios específicos relativos às etnias, com critérios universais de renda", argumenta Abicalil. "O critério de menor poder aquisitivo indicado indiretamente pela permanência no sistema público de ensino é subsidiário ao critério das quotas". Em seu relatório, o deputado enfatiza ainda que "a construção desse projeto de lei contou com a participação das entidades representativas de reitores, docentes, estudantes, além daquelas que desenvolvem cursos preparatórios para vestibulares entre negros e carentes". Tramitando em regime de urgência, após apreciação da Comissão de Educação o projeto irá ao Plenário da Câmara dos Deputados. Vai ser preciso muita pressão.





# Boas intenções, quase nenhuma consequência

Carmen Souza\*

**Governo engatinha na melhoria da assistência à saúde da população negra. Maioria das ações limita-se a seminários, grupos de pesquisa, levantamento de dados e lançamento de pilotos**

O discurso do Ministério da Saúde é vigoroso. Nunca houve um envolvimento tão grande do governo federal em questões voltadas para a saúde da população negra. A prova do fato, garantem eles, é a criação, em fevereiro do ano passado, do Comitê Técnico de Saúde da População Negra, e a assinatura, em agosto do mesmo ano, de um termo de compromisso para a integração do Sistema Único de Saúde (SUS) a políticas de promoção da equidade racial.

Uma análise do documento, no entanto, revela que a boa vontade praticamente não saiu do papel. Ou melhor, saiu das páginas do *Diário Oficial* para seminários, grupos de estudo e congressos espalhados pelo país. Muitos deles presenciados por Alba Figueiroa, secretária-executiva do Comitê Técnico de Saúde da População Negra. Alba garante que a preocupação com a saúde da população negra está "contaminando" secretarias estaduais e municipais de saúde. Mas reconhece que ainda é impossível avaliar o impacto dessas intenções. "Temos muito ainda para avançar. Tudo está sendo articulado. E o ritmo é lento. Não são eventos, são políticas", diz.

O termo de compromisso prevê quatro campos de ação: produção de conhecimento científico, capaci-

tação dos profissionais da saúde, informação da população e atenção à saúde. A função do comitê técnico, segundo Alba, é sensibilizar as secretarias do Ministério da Saúde para que desenvolvam projetos que compartilhem com as intenções do documento. A aceitação das pautas é boa, diz a secretária-executiva. Mas ainda há resistências. "A ideologia da democracia racial no Brasil é muito forte. A intenção é adotar políticas que não sejam discriminatórias e que garantam uma universalização dos serviços de saúde", diz Alba.

No termo de compromisso também são listados os projetos que devem ser implementados pelas secretarias do Ministério da Saúde. As que têm o maior número de incumbência são a Secretaria de Atenção à Saúde e a Secretaria de Vigilância em Saúde. Entre as ações propostas, estão a elaboração de cartilhas, criação de grupos de pesquisa e trabalho sobre a questão da Aids e a população negra, assistência integral aos portadores de anemia falciforme, capacitação de líderes populares, eficiência na vacinação de remanescentes de quilombos.



Alba Figueiroa



Cartilha elaborada pelo Ministério da Saúde busca sensibilizar gestores municipais e estaduais

A maioria dos projetos está na fase de levantamento de dados, articulações de parcerias e implantação de atividades experimentais. A estimativa de Alba é a de que em quatro, cinco anos o resultado desses projetos seja percebido com mais nitidez. "Estamos em uma fase de

construção. As idéias estão pegando fogo. É um momento de discussão e de compromisso. De comprometimento de verbas, de programas", diz.

A secretária acredita, no entanto, que as repercussões serão mais positivas nos lugares em que houver um maior envolvimento dos movimentos civis organizados. Em cidades como Salvador, Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Luís, as parcerias começam a sair do campo das intenções. "Onde há participação de organizações não-governamentais, do Movimento Negro, as coisas estão acontecendo. São Paulo, por exemplo, vai fazer em maio uma conferência estadual de promoção racial em saúde", diz Alba.

#### Programa Nacional de Anemia Falciforme

Boa parte dos projetos atribuídos, no termo de compromisso, à Secretaria de Atenção à Saúde (SAS) está relacionada à assistência aos pacientes com hemoglobinopatias, principalmente os portadores de anemia falciforme. A SAS, que é um órgão interno do Ministério da Saúde, trabalha em um projeto, lançado em março, que funci-

ona como o piloto do Programa Nacional de Anemia Falciforme (PNAF).

Em seis capitais do país (Belém, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre e Campo Grande), foi instalado um programa digital de gerenciamento, chamado Hemovida Ambulatorial, que vai controlar a identificação dos falcêmicos à distribuição dos medicamentos. "Estamos distribuindo antibióticos, ácido fólico, analgésicos, antiinflamatórios. Estamos comprando o filtro de leucócitos e a bomba de infusão de ferro, uma reivindicação antiga do Movimento Negro", diz João Paulo Baccara, coordenador da política nacional de sangue e hemoderivados.

Os planos iniciais eram de que o projeto-piloto fosse finalizado em meados de junho. Mas empecilhos na compra dos filtros de leucócitos devem comprometer o cronograma. "Não importa se vai demorar 90 ou 180 dias. O que importa é que, depois de dez anos, o programa de anemia falciforme está na rua", pondera Baccara. Presidente da Federação Nacional das Associações de Anemia Falciforme (Fenafal), Gilberto dos Santos é mais cauteloso. Ele reconhece que já há um atendimento diferenciado nas cidades em que foi implantado o projeto-piloto. Mas aponta algumas dificuldades. "Em alguns lugares, o cartão



para atendimento nacional no SUS ainda está sendo implantado. Em outros, falta o treinamento ambulatorial", diz.

Gilberto Santos diz que as ações mais concretas estão sendo feitas em Belo Horizonte, onde há, com o apoio da Universidade Federal de Minas Gerais, um centro de capacitação dos profissionais de saúde e de avaliação neonatal. "A políticas para a saúde da população negra vieram tarde, mas vieram. Esse governo está remontando um programa que estava engavetado há quase dez anos. O que vamos exigir é que o projeto-piloto vire realmente uma política nacional", diz o também presidente da Associação de Falcêmicos do Rio de Janeiro.

Segundo Baccara, Rio de Janeiro e Maranhão serão

os próximos estados a serem beneficiados pelo PNAF. A intenção é a de que, em mais um ano, outros seis sejam integrados ao projeto. "Temos um orçamento de R\$ 6,4 milhões para este ano. O dinheiro vai ser muito bem gasto em medicação, insumos, equipamento, capacitação de profissionais", diz. A Fenafal estima que, em todo o país, existam cerca de 8 milhões de portadores de anemia falciforme.

O PNAF e o Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde (PITS) são os únicos com ações voltadas especificamente para a saúde da população negra que têm rubrica no Plano Nacional de Saúde. Portanto, têm um orçamento destinado para a implantação de ações. Em julho do ano passado, num

projeto de finalização do PITS, foi definido, entre outras políticas, o aumento de 50% no repasse de verbas aos municípios com remanescentes de quilombos. Durante a entrevista, Alba recebeu a ligação de um município que ainda não recebeu o benefício. "Existe a intenção política. Mas também existem as limitações", pondera a secretária-executiva.

#### Aids e Imunização

Entre as atribuições da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) previstas no termo de compromisso, três têm caráter prático e amplitude nacional. São elas: a cobertura vacinal de 95% dos quilombos, o lançamento do programa Afroatidade e a instituição de um grupo de trabalho sobre a relação entre a Aids e a população

negra. O Afroatidade, que consiste na concessão de bolsas de estudo para universitários cotistas interessados em estudar a Aids, está sendo desenvolvido em dez universidades. Cada estudante recebe R\$ 241,51 mensais pela dedicação aos trabalhos de pesquisa.

Com início das atividades previsto para 2005, o grupo de trabalho Aids e população negra continua no papel. Segundo a assessora da SVS, a ação deve ser lançada ainda em maio, num pacote de projeto de combate ao racismo que será assinado pelo Ministério da Educação, o Ministério da Saúde e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

Já a estratégia de imu-

nização dos quilombos esbarra na falta de dados sobre o perfil das comunidades quilombolas. "A meta de atingir 95% de cobertura vacinal é para todo o Brasil, inclusive nos quilombos. A dificuldade é separar os negros, os não-negros, os remanescentes, a abrangência dos quilombos", diz Luiza de Marilac, coordenadora-geral do Programa Nacional de Imunização. Em março, a SVS iniciou um projeto no Rio das Rãs, na Bahia, que consiste na capacitação dos profissionais da saúde e na sensibilização das comunidades quilombolas para a ações de promoção da saúde. Até o final do ano, serão implantados projetos em Alagoas, Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro, Goiás e Mato Grosso.

\*Jornalista (DF)

Fotos: Daniel Cardoso



Fernanda Lopes e Juliana Cezar Nunes\*

Uma das faces mais assustadoras do preconceito racial está justamente em um local criado para salvar vidas ou aliviar sofrimentos. No Brasil, os hospitais perpetuam a discriminação. O Sistema Único de Saúde (SUS) ainda não encontrou o caminho da igualdade racial. E é com a ajuda de profissionais como a bióloga e doutora em Saúde Pública Fernanda Lopes que ele começa a engatinhar. À frente do Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), ela dialoga tanto

com executivos do Ministério da Saúde, quanto com médicos e enfermeiros que atuam na ponta do sistema. Em entrevista ao *Ìrohìn*, Fernanda conta um pouco do trabalho que desenvolve.

**ÌROHÌN** – Qual é o campo de atuação do Programa de Combate ao Racismo Institucional?

**FERNANDA LOPES** – O Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) visa elaborar com governos e sociedade civil

estratégias de superação do racismo institucional. Na saúde, trabalhamos com dois componentes. Um deles no âmbito do Ministério da Saúde, abrindo espaço para a criação de políticas públicas em seminários, conferências e encontros de trabalho. O outro, no âmbito municipal, promovendo oficinas e apoio técnico, especialmente nos estados da região Nordeste.

**ÌROHÌN** – Quais órgãos dão suporte ao programa? Existem recursos envolvi-

dos? Há algum cronograma a ser cumprido?

**FERNANDA LOPES** – O PCRI é resultado de uma parceria entre a Agência de Cooperação Técnica do Ministério Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID), Ministério da Saúde, Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (Seppir), Ministério Público Federal (MPF), Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Financeiramente, contamos

com cerca de 350 mil libras repassados pelo governo britânico para utilização de forma estratégica. Iniciamos os trabalhos em 2002 com as Organizações Não-Governamentais (ONGs), mas oficializamos o programa em 2004. Estão previstas atividades até 2006.

**ÌROHÌN** – Quais são as estratégias usadas pelo programa para combater o racismo institucional no âmbito da saúde?

**FERNANDA LOPES** – O primeiro passo é incen-

## Estratégias de superação do racismo institucional



tivar os gestores e profissionais de saúde a reconhecer que o racismo é um fator determinante no perfil da saúde. Para isso, é necessário apresentar e compilar dados. Fazer um diagnóstico mínimo do problema. E, a partir desse diagnóstico, elaborar estratégias para resolvê-lo. Ainda existe um silêncio frente às desigualdades. A maioria dos profissionais de saúde, conscientemente, é contrária aos atos discriminatórios. Mas pelo silêncio, ausência de sensibilidade, permite que eles se perpetuem.

**ÏROHÏN** - De que forma o preconceito racial se expressa nas instituições de saúde?

**FERNANDA LOPES** - São várias as barreiras para a população negra em um hospital. Basta pensar como somos tratados antes de chegar ao balcão. Como é o tratamento dispensado pelo guarda e pela recepcionista ao paciente negro? Existe, sim, uma seqüência de atos discriminatórios explícitos. Há ainda os atos implícitos de preconceito. Em um dos estudos que fiz, ficou claro que as mulheres portadoras do vírus HIV tinham mais dificuldade para entender o que os médicos diziam sobre o tratamento, utilização de preservativo e amamentação. Mesmo em mulheres com escolaridade e renda semelhantes, foi possível verificar isso.

**ÏROHÏN** - Existe uma indisposição dos médicos com os pacientes negros?

**FERNANDA LOPES** - Na verdade, existe um pré-julgamento em relação ao grupo. Os profissionais são socializados acreditando que para alguns não faz di-

ferença o padrão de tratamento oferecido. É uma lógica racista que naturaliza as desigualdades. Os pacientes negros têm mais dificuldade de acesso ao serviço, às tecnologias. As causas definidoras de morte não estão expressas nos prontuários e atestados de óbito.

Os profissionais de saúde não são formados para abordar questões raciais e sociais. Desconsideram que aquele paciente está em um contexto de desigualdade, negação de direitos. Por tudo isso, é bem mais lenta a redução da mortalidade infantil e o aumento da expectativa de vida da população negra no Brasil.

**ÏROHÏN** - Na esfera governamental, é possível dizer que existem avanços em curso?

**FERNANDA LOPES** - Sim, existem. É um trabalho difícil, a passos lentos. Mas vários compromissos vêm sendo assumidos pelos técnicos e gestores. A sociedade civil está ampliando sua representatividade nos comitês e conselhos. Estamos trabalhando em rede para elaborar padrões de equidade e estratégias, para avaliar os processos e os resultados.

O volume de dados ainda é pequeno, mas já conseguimos avançar em parceria com o PNUD e o IPEA. A próxima publicação importante será editada pelo Ministério da Saúde. Na esfera local, algumas cidades já apresentam avanços significativos. Entre elas, Fortaleza, Recife, São Paulo, Porto Alegre, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro.

Em boa parte desses locais, avançamos com base na atuação do Movimento de Mulheres Negras. Há

mais de 10 anos elas trabalham nessa área. De certa forma, o papel do PCRI tem sido o de aglutinar essas experiências da sociedade civil e estabelecer o diálogo com o poder público. Na ausência do programa, esperamos que a capacidade de progredir esteja instalada.

**ÏROHÏN** - Diante de um sistema de saúde tão complexo quanto o brasileiro, quais devem ser os principais focos de atuação a médio e longo prazo?

**FERNANDA LOPES** - É preciso começar a mudança pelas próprias instituições de ensino, que devem incluir nos currículos a temática da saúde da população negra em cursos técnicos, superiores e de atualização voltados para a formação de profissionais de saúde. Na esfera da gestão pública, é necessário incluir o quesito cor em muitas esferas, inclusive no Programa Saúde da Família. Os agentes comunitários que atuam neste programa devem ser vistos como essenciais no processo.

A maior parte deles têm um vínculo estrito com a comunidade, são interlocutores privilegiados. Eles são capazes de identificar situações de violência, preconceito e desigualdade antes mesmo de o paciente ir ao Posto de Saúde. Com isso, eles podem ajudar a equipe de saúde a construir um suporte adequado para a população negra. São os agentes também que, em um segundo momento, poderão verificar se a mãe entendeu as orientações repassadas pelos médicos. Eles é que vão captar as informações que nem sempre os profissionais de saúde dos hospitais e postos conseguem.



Fotos: Daniel Cardoso





# Controvérsias e importância do quesito cor.

*Relatos de profissionais e mulheres usuárias de serviços públicos de saúde revelam as desvantagens de pretas e pardas no processo saúde-doença.*

*Amália do Nascimento Sacramento\**

No Brasil, o resultado das relações desiguais de raça/cor e de gênero se conjugam para determinar perfis diferenciados de morte e de acesso a bens e serviços entre as próprias mulheres, pois, para citar um exemplo, a mortalidade materna é maior para as mulheres negras quando comparadas às brancas.

Em que pese a importância do registro da cor/raça nos documentos da área da saúde, tendo em vista um redimensionamento do perfil epidemiológico da população, a identificação racial, através do quesito cor, envolve amplo conjunto de opiniões, comportamentos e representações sobre a cor ou raça calçados, de certo modo, na idéia da superioridade racial.

No recente estudo sobre a importância do quesito cor na assistência às mulheres durante o pré-natal, realizado em Salvador/Bahia, foi possível perceber o quanto há, de fato, de estigmas e complexidades no que tange à discussão sobre

a identificação racial.

Os resultados deste estudo mostram representações dicotômicas entre pessoas que se autocalificaram como brancas e as que se autocalificaram como pretas, revelando ser o quesito cor "sem importância" para as brancas, justificando que outras categorias são mais influentes no processo de adoecimento das pessoas, como a classe social, idade e escolaridade; apontam a discriminação e a questão racial como um problema dos negros.

Por outro lado, o quesito cor é representado, pelo grupo de pessoas pretas, como uma questão importante, revelando as vulnerabilidades no processo saúde-doença com desvantagens para as pessoas negras (pretas e pardas). Essa vulnerabilidade é atribuída pelas entrevistadas à existência de doenças genéticas como a anemia falciforme; por não terem direitos efetivados e possuírem dificuldades de acessos aos bens sociais dispo-

níveis; vulnerabilidade acentuada ainda pela intersecção da cor com a classe social e com a maior exposição ao risco de discriminação e tratamento injusto posto pelo racismo individual e institucional.

A identificação da cor é representada ainda, tanto para gestantes quanto para profissionais do estudo, como ofensa, preconceito, discriminação, racismo e novidade, assinalando como é "complicado" a classificação da cor.

Relatos de profissionais de saúde que participaram do estudo indicam não haver diferença no atendimento com base na cor, entretanto, muitos reportaram já ter presenciado práticas discriminatórias e preconceituosas de outro(a)s profissionais, baseados na aparência, explicitando um racismo operando em sua sutileza.

As dificuldades de utilização/implantação do quesito cor por profissionais envolvidos no estudo podem ser inferidas pela representação do racismo como problema do

outro, revelado na expressão "é o próprio negro que se discrimina" e nos relatos que indicam que a cor é sobrepujada pela classe social, escolaridade e idade.

Os relatos dos sujeitos do estudo, apontando o quesito cor como uma questão ainda "complicada", que exige preparo para ser abordada, sinalizam para a importância de ampliação de ações educativas para conscientização e sensibilização da população e, sobretudo, de profissionais da saúde sobre a importância do racismo como categoria estrutural de desigualdade social.

*"Trata-se de reflexão produzida a partir do estudo intitulado "Importância do quesito cor na assistência pré-natal: representações sociais de gestantes e de profissionais", de autoria de Amália do Nascimento Sacramento e orientação da profa. Enilda Rosendo do Nascimento. O estudo foi desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Bahia para obtenção do título de mestra.*

## Mestrado em Direito/UnB

### Primeira mulher negra em 30 anos



Pensilvânia Silva Neves é a primeira mulher negra a receber o título de mestre na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, em 30 anos de existência do programa de pós-graduação. A defesa ocorreu no dia 17 de maio do corrente e era grande a emoção dos parentes, amigos e em especial dos negros e negras presentes que compreendiam a importância daquele momento. Com a dissertação intitulada *Espelho D'água e Visibilidade- A prática dos Direitos Humanos em um contexto de desordem*, a aluna discutiu a possibilidade de efetivação dos direitos humanos numa perspectiva dialógica, movendo-se de um discurso verticalizado para a existência compartilhada. Entende, dessa maneira, que a não concretização desses direitos constitui uma desordem resistida em estratégias que reforçam a homogeneidade das relações e a invisibilidade do outro, marginalizando a diferença.

A banca examinadora composta pelos professores doutores José Geraldo de Sousa Júnior (orientador), Alejandra Leonor Pascual e Carlos Alberto Reis de Paula, aprovou a dissertação por unanimidade, recomendando o texto para publicação. Nos próximos dois anos, essa cena tende a

se repetir com mais frequência, ainda que de maneira tímida. São pelo menos sete alunos e alunas negros que devem defender suas dissertações ainda nesse ano e no ano que vem. Por ora, festejemos a conquista de uma de nós que, mesmo com os percalços que acompanharam sua trajetória acadêmica, rompeu com uma lógica racista de décadas que veda sistematicamente o acesso dos negros a esses espaços privilegiados.



# O dinheiro e a necessária política de **igualdade racial**

Mário Theodoro\*



Temos batido insistentemente na tecla de que os recursos são fundamentais para a consecução das políticas públicas. Sem dinheiro, não há a mobilização da máquina pública. Sem dinheiro, não se montam estruturas administrativas, nem se efetivam ações necessárias ao estabelecimento das grandes políticas e programas. Os maiores estudiosos do Estado Social na Europa defendem a idéia de que a crise que o assola, e que se arrasta por mais de duas décadas, é, em última análise, a crise do chamado regime fiscal; crise do financiamento da política social. Sem dinheiro, não há direito social que resista.

Voltando ao nosso caso, as cifras do orçamento federal destinadas à questão racial são sabidamente irrisórias. Eram algo em torno de R\$ 19 milhões para todo o ano de 2005. Sofreram o contingenciamento, e são agora pouco mais de R\$ 14 milhões, salvo engano. (Face aos reduzidos números, a expressão exata dos valores absolutos, aqui, não é de fato importante.) A verdade é que não há recursos expressivos destinados à questão racial no Brasil. E sem dinheiro, não há retórica que resista.

Mas a luz no fim do túnel, se é que podemos assim designá-la, existe. O Estatuto da Igualdade Raci-

al, em discussão no Congresso Nacional, prevê, entre outros dispositivos, a criação do Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial, que responderia pelo financiamento do grosso da política de igualdade racial. Financiamento que deverá envolver cifras bem maiores do que as atuais. O estabelecimento pela via legal de uma fonte, segura e estável, destinada a garantir a ação governamental na promoção da igualdade racial pode ser uma saída (ou uma luz, para mantermos a imagem inicial). Já vimos esse filme dar resultado em outros domínios da nossa vida pública. As chamadas áreas sociais, nos anos 90, buscaram se proteger da redução de recursos fiscais através da criação de fundos específicos ou, alternativamente, do estabelecimento de mecanismos de vinculação de recursos. Nosso sistema de Saúde, hoje, a despeito de alguns percalços, funciona com um razoável grau de eficiência, cumprindo as funções constitucionalmente estabelecidas de descentralização e universalização. Como integrante da seguridade social, tem assegurados recursos superiores a R\$ 20 bilhões anualmente, para a política de saúde, por via de mecanismo vinculatório. A área do Trabalho e Emprego tem garantida a execução de sua política e

de seus programas pela existência do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), movimentando, a cada ano, um montante que ultrapassa a casa dos R\$ 12 bilhões. Do mesmo modo, a Educação, com o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) e outras vinculações, assistiu a um incremento sem precedentes nos recursos, atingindo hoje um volume anual da ordem de R\$ 18 bilhões. É essa a mesma condição que esperamos se verifique, em curto espaço de tempo, também para as políticas destinadas às questões que envolvem mais diretamente a população negra. A garantia de uma fonte segura de recursos é o passo fundamental para a consolidação de organismos como a Seppir, assim como dos mecanismos de promoção da igualdade racial.

É bom que se diga, entretanto, que a existência do dinheiro não é tudo. Há que se ter também diretrizes de política, programas bem desenhados e ações consentâneas. Sem isso, os recursos se diluem em práticas desarticuladas, por vezes voluntaristas, mas, em geral, inócuas e dispendiosas. Esse é o outro lado da moeda, não menos fundamental. A forjadura de uma Política da igualdade racial, com "P" maiúsculo,

constitui uma espécie de aval para sucesso da ação pública. Há, portanto, algo nessa ação que prescinde da existência de vultosos recursos financeiros.

Num sentido mais amplo, podemos vislumbrar alguns elementos constitutivos de uma Política da igualdade racial, que se impõem mesmo sem a presença do dinheiro. Senão, vejamos: a necessidade de se interpor a questão racial como um elemento balizador da ação pública nas diferentes áreas da ação governamental; o combate ao racismo institucional e a sempre imperiosa luta pela valorização do Negro no serviço público aparecem como ações a serem priorizadas e a custos mínimos. Quando aqui falamos de custos mínimos, convém qualificarmos. Trata-se de custos de ordem financeira, porquanto deverá haver um esforço significativo da parte dos organismos afins (Seppir e Fundação Palmares) no sentido da sensibilização das demais instâncias de governo para a incorporação do vetor racial no rol das políticas públicas.

Também externamente ao Executivo o mesmo desafio se apresenta. Bem sabemos da grande resistência da sociedade brasileira à questão racial. A tradicional negação de sua existência foi substituída pelo silêncio face aos inelutáveis

dados publicados mais recentemente. Escancarar (e atuar sobre) o racismo que grassa em nossa sociedade é tarefa que, muitas vezes, pode ser levada a cabo de forma efetiva sem maiores ônus. Há já experiências notáveis. O papel que o Ministério Público vem exercendo junto a empresas dos mais diversos segmentos é dos mais emblemáticos. O governo poderia seguir esse exemplo, tendo inclusive maior poder de fogo. Questionar as grandes empresas, governamentais ou não, sobre o que elas estão fazendo contra a discriminação racial, atrelar contratos e compras governamentais à adoção de padrões mais igualitários (do ponto de vista racial) de contratação de empregados; montar programas e ações de valorização da população negra; enfim, criativamente, entrar mais de sola na questão. O racismo está aí. A prática racista permeia nosso cotidiano. Via de regra, ninguém é punido, ainda que por vezes sobre para algum argentino...

Enfim, o dinheiro não é tudo, mas ajuda, claro. E muito. Mas o desenho de uma Política é tão importante quanto, ou mais até do que a solução do problema da falta de recursos.

\*Doutor em economia e consultor do Senado Federal.





# Um Fundo para a cidadania

Felisberto A. Damasceno\*

A reforma política é tema atual. Nós tratamos aqui, sob a perspectiva do movimento social, um de seus aspectos, o Fundo Partidário. Criado pela Lei 4.740 de 15 de julho de 1965, o Fundo era composto por recursos oriundos de multas eleitorais, doações privadas, e recursos que a lei definisse. Não havia a previsão de recursos públicos em sua composição. Fonte que passou a constar na Lei n.5.682 de 21 de julho de 1971, que dispôs sobre a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP). E em outras normas que se seguiram até a Lei n. 9.096/95, atual LOPP.

O Fundo Partidário pode ser aplicado na manutenção de sedes e serviços dos partidos, sendo permitido o pagamento de pessoal até o limite de 20% dos recursos recebidos. Pode ainda ser utilizado no alistamento e nas eleições, na fundação de institutos e, sobretudo, é aplicado na propaganda doutrinária e política.

Pela Lei 9.096/95 "as dotações orçamentárias da União que compõem o Fundo serão em valor nunca inferior, cada ano, ao número de eleitores, inscritos em 31 de dezembro do ano anterior ao da proposta orçamentária, multiplicado por trinta e cinco centavos de real, em valores de agosto de 1995". ( art.38, IV).

A partir dessa previsão, os recursos do Fundo deram um salto, em 1994 foram da ordem de **R\$ 729.162,49**, já em 1995 foram de **R\$ 2.298.439,00**, saltando em 1997 para o montante de **R\$ 43.110.375,20**, em 1999 o valor foi de **R\$ 51.486.146,88**; em 2001 chegou ao valor de **R\$ 84.072.116,15**; e em 2004 chegou-se a soma de **R\$ 112.695.092,00**. ( Ver tabela ao lado).

Portanto, em dez anos, as dotações orçamentárias cresceram mais de cem vezes. De posse desses números, indaga-se qual a formação política que os partidos desenvolvem?. Nenhuma, se considerarmos

os programas partidários veiculados pela mídia, que costumam doer nos ossos e na alma. Se é que podemos chamar esses programas de "formação política". O cidadão na maior cara dura se apresenta como político honesto, tocador de obras, protetor dos aposentados e dos velhinhos. Ou seja, uma ofensa à cidadania.

Para o Movimento Negro, a ausência de questões relacionadas ao racismo, à discriminação racial, ao assassinato de jovens negros, ao desemprego e outros temas, nos programas partidários, revela o descompromisso ou a incom-

preensão das organizações partidárias com temas que são urgentes para o movimento social e que não encontram espaço na agenda eleitoral, principal preocupação dos programas veiculados pela mídia.

Embora o racismo e as barreiras raciais afetem praticamente metade da população brasileira, ou mais, dependendo do parâmetro que se leve em conta, contingente que representa os negros e os afro-descendentes. Tem-se, evidentemente, uma causa sem representação, ou de representação bastante limitada, do ponto de vista dos partidos.

Assim, o Fundo Partidário para o Movimento Negro e outros segmentos do movimento social é um vazio. Daí defendermos um fundo composto com recursos públicos para que se faça educação política de verdade, permitindo aprofundar e avançar os temas que realmente importam para o exercício efetivo da cidadania e não propaganda eleitoral rasteira. Postulamos, portanto, a criação de um Fundo para a Cidadania.

\*Felisberto A. Damasceno é advogado e ativista do MN.

DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO PARTIDÁRIO  
Fonte TSE

1994		
Partidos	Dotação orçamentária - valor em real	
PMDB	129.073,93	17,7%
PFL	120.629,38	16,5%
PPR	91.165,88	12,5%
PSDB	66.954,12	9,2%
PP	63.728,29	8,7%
PT	51.210,13	7,0%
PDT	42.054,94	5,8%
PTB	25.036,84	3,4%
PL	17.119,36	2,3%
PC do B	11.913,81	1,6%
PPS	7.982,36	1,1%
Outros	.....	.....
Total:	<b>729.162,40</b>	100%

1995		
Partidos	Dotação orçamentária - valor em real	
PMDB	490.324,02	21,3 %
PFL	358.370,35	14,6 %
PPB	304.115,05	13,2 %
PSDB	318.253,23	13,8 %
PP	42.356,25	1,8 %
PT	273.348,72	11,9 %
PDT	167.235,86	7,3 %
PTB	136.745,91	5,9 %
PL	32.697,76	1,4 %
PSB	33.673,60	1,5 %
PC do B	25.128,26	1,1 %
PPS	8.349,86	0,4 %
Outros	.....	.....
Total:	<b>2.229.439,16</b>	100%

1997		
Partidos	Dotação orçamentária - valor em real	
PMDB	9.535.601,39	22,1 %
PFL	6.532.146,74	15,9 %
PPB	7.695.556,16	17,9 %
PSDB	6.299.386,38	14,6 %
PP	.....	.....
PT	5.575.164,53	12,9 %
PDT	3.276.261,15	7,6 %
PTB	2.541.616,24	5,9 %
PL	375.688,65	0,9 %
PSB	351.383,12	0,8 %
PC do B	254.161,00	0,6 %
PPS	59.716,76	0,1 %
Outros	.....	.....
Total:	<b>43.110.375,20</b>	100%

1999		
Partidos	Dotação orçamentária - valor em real	
PMDB	9.039.753,73	17,58 %
PFL	9.913.150,29	19,28 %
PPB	6.810.844,29	13,25 %
PSDB	10.018.541,56	19,48 %
PP	.....	.....
PT	7.614.223,97	13,67 %
PDT	3.357.383,48	6,53 %
PTB	3.805.500,27	7,40 %
PL	411.425,76	0,80 %
PSB	549.350,27	1,07 %
PC do B	227.868,59	0,44 %
PPS	16.608,40	0,03 %
Outros	.....	.....
Total:	<b>51.486.146,88</b>	100%

2001		
Partidos	Dotação orçamentária - valor em real	
PMDB	14.455.081,44	17,17 %
PFL	16.482.577,28	19,58 %
PPB	10.809.008,75	12,84 %
PSDB	16.706.385,32	19,85 %
PP	.....	.....
PT	12.531.738,74	14,94 %
PDT	5.411.937,01	6,43 %
PTB	5.402.917,24	6,42 %
PL	628.237,41	0,79 %
PSB	916.068,90	1,09 %
PC do B	363.148,55	0,43 %
PPS	14.153,10	0,00 %
Outros	.....	.....
Total:	<b>84.072.116,15</b>	100 %

2004		
Partidos	Dotação orçamentária - valor em real	
PMDB	16.742.921,80	14,86 %
PFL	16.683.723,60	14,08 %
PPB	9.812.616,31	8,71 %
PSDB	17.946.703,09	15,93 %
PP	.....	.....
PT	23.030.514,33	20,44 %
PDT	6.445.256,47	5,72 %
PTB	6.306.638,35	5,60 %
PL	6.437.182,06	5,71 %
PSB	6.636.864,23	5,89 %
PC do B	825.427,88	0,73 %
PPS	1.077.122,95	0,96 %
Outros	.....	.....
Total:	<b>112.493.583,52</b>	100,00%





# Vítimas de violência policial se unem contra impunidade

Sandra Martins\*

A violência que abate parcela significativa das camadas populares, em sua maioria negra, foi alvo de manifestações realizadas no último dia 15 de abril, no centro do Rio de Janeiro. À frente da passeata, uma faixa incitava o público a refletir que qualquer pessoa poderia vir a se transformar em mais um número nas estatísticas oficiais de violência urbana: "Eu sou vítima direta da violência. Quem será o próximo? Você? Espero que não."

O percurso da passeata "Deixe-me identificar?" foi relativamente curto, cerca de 4 km, mas significativo. A concentração foi iniciada no átrio da Igreja da Candelária, palco de chacina que leva seu nome, em que um grupo de policiais encapuzados, em 1993, atirou em mais de 50 meninos que dormiam nas proximidades, sete crianças e um adulto morreram.

Os manifestantes seguiram pela Avenida Rio Branco, uma das principais vias de acesso ao centro da cidade, e encerraram o ato em frente ao Tribunal de Justiça, com a leitura dos nomes das 29 vítimas da chacina de Nova Iguaçu e Queimados, na Baixada Fluminense: a cada nome, uma pessoa – adulto ou criança –, em silêncio, se deitava segurando uma cruz.

Curiosidade, indignação, vergonha, desdém, eram alguns dos sentimentos que transpareciam nos rostos daqueles que obser-

vavam as cenas em que mulheres simples, pobres, de pouca escolaridade gritavam pelo direito à vida, à justiça. Ao invés da apatia, essas mães de vítimas de violência policial estão se organizando na rede de movimentos populares contra a violência, inclusive aquelas que tiveram seus filhos envolvidos com algum ilícito.

Uma dessas iniciativas é a Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, organizadora da passeata. Criada há dois anos, ela é composta por mães das vítimas, familiares e amigos de diversas comunidades, com crescente participação de organizações nacionais e internacionais. A Rede propõe a criação de uma Comissão Independente da Sociedade Civil, formada por organizações de direitos humanos e movimentos sociais, que tenha acesso a todo o processo de investigação e medidas de proteção à testemunha, com a participação e fiscalização de organizações internacionais. A Anistia Internacional, por meio de seu representante, Tim Cahill, encaminhará à Organização das Nações Unidas (ONU) relatório sobre o caso da chacina de Nova Iguaçu e Queimados.

Durante a passeata, foram apresentadas propostas discutidas e elaboradas pelas integrantes da Rede durante o V Fórum Social Municipal, realizado em janeiro deste ano, em Porto Alegre. Uma das propostas é a realização da campanha res-

ponsabilizando o Estado pela violência nas comunidades; criação de redes de apoio jurídico e psicológico a parentes das vítimas; lançamento de uma campanha internacional para que grupos estrangeiros adotem parentes das vítimas da violência.

## Rastro da dor

Entre discursos solidários, mães de vítimas de chacinas e de atos de impunidade relembavam seus dramas, como os de Aldeci Belo. Dulcinéria Pereira da Silva perdeu seus dois filhos, mortos pela Polícia Militar na localidade chamada Chatuba, na favela do Caju. Duas vítimas a PM removeu e encaminhou, já cadáveres, para o Hospital Souza Aguiar. Os outros três, inclusive um menino de 13 anos – Wallace Gonçalves de Miranda, irmão de Elisabete Maria de Souza – foram jogados em um lamaçal nos fundos de uma garagem de uma empresa de ônibus. Elas precisaram unir suas dores e fundar a Associação das Mães do Caju para lutar por justiça. "A PM assumiu a morte de Flávio e de Júlio César (Pereira da Silva, 16 anos, filho de Dulcinéria) levados para o Souza Aguiar, mas como auto de resistência, que eles insistem em dizer que os meninos eram 'fogueteiros' e trabalhavam para o tráfico", acusou Aldeci. "Queremos o exame de balística para anexar ao processo, e há um ano e três meses que

eu procuro, toda a semana, a Delegacia de Homicídios para pegar este resultado, e eles alegam que não está pronto. Eles fazem isso para agente desistir, mas não desisto não. Perdi dois filhos, mas eu vou lutar até o fim".

"Chega de chacina, polícia assassina", clamava Martha Deyle, ao condenar a imagem distorcida que a sociedade tem do negro, pobre e favelado, visto como bandido em potencial. Ela teve seu filho Carlos Magno de Oliveira Nascimento, de 16 anos, brutalmente assassinado em 17 de março de 2003, no Caju. "Dos cinco executados pela PM, exceto meu filho que era estudante e morava na Suíça, todos eram trabalhadores. Não eram bandidos, não. Provamos que os nossos mortos não eram traficantes, não resistiram à abordagem policial, eles foram executados e a polícia criou uma versão fantasiosa para que a truculência e injustiça continuem", afirmou Martha.

Os refrões, "No campo e na cidade, luta contra a impunidade" e "Os ricos querem paz para continuar ricos, nós queremos paz para continuar vivos", revelam a árdua luta da busca de justiça quando vítimas e culpados pertencem a classes sociais diametralmente opostas. Como a situação que envolve Ana Amélia Silva Rocha, desempregada e moradora no bairro do Catiri, em Bangu, na Zona Oeste. Ela teve seu único filho,

Tiago Silva Rocha, de 16 anos, morto em um atropelamento, na Avenida Brasil, no dia 6 de outubro de 2000, causado pelo juiz Paulo Roberto Correa. "Esse juiz, que vai decidir a vida de outras pessoas, atropelou meu filho e fugiu sem prestar socorro à vítima. Por causa do corporativismo da Justiça, o processo contra ele não anda".

## Dados confirmam: pobre, preto, favelado = marginal

A incidência de ocorrências aliada à abundância de dados estatísticos, que se apresentam cada vez mais sombrios, demonstram que a violência penaliza basicamente as populações segregadas, as populações pobres do país. Para Marcelo Freixo, do Centro da Justiça Global, precisamos de uma nova concepção de segurança, na qual se assegurará ao cidadão o direito a casa, ao emprego, ao salário, à saúde, à educação, justamente aquilo que a maioria da população do Rio de Janeiro não tem.

"O medo está afastando as crianças e adolescentes dos projetos sociais, praticamente a única coisa que eles podem ter acesso nas áreas em que moram". O desabafo é do mestre Rastafari, do Projeto Herança Negra, em Manguinhos. Entre os anos de 2002 e 2004, a média de atendimento do projeto era de 180 jovens, que participavam de diversas oficinas, entre elas a de dança afro e capoeira.



Mas este número caiu drasticamente entre os últimos meses do ano passado e início de 2005, atualmente o projeto atende 75 crianças.

As mães têm muito medo de que algo possa acontecer com seus filhos durante o trajeto para o projeto, já que a violência ronda as comunidades: balas perdidas, investidas policiais. "Infelizmente muitos destes responsáveis e mesmo os jovens estão desistindo de ter esperança, não acreditam em uma possível saída, estão imersos na desesperança. Eles não vêem futuro nestas ações, não vêem futuro para eles, por não acreditarem mais na justiça", disse o educador comunitário, acrescentando que, no seu caso, ele busca na disciplina da capoeira o estímulo para resistir à desesperança que ronda as comunidades pobres.

"O único braço do Estado que comparece nas favelas, nas periferias, é a Polícia, preparada para a opressão", disse Freixo. Ele salienta que a truculência e a corrupção têm como consequência manifestações como aquela feita por uma população pobre que se organizou, com mães de crianças mortas pelos policiais, moradores de favelas vindo à praça pública dizendo que querem uma política de segurança. Uma política de segurança para todos, não para alguns".

A mobilização das mães que perderam seus entes é um caminho que deve ser seguido. É um caminho árduo, cheio de perigos, armadilhas e ameaças veladas ou "escrachadas". Este é o dia-a-dia das Mães do Caju, que após participarem da passeata das Mães do Borel organizaram uma semelhante no Caju. A adesão foi grande, mas também a reação foi imediata. Policiais foram vistos arrancando os cartazes que as mu-



Fotos: Ierê Ferreira

lheres colocavam pelas paredes de imóveis da favela chamando os moradores para o protesto. Outro fato interessante, que levanta suspeitas quanto à ameaça velada, diz respeito ao Bazar Bel Luck que Elisabete e Dulcinéria (conhecidas como Bete e Lúcia) montaram em parte da sala que as mães do Caju conseguiram emprestada, para que a venda reverta para a associação.

Segundo Bete, o bazar vivia cheio, já que as mercadorias, geralmente doadas, têm o preço como um excelente atrativo. "Mas, agora não. Tem dia que não aparece ninguém aqui. Ai

eu me dei conta de que esse esvaziamento aconteceu depois que começamos a dar entrevistas falando das barbaridades que os policiais fizeram com nossos meninos e que fazem todo dia".

O corre-corre de Bete, Lúcia, dona Maria Inês e dona Aldeci fizeram com que a Associação de Mães do Caju, que elas criaram para dar conta do andamento dos processos relativos à execução dos cinco jovens pela PM, se tornasse referência na comunidade. Da dor pessoal, elas passaram a ampliar seu campo de visão e começaram a olhar o seu entorno. O quadro não era

#### Delitos praticados por policiais

Posição	Delito	Denúncias
1º	Extorsão / concussão	965
2º	Abuso de autoridade	703
3º	Ameaça	526
4º	Prevaricação	436
5º	Agressão	395
6º	Corrupção passiva	297
7º	Homicídio cometido	217
8º	Tentativa de homicídio	162
9º	Participação em grupo de extermínio	101
10º	Espancamento / tortura	68
11º	Enriquecimento ilícito	66
12º	Quadrilha / bando	63
13º	Tráfico de drogas	63
14º	Roubo ou furto	50
15º	Agiotagem	43

Fonte: Ouvidoria da Polícia/RJ



nada alentador, mas tinham que começar de algum modo.

E começaram na escola que os meninos estudaram, foram convidadas pela direção da escola para fazer um acompanhamento de alunos que apresentavam problemas comportamentais na unidade escolar e em casa. O conhecimento prévio tanto da comunidade como de seu cotidiano e seus signos facilitaram o diálogo entre pais e jovens. Os resultados já começam a apontar, não só com um melhor rendimento da criança, mas, principalmente, com a mudança de atitudes da própria mãe, que muitas vezes batia antes de perguntar a versão da criança – atitude usual da polícia ao entrar em uma comunidade.

Outra conquista importante para as mães vítimas de violência policial que compõem a Rede Contra a Violência foi o apoio recebido de uma organização alemã na produção do vídeo "Entre muros e favelas – violência policial no Rio de Janeiro".

Os amantes de documentários não devem esperar primor técnico, pois seus atores são os mesmos personagens da vida real: mulheres e homens pobres, negros, favelados que falam de suas dores, que mostram a eterna falta a que estão relegados. É um documentário duro.

Apresentado em palestras e oficinas que as mães fazem denunciando a violência policial, o vídeo e camisetas alusivas ao combate à violência são vendidos e o dinheiro é revertido para os familiares das vítimas. O contato com a Rede Contra a Violência pode ser feito por meio do e-mail: deixemeidentificar2003@yahoo.com.br

**Grupo de risco: homem negro, de 15 a 25 anos**

Dos 29 mortos na chacinha da Baixada Flumi-

nense, pelo menos 18 se enquadravam no grupo que registra maior taxa de homicídios. Segundo o Mapa da Violência IV: Os jovens do Brasil, da Unesco, na década de 1993 a 2002 os homicídios cresceram com regularidade de 5,5% ao ano; e estes vitimam fundamentalmente jovens e adultos do sexo masculino (em torno de 93% das vítimas são homens) e de raça negra: que tem uma vitimização 65% superior na população total e 74% superior entre os jovens.

O que é senso comum nas comunidades e que as pesquisas analisam é que faltam investimentos governamentais com políticas sociais destinadas aos jovens. Para Taís Aguiar e Monique Carvalho, da equipe Observatório de Favelas, em geral o jovem é objeto de intervenção e ações instrumentais, descontínuas e fragmentadas. E, principalmente, sobre aqueles mais pobres para o estigma do "potencialmente criminoso" ou "carente" e, portanto, incapaz.

Em 2003, foram registradas as mortes de 1.195 civis em decorrência da ação policial, contra 45 policiais, conforme dados do Centro da Justiça Global. Em 2004, a violência ampliou seus domínios descendo para o "asfalto". O que antes era reservado para as comunidades pobres, favelas e subúrbios, tomou os rumos de bairros nobres da Zona Sul do Rio de Janeiro, como as "guerras" travadas entre Vidigal e Rocinha.

Destes embates surgiu a estratégia de se instalar a Base de Instruções Táticas e policiais do Batalhão de Operações Especiais (Bope) em uma casa no alto do morro, que fora de um traficante. Nem bem se instalaram, uma baixa se fez anunciar: Luiz Paulo Souza Freitas, de 19 anos, morre com um tiro

na cabeça. A versão oficial determinou que fora morto em troca de tiros entre traficantes. Mas a família acusa os policiais de ter executado o rapaz, estudante e trabalhador. Para o presidente da Associação de Moradores da Vila Vidigal, Luiz Carlos da Silva, "o treinamento deles já começou e acharam uma cobaia".

Da Baixada Fluminense vem um alerta às autoridades de segurança do estado: a Operação Navalha na Carne atingiu o "Comando Azul". De janeiro de 2003 a setembro de 2004, foram instaurados 637 inquéritos contra policiais militares, segundo dados da Corregedoria da PM, publicados em "O Globo", de 10.04.05.

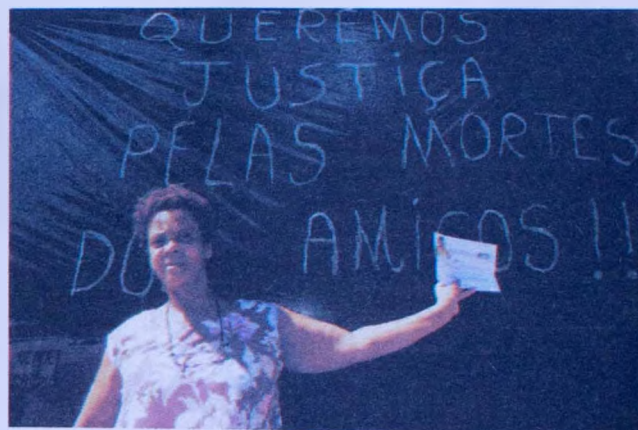
Dos 1.090 processos em tramitação na Auditoria Militar do Rio, 185 tratam de policiais acusados de roubo e outros 70 são contra PMs envolvidos em seqüestro. Para tentar expurgar os "bandidos de farda", a Secretaria de Segurança deflagrou a Operação Navalha na Carne, que prendeu nos últimos três meses 35 policiais comprometidos com roubos.

Dos delitos praticados por policiais, segundo a Ouvidoria da Polícia, os que apresentam maior incidência são os de extorsão e concussão, com 965 denúncias. Participação em grupo de extermínio conta com 101 denúncias.

O revide foi imediato e o recado foi enviado: uma cabeça foi jogada no estacionamento do 15º. BPM (Caxias), o restante do cor-



Fotos: Folha Imagem





po, esfaqueado, foi deixado nos fundos do batalhão, ao lado de outro corpo com a cabeça cortada. A ação filmada confirma a atuação de quatro policiais militares nesse recado macabro. Pouco tempo depois, 31 de março, outro recado: 29 pessoas, entre crianças, adolescentes, homens e uma mulher, foram executados aleatoriamente nos municípios de Nova Iguaçu e Queimados. Seis dias depois, um homem é morto a tiros, de dia, a cem metros da delegacia que investiga o massacre.

De certa forma, parafraseando algumas reflexões de Zuenir Ventura, em artigo no jornal "O Globo", não se pode dizer que o governo do Estado e mesmo o federal não tenham dado resposta rápida a esta chacina da Baixada Fluminense. Providências foram tomadas logo nas primeiras horas, entre elas, a prisão de PMs suspeitos, produção de provas. O secretário de Segurança, Marcelo Itagiba, admitiu logo a participação de policiais no massacre e comprometeu-se a dar continuidade da eliminação da banda podre da polícia.

Esse massacre, infelizmente, deu visibilidade a discussões que já vêm se arrastando há muito tempo: a criminalização da pobreza, a impunidade, as desigualdades sócio-econômicas e raciais, morosidade da Justiça, saneamento na área de segurança pública.

A questão que atormenta a qualquer cidadão no mundo é: Com tantas estatísticas, sabedores de quais são as áreas problemáticas, por que o quadro não muda? Não só aqui no Rio de Janeiro, como em qualquer parte do Brasil?

Segundo Reginete Bispo, ex-diretora do Departamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos, da Secretaria de Justiça e Se-

gurança Pública do Rio Grande do Sul, o sistema de segurança pública, no Brasil, mesmo no Estado democrático e de direito, constitucionalmente está a serviço das instituições e não da cidadania. "As nossas polícias representam e incorporam a um só tempo as ideologias e práticas da sociedade e do Estado escravista, ditatorial e militar. Então as práticas com raras exceções são de controle da sociedade, especialmente dos negros, e não de defesa do cidadão, da cidadania", disse.

"A nossa luta é muito grande, não pára. Arbitrariedades, desrespeito, racismo, impunidade. Agora com mais essa chacina de Nova Iguaçu e Queimados. Felizmente, apesar da dor destas famílias, elas não terão seus filhos tachados como traficantes, fogueiros, como eu e muitas mães, que têm de provar a boa índole de seus mortos", disse Márcia de Oliveira do morro do Gambá, no Lins.

"Rogo a D. Rosinha, não só à governadora do Estado, mas, principalmente, como mãe que diz entender e saber da nossa dor, que escute mais o seu coração de mãe e nos apóie na luta contra a impunidade. Porque é triste ver o nome de seu filho ser arrastado na lama da injúria por agentes de Segurança do Estado, que não têm a mínima condição de exercer esta função, porque ele consegue ser tão ruim ou pior que os piores bandidos. Porque o seu salário é pago com o nosso dinheiro para nos trazer segurança, e não matar nossos filhos e manter sob o controle do medo as comunidades de baixa renda", declarou Márcia.

**Medo de dia, medo de noite: simplesmente medo**

Existem leis que são virtuais: a do silêncio é uma delas. Não existe artigo na legislação, não existe uma

norma de conduta definida por algum estatuto. Simplesmente ela existe. E quem a transgride pagará o seu preço, que pode ser o da própria vida, ou a de seus familiares. A lei do silêncio não é novidade, como novidade não é a manutenção da exclusão sócio-econômico-cultural e racial de parcela significativa da população.

"Lembro que, ainda menina, na favela em que morava, em Manguinhos, à noite, os PMs invadiam nossos barracos e levavam os homens negros amarrados com cordas pelo pescoço e com as mãos para trás. Cenas que um dia eu iria ver nos livros de história do colégio, quando eles falavam de escravidão", lembrou Isabel Cristina, que escutava também as mulheres implorarem por seus homens e serem ameaçadas: "Naquela época, o homem era preso três vezes e fichado por vadiagem e depois pegava cadeia por três anos. Hoje, não. Não tem vadiagem, mas tem plantar drogas e arma na mão do pobre, negro e favelado, para o sujeito ser preso ou morto como traficante".

Esta prática foi denunciada com a foto de Luiz Morier, estampada pela primeira vez na capa do "Jornal do Brasil" de 29.09.1982, que depois correria o mundo. Descontada a corda que caiu em desuso, pelo menos no centro urbano, as outras investidas e desrespeito ao negro favelado continuam.

"Mãe, tá muito quente. Como é que eu vou ficar dentro de casa num calor danado deste. Vou lá pro campinho jogar damas com a galera. Volto a tempo para jantar e ir pro colégio, tá?" Essa fala é hoje uma lembrança boa e ao mesmo dolorida para Márcia de Oliveira da Silva Jacinto, moradora do morro do Gambá, no Lins, que reviu seu filho dois dias depois em uma mesa

de autópsia do Instituto Médico Legal. Causa mortis: ferimento à bala de fuzil no peito, que vazou o pulmão. Autor do crime, o de sempre, para quem vive em comunidade: PMs.

Hanri Silva Gomes de Siqueira, aluno do 1º. ano do 2º. grau, morto com apenas 15 anos em 21.11.2002. Sonhava servir à Marinha de Guerra brasileira. Depois de procurar bater de porta em porta por toda a comunidade, Márcia havia sido avisada que dera entrada no Salgado Filho um corpo vestindo bermudão preto, igual à de seu filho. Mas não era ele, acreditou Márcia, porque constava no registro que o cadáver era de um bandido que morrera em troca de tiros com a polícia e com cerca de 25 anos. "Não vimos, porque esse corpo não tinha nada a ver com meu filho", lembra Márcia.

No dia seguinte, à base de calmantes, ela se dirigiu para o IML, a pedido de seu marido, padrasto de Hanri, que a esperava lá. Aos prantos e quase desmaiando de dor e pelo forte cheiro que exalava nos corredores do IML repleto de macas com cadáveres, Márcia teve que reconhecer o corpo de seu filho, em início de putrefação. Ela pagou R\$ 40,00 para aplicação de formol, para que pudesse dar um último adeus no enterro. Pagou, mas não o viu, pois desmaiou e a imagem que ela guardou foi a que seu inconsciente registrou no IML.

Testemunhas mudas, que ela mesmo levantou, relataram os últimos momentos de sofrimento de Hanri, morto aos 15 anos. Policiais que subiam o alto do morro, por volta das 20h, viram o garoto de bermuda, chinelo e chave na mão. Sabiam que ele não era do "movimento", mas queriam impor respeito aos que eram. Foi levado pelos 9

PMs com toucas ninjas para um local ermo no alto do morro, exigiram "arrego" (algum valor em troca da vida), como ele não tinha, levou um tiro no peito, que varou o pulmão. Dois policiais roubaram um lençol no varal de uma casa. Quando vizinhos foram reclamar, os policiais mandaram que entrassem em suas casas e ficassem quietos. Enrolaram o corpo e colocaram um 38 na mão do garoto, junto com papetes de cocaína.

"Mas como eu não tenho testemunhas que possam falar, já que dos 9 PMs, pelo menos 5 continuam fazendo bandalhas na comunidade e ameaçando os moradores, o processo não está concluído e eu não poderei, por enquanto, botar na cadeia aqueles monstros", afirmou Márcia. - No processo, quando me perguntam porque eu acho que mataram meu filho, eu respondo porque era negro, pobre e favelado. Lá na minha área, eu sou a única mãe que corre atrás, e isso para eles é um espanto, porque nunca havia acontecido isto na comunidade. De uma mãe correr atrás. E a gente sabe que até o dentista em SP era negro e morreu por que era negro, botaram um revólver 38 e ainda quiseram botar a carteira de um suposto assalto no bolso dele".

"Jovens e crianças na comunidade não têm muito o que fazer. O governo tinha que dar mais apoio para as ONGs ou quem quisesse levar mais lazer, trabalho e respeito pro morro". Para Maria de Fátima da Silva, que perdeu sua única filha, a estudante de Economia da Uerj, Jaqueline, de 21 anos, em 19 de junho de 2004, por uma bala perdida na comunidade da Baixa do Sapateiro, em Bonsucesso, as pessoas têm muito medo de deixar seus filhos brincando, mesmo que na porta



de casa. "Você nunca sabe o que pode acontecer: bala perdida, atropelamento, polícia entrando atirando. As crianças não têm opção nem de lazer, nem de trabalho, nem de estudo."

Na Cidade de Deus, na Rocinha, na Vila Ipiranga, no Vidigal, no Caramujo, no Chapadão, no Salgueiro, não importa o lugar, o sentimento é o mesmo: medo dos conflitos que envolvem a população e a polícia, e que atinge ambos os lados.

"A população aparece cobrindo o rosto para a polícia, e o policial, mesmo quando está apenas investigando, aparece também com o rosto coberto, como se fosse marginal, assumindo o papel de bandido", afirmou o rapper MV Bill, que atua na Central Única de Favelas, morador da Cidade de Deus. Mesmo sendo uma pessoa pública, Bill é categórico em dizer que tem muito medo da polícia: - é isso que me mantém vivo. Ou melhor, ele vive em es-

tado de alerta automático.

**Violência: "exterminadores do futuro"**

Longe de ser um filme de ficção científica, a expressão sintetiza a dor da perda de um filho que tinha uma vida a ser construída, sonhos a serem realizados.

Márcia Jacinto, autora desse novo significado para a expressão "exterminadores do futuro", acalentava o sonho ainda infantil de seu caçula Hanri, de 15 anos, de um dia vir a ser jogador de futebol, o sonho acabou com um único tiro de fuzil, numa noite de novembro de 2002.

A estudante Jaqueline da Silva, desde pequena sempre foi muito determinada, quando queria uma coisa lutava para concretizar seus projetos. Aos 21

anos, entre os seus planos estava realizar a festa de casamento, assim que terminasse o curso de Economia na Uerj. Com sólida formação técnica e experiência profissional na área de informática, Jaqueline ampliava sua rede de conhecimentos além das fronteiras da comunidade pobre em que vivia na Baixada do Sapateiro, em Bonsucesso. Em um sábado, à tarde, quando se dirigia para mais um encontro com o grupo de jovens da igreja batista que freqüentava, uma bala perdida interrompeu seu trajeto.

Marcos Vinícius Cipriano, 15 anos, carinhosamente chamado de Pitão. Morador de Queimados, ele sonhava em "colar" os ossos das pessoas, seria um bom

ortopedista. D. Dulce Maria Cipriano, sua mãe, relembra que apesar de 1,87 m de altura, era um "crianção", que vivia atrás do irmão mais velho dizendo-se seu segurança. O seu sonho, que era de toda a família e de amigos, acabou no dia 31 de março, quando ele e mais 28 pessoas foram alvo da loucura de um grupo de policiais sanguinários que promoveram uma noite de terror: a chacina de Nova Iguaçu e Queimados.

Qual a extensão do impacto da morte na vida de familiares e amigos? Incalculável. Em média, morrem todos os dias no Brasil cem pessoas vítimas das armas de fogo. Pais, mães, familiares e amigos tornam-se vítimas também. Elas são atingidas afetivamente, moral-

mente, economicamente, socialmente e psicologicamente.

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o Brasil ocupa o segundo lugar no mundo, dentre os países em que mais se morre e mais se mata com arma de fogo. Gláucio Dillon Soares, pesquisador do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), ao comparar os estudos feitos em alguns países desenvolvidos - nos quais os governos oferecem ajuda financeira às vítimas - constatou que o Estado brasileiro pouco ampara suas vítimas. "O Estado não facilita, ao contrário ele é um empecilho para a problemática de identificar cadáver, enterrar, obter segu-



Fotos: Folha Imagem



ros”, disse, acrescentando que faltam políticas públicas para as vítimas indiretas da violência.

Gustavo Rosa, de apenas 5 anos, é mais um número nestas estatísticas. Morador do morro do Noel Rosa, ele sofre da síndrome do pânico. Garoto esperto e inteligente, Gugu faz acompanhamento psicológico há um ano. Ele mora com seus pais em uma pequena casa confortável, com coisas que toda criança sonha ter: computador, vídeo game, dvd, pilhas de brinquedos. Uma gaiola dourada, como diz a mãe, Rosa, que também faz tratamento psiquiátrico por ser depressiva.

“Eu sonho em sair daqui. Não agüento mais tanto tiro. Não posso levar meu filho na pracinha, na Barão de Drumond, porque já tivemos que nos esconder debaixo dos carros por causa do tiroteio entre traficantes e polícia”, comentou com muito medo a mãe de Gugu. Rosa disse que por morarem perto do trabalho, eles economizam o dinheiro da passagem, que vai para a poupança para um dia realizarem o sonho de comprar uma casa em outro lugar. Eles moram na entrada do morro Noel Rosa, comunidade localizada em Vila Isabel e que se estendeu por cima do túnel que leva o nome do poeta e compositor.

Existem milhares de Rosas e Gustavos nas comunidades pobres, portadores de traumas psicológicos, como a Desordem de Estresse Pós-Trauma (DEPT) e da depressão, que com frequência é uma comorbidade da DEPT, casos estes que na bibliografia internacional estão inclusos os veteranos de guerra, vítimas de estupro ou vítimas de catástrofes naturais, como a dos tsunamis.

Segundo a Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR), ano

passado, quase metade dos 386 pacientes com lesões na coluna atendidos foi atingida por armas de fogo. Como aconteceu com Marco Antônio Cabral, de 34 anos, atingido quando seu sítio em Magé foi assaltado há cerca de dois anos.

“Tinha um restaurante em Botafogo, que já fora assaltado duas vezes, e sonhava com, um dia, poder morar em um sítio, longe dos tiros, da violência. Só que a violência chegou ao sítio antes. Estava fazendo um churrasco com a família e uns amigos, super à vontade, quando dois rapazes invadiram nosso sítio, armados, exigindo dinheiro, jóias e armas. Aproveitando que um dos cachorros conseguiu se soltar e avançava para os marginais, eu e mais dois amigos, com pedaços de paus, corremos para soltar os outros três cachorros e corremos para assustá-los. Os caras durante a fuga começaram a atirar. Eles fugiram e não levaram nada. Eu fui alvejado na coluna, hoje estou paraplégico”, contou Marco Antonio. “Antes que a depressão e o desânimo acabassem com nossa família, além dos gastos com fisioterapia, todos nós, eu, minha mulher e meus três filhos fazemos acompanhamento psicológico”.

A conta médica é praticamente impagável, quando se sabe que, a cada ano, cerca de 150 mil pessoas morrem de forma violenta no país. Aproximadamente, 55 mil dessas vítimas foram alvejadas por armas de fogo. Esses baleados – inclusos os esfaqueados e os atropelados – custam aos cofres públicos cerca de 19 bilhões de reais por ano, valor este que representa 40% de todo o gasto governamental na área da saúde. Esses dados servem também para explicar o caótico atendimento público. No Rio de Janeiro, os gastos com atendimento às vítimas

de violência chegam a 60% do total destinado à pasta da saúde.

#### Conta médica : como pagar?

Ao apresentar a conta médica, o jornalista Luiz Mir mostra também quem são, preferencialmente, esses vitimados do sistema público: os de sempre, pobres, negros, segregados. Homens na faixa de 15 a 25 anos, moradores de bairros periféricos, em sua maioria mortos com tiros nas costas, disparadas por agentes de segurança pública.

Para Luiz Mir, as soluções para esse problema passam pelo controle mais rigoroso das polícias, para que matem menos, e pelo oferecimento de acesso à Justiça às camadas excluídas da população. Mas ele lembra, que o foco central

de qualquer mudança terá que necessariamente passar pela discussão das desigualdades econômicas do país, a redistribuição de renda.

No mesmo tom, Luiz Eduardo Soares, que coordenou o Plano Nacional de Segurança Pública no governo Lula, defende que é possível combater a violência, ou melhor, reduzi-la, com o uso da inteligência e da competência, respeitando os cidadãos. Dessa forma, se estará contribuindo para que os mais pobres exerçam sua liberdade, com menos riscos, e atuem, como cidadãos, politicamente, para acabar com as iniquidades sociais.

“No Brasil, vale o status, a posição hierárquica de cada um e o racismo existe, mas aprendemos que todos são iguais diante de Deus, das leis e das re-

gras do mercado. Por um lado, todos são convidados para a grande festa do consumo; por outro lado, a entrada é vetada para a maioria. Nós estamos criando um barril de pólvora, não um país”;

Luiz Eduardo toma como exemplo as favelas cariocas, cuja população não tem liberdade. “Essa população vive aterrorizada pela tirania do tráfico e do despotismo da polícia. Se acabarmos com isso, estaremos permitindo aos mais pobres a experiência da democracia, que eles ainda não conhecem. Dessa democracia recuperada, renascerá a participação e, como consequência, crescerão as pressões populares conscientes e organizadas contra nosso modelo sócio-econômico iníquo.”



## Opinião

Flávia Oliveira\*

Neste primeiro quarto do século XXI, o Brasil viverá o pico de sua população jovem. Estimativas oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que em 2005 o país terá o maior número já registrado de habitantes de 15 a 24 anos: 35,139 milhões. Um estoque de juventude comparável a toda a população do Estado de São Paulo, o mais povoado da nação.

A simples constatação de tamanha quantidade de jovens, de imediato, é motivo de comemoração. Afinal, poucas nações do mundo podem exibir estatísticas tão promissoras sobre a quantidade de mão-de-obra disponível para seu crescimento econômico de longo prazo. A preocupação viria em seguida, com o país pressionado a produzir educação de qualidade. E mais que isso: gerar postos de trabalho com remuneração digna para esses futuros pais e mães de família.

No entanto, o Brasil do terceiro milênio guarda características medievais, pois sequer tem conseguido manter vivos os seus filhos mais novos. O país, que festeja o êxito das políticas sociais de redução da mortalidade infantil e a melhora na qualidade de vida dos idosos, deve muito à juventude. Ano após ano, nas duas últimas décadas, se acostumou a perder prematuramente tantos meninos, que a expectativa de vida da população como um todo deixou de ganhar dois ou três anos além dos atuais 71,3 anos.

A comparação entre homens e mulheres escancara o drama: elas (75,2 anos) vivem quase oito mais que eles (67,6 anos). Tamanha distância, mais que sugere, ratifica a situação de guerra. E deixa claro a urgência urgentíssima com que o Brasil precisa cuidar de seus meninos. Precisa porque é justo. Precisa porque tantas mortes desrespeitam os direitos humanos. Se os argumentos em defesa da vida não bastam, precisa porque é economicamente estúpido abrir mão de parte da força de trabalho com tamanho descaso.

Precisa porque não se constrói um país assassinando seu futuro.

\* Jornalista





# Sede de entidade negra é invadida pela polícia em Curitiba

*Instituto 21 de Março e entidades da sociedade civil organizada, integrantes do Fórum Popular Sul, defendem, entre outras ações, a criação de um projeto sobre segurança urbana, pautada numa política pedagógica anti-racista e de respeito à diversidade humana.*

Andrea Rosendo\*

Quem controla a Polícia? A sociedade civil. Sim. Para além das Ouvidorias e Corregedorias já instituídas pelo Estado, ela também pode criar mecanismos de controle das Polícias com novos instrumentos, como uma política pedagógica anti-racista e de respeito incondicional à diversidade humana. Esta foi a resposta, em consenso, para a pergunta-tema do Debates Emergentes, um encontro proposto pela Organização não-Governamental (ONG) Instituto 21 de Março – Consciência Negra e Direitos Humanos -, EGBÊ ÒRUN ÀIYE (Associação Afro Brasileira de Estudos Teológicos e Filosóficos das Culturas Negras) e o grupo Hip Hop Consciente, realizado no último dia 29 de abril, no prédio central da Universidade Federal do Paraná (UFPR). O evento, que contou com a participação de estudiosos na área de Segurança Pública e de Direitos Humanos, como o sociólogo Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes – Coordenador do Centro de Estudos de Segurança Pública e Direitos Humanos da UFPR e da Cátedra da Unesco de Cultura da Paz – e do Professor Dr. José Antônio Perez Gediel, coordenador do curso de Direito da UFPR, foi marcado pela reflexão acerca do papel das



*Movimento hip hop é vítima freqüente do racismo policial*

Polícias na sociedade, por conta das violências praticadas contra a população negra e demais grupos socialmente marginalizados.

Curitiba, 7 de abril, quinta-feira, 19 horas. O presidente do Instituto 21 de Março, Ademilson Edson dos Santos, ao chegar à sede da ONG deparou-se com policiais fazendo abordagem em oito jovens afrodescendentes (seis homens e duas mulheres). Estes participavam de uma reunião sobre o Projeto Hip Hop Consciente. O projeto, organizado pelo Instituto, consiste em integrar jovens carentes de Curitiba e região metropolitana.

Após identificar-se, Ademilson dirigiu-se aos policiais indagando sobre o que estava acontecendo. Estes responderam que haviam abordado os jovens por

considerá-los suspeitos. Ademilson disse que não era preciso barrar a entrada, pois ali não havia invasão alguma.

No segundo andar, sala da entidade, ele encontrou mais dois policiais. O Coordenador Pedagógico da ONG, Jayro Pereira de Jesus discutia com os policiais, que estavam acompanhados pelo denunciante, a atitude ilegal, isto é, a invasão da propriedade particular sem mandado judicial. Ademilson questionou qual o critério de suspeição utilizado para justificar a invasão, pois o imóvel tem uma campanha que, invariavelmente, todos têm de acioná-la para serem atendidos.

Enfim, não foi comprovada a invasão, já que o denunciante omitiu o fato, tal-

vez por prever as consequências - inclui-se aí crime por racismo e cumplicidade com as atrocidades da Polícia. O sargento, responsável



aquele "entra e sai" do edifício poderia se tratar de uma tentativa de assalto.

O comportamento estigmatizado desde os tempos da Colônia, passando pela Ditadura e vigente no Estado Democrático de Direito, demonstra a continuidade das barbáries cometidas pela Polícia brasileira contra a população negra e demais grupos marginalizados. A "violência justificada" – praticada por aqueles que perante a lei estão investidos de poder de polícia – ainda é vista pelo Estado como sinal de eficiência.

Baseado nesta história, que exemplifica bem o racismo, e contrariando o comportamento retrógrado dos policiais, foi criado o Ciclo de Debates Emergentes. Seus idealizadores vêem sentido numa segurança pública democrática que respeite, incondicionalmente, os Direitos Humanos, com ênfase numa política anti-racista de formação dos servidores da justiça e da segurança pública.

Afinado com essa idéia de reversão do papel da Instituição Policial, o Fórum Popular Sul de Segurança Urbana e Diversidade - um movimento constituído por entidades sociais representantes dos grupos histórica e socialmente marginaliza-

pelo patrulhamento da área, disse que não iria registrar um boletim de ocorrência (B.O.), solicitado pela ONG, por considerar o fato desnecessário para tal procedimento.

Naquele dia, havia também uma reunião do Fórum Popular Sul de Segurança Urbana e Diversidade.

Ser afro-descendente, independentemente da sua vestimenta, e mais, estar reunido, com mais de um negro entrando num prédio, foram motivos suficientes para policiais se acharem no direito de reprimir a liberdade de ir e vir daqueles jovens. Baseado no depoimento da esposa do denunciante, que disse ter sido assaltada recentemente naquele local, os policiais julgaram que



dos da região Sul - tem como proposta promover a discussão política com todos os segmentos alvos, estabelecendo mecanismo de defesa e proteção às vítimas do racismo e da violência policial.

Uma pesquisa realizada em 2003 pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), com apoio da Fundação Ford, realizada com 2.250 pessoas, na faixa etária entre 15 e 65 anos, demonstrou que o contato entre polícia e população, quando da abordagem policial, acontece fora do contexto da ocorrência criminal, sem informações concretas para fundamentar a suspeita, estando, portanto, mais aberta ao acionamento de estereótipos e preconceitos.

A pesquisa, denominada "Abordagem Policial, Estereótipos Raciais e Percepções da Discriminação na Cidade do Rio de Janeiro", cujo objetivo era conhecer as experiências da população carioca com a polícia em abordagem ou blitz, mostrou que a maioria dos cariocas considera as abordagens seletivas e abertamente discriminatórias. Cerca de 60% acreditam que a Polícia escolhe pela aparência física quem será abordado, incluído aí cor de pele e modo de vestir.

O resultado desta pesquisa, embora aplicada no Rio de Janeiro, traduz a realidade da qual é alvo a população afro-descendente em todo o Brasil. Este contexto é, empiricamente, verificado na capital considerada "modelo" para o País.

A recente visibilidade da população negra em Curitiba e região metropolitana tem produzido inúmeras denúncias de casos de racismo. No entanto, pouquíssimos são os apurados. Os jovens, sobretudo os participantes do movimento hip hop, são cotidianamente e, por várias vezes, alvo das abordagens polici-

ais, por conta, principalmente, da sua afro-descendência e estética. Para o estudante de Ciências Sociais da UFPR, Coordenador do Grupo Hip Hop Consciente e um dos jovens abordados, Renato de Almeida Freitas Junior (21), o critério de suspeição utilizado pelos policiais é expressa racismo e discriminação racial. "É preciso deixar explícito quem e o quê define a ideia do suspeito padrão, pois a suspeita é subjetiva. A abordagem é o momento em que o policial manifesta seu caráter racista", declara.

Ainda para Renato, que disse ter sido abordado incontáveis vezes por policiais, o critério de suspeição está associado à visão de mundo e ao processo de formação para a reprodução da estrutura social racista. "A Organização Policial constitui-se, portanto, numa instituição mantenedora da ideologia racista dominante na sociedade brasileira", sintetiza.

O estudante está movendo uma ação contra o Shopping Curitiba por ter sido barrado na entrada do estabelecimento, juntamente com dois amigos, em outubro passado.

O Instituto 21 de Março vai entrar na Justiça contra esse abuso de autoridade. Fará uma representação pedindo para abrir um procedimento administrativo disciplinar, contra o sargento que recusou fazer o BO e os policiais militares. Ainda este mês, Ademilson e Jayro entrarão com um pedido de indenização por danos morais contra o Estado, responsável pelos atos cometidos por funcionários públicos. Além disto, entrarão também com uma denúncia no Ministério Público Federal.

#### **Sem freios**

Para lembrar que o racismo não parou por aí, cinco dias após o ocorrido, Ademilson, em companhia de dois integrantes do Gru-

po Hip Hop Consciente (Renato e Cleber Menezes Ramos), na noite de 13 de abril, por volta das 22 horas, foi abordado por policiais, entre eles o sargento que recusou registrar B.O da invasão.

O seu carro foi danificado, guinchado e alguns pertences seus ainda lhe foram expropriados. Além disso, ele ficou preso por 10

horas sob a alegação de desacato à autoridade. Foi considerado desacato o simples fato de Ademilson sair em defesa dos seus direitos, e, também, dos direitos daqueles jovens.

#### **Serviço:**

Instituto 21 de Março - Consciência Negra e Direitos Humanos

Rua Emiliano Pernetta, 144, Cj. 22, centro. Curitiba - Paraná - CEP 80010-050  
Telefone: (41) 3029-2130/3015-2103

[www.instituto21demarco.org.br](http://www.instituto21demarco.org.br)

[www.consciencianegra.org.br](http://www.consciencianegra.org.br)

[instituto21demarco@yahoo.com.br](mailto:instituto21demarco@yahoo.com.br)

[hiphopconsciente@yahoo.com.br](mailto:hiphopconsciente@yahoo.com.br)

[egbe@uol.com.br](mailto:egbe@uol.com.br)

\*Jornalista/PR

## **Polícia Militar de Londrina espanca jovem até a morte**

*A recusa em abaixar o volume do aparelho de som em uma festa familiar, entendida como "desacato à autoridade", gera reação truculenta de PMs.*

Em Londrina, interior do Paraná, um jovem cidadão negro de 20 anos, trabalhador e pai de uma criança de seis meses pagou com a vida pelo despreparo das "autoridades" policiais. Na madrugada de 15 de maio, Jamys foi espancado até a morte por policiais militares dentro da casa em que morava, no Jardim Santa Fé, bairro pobre de Londrina. Naquele dia, o carregador de verduras da Central de Abastecimento (Ceasa de Londrina), Jamys, estava comemorando seu aniversário e promoveu uma festa. Por conta do volume alto do aparelho de som, a vizinhança acionou a polícia. Quatro PMs foram à casa de Jamys, mas como este se recusou a diminuir o volume, outros policiais e a Tropa de Choque foram chamados como reforço. Após o confronto, Jamys, que não tinha antecedente criminal, foi colocado desacordado em uma das cerca de sete viaturas que estava no local e levado para atendimento hospitalar.

Segundo depoimentos da mãe de Jamys, Sueli Aparecida de Paula Teodoro, à imprensa, o filho nem chegou a receber atendimento porque havia chegado morto ao pronto-socorro.

O laudo oficial do Instituto Médico Legal (IML) concluiu que a morte do rapaz foi provocada por hemorragia interna, causada por rompimento do fígado, devido aos golpes aplicados pelos policiais envolvidos.

Até o momento, muito pouco foi feito contra os policiais assassinos de Jamys Smith da Silva. O tenente-coronel Manuel da Cruz Neto foi retirado da chefia do 5º Batalhão da Polícia Militar de Londrina pelo governo do Estado após declarar à imprensa que o abuso policial cometido foi "um acidente de trabalho". Cerca de 25 policiais que participaram da operação foram afastados da Polícia Militar e apenas quatro soldados foram identificados por testemunhas. Destes, somente os soldados Juliano Ferraz Dias e Marco Aurélio da Silva Barbosa foram presos.

O Conselho Municipal da Comunidade Negra de Londrina está organizando para o final do mês uma manifestação pública contra as práticas de racismo na cidade. A manifestação vai abordar os casos de abusos policiais praticados contra a população negra e também fazer denúncias contra servidores públicos da área da saúde, acusados de práticas de racismo pela Internet.

O Conselho Permanente de Direitos Humanos do Estado do Paraná também vai se reunir, no dia 30 de maio, com o Secretário Estadual de Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, para tratar dos casos de violência policial ocorridos em Londrina.

#### **Abusos policiais não são uma novidade em Londrina**

Em 15 de novembro do ano passado, o jogador de futebol Rafael Bezerra da Silva, de 18 anos, foi vítima da violência policial. Rafael, que jogava em Portugal, foi assassinado com 14 tiros após ter sido confundido com ladrões. Depois que os verdadeiros criminosos foram encontrados e revelaram aos policiais que o jovem não tinha nada com a história, os policiais tentaram então armar a cena do crime colocando uma pistola na mão do rapaz.

#### **Denúncias de racismo**

De acordo com a presidente do Conselho Municipal da Comunidade Negra de Londrina, Wilma Santos de Oliveira, cerca de 10 médicos e ex-residentes do Hospital Universitário de Londrina podem estar entre os 154 integrantes de uma comunidade no Orkut, site de relacionamentos da rede mundial de computadores, que traz mensagens racistas e pejorativas contra funcionários e pacientes da instituição.

Nas comunidades intituladas "Eu odeio os trolls (funcionários)" e "Não aguento mais o HUNPR (sigla do hospital)" os acusados chamam os servidores de "trolls" (seres repugnantes e comedores de carne humana), macacas de 15 arrobas, orangotangos, "bicha da noite", "traveco" e "prenhas nojentas" (pacientes grávidas) em referência a funcionários e pacientes.





# Salvador: campanha estimula reação ao extermínio

*Como ser Movimento Negro sem reagir à violência racial? Como espelhar-se na saga de Palmares sem protestar contra o aniquilamento da juventude negra? (Ìrohìn, outubro/novembro 2004, p.2)*

\* Fábila Calasans

No dia 12 de abril, a *Campanha Reaja ou será Morta! Reaja ou será Morto!* começou a dar respostas à cidade de Salvador, através de uma articulação de organizações do Movimento Negro, Núcleos Negros Universitários, Sindicatos e Organizações parceiras na luta pelos direitos humanos, a exemplo do GLBTT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transgêneros e Transsexuais.

A proposta da *Campanha Reaja ou será Morta! Reaja ou será Morto!* é mobilizar a população de Salvador para denunciar e exigir o fim do genocídio da comunidade negra no estado da Bahia. Para isto, está agendada para o dia 12 de maio a primeira atividade de mobilização da *Campanha* – a **Vigília pela Vida, contra o Racismo, o Sexismo e a Homofobia**, que acontecerá em frente à Secretaria de Segurança Pública do Estado, com concentração às 21 horas.

A inclusão da *Campanha* na pauta das organizações e das atividades por elas promovidas é uma das estratégias de mobilização para se pensar, articular e agir contra a violência que, em Salvador, tem endereço definido. “Em todo lugar que a gente chega o sofrimento da comunidade negra é o mesmo”, anuncia Lindinalva de Paula, que há 10 anos compõe o quadro de militantes do Movimento Negro Unificado e participa das ações de

mobilização da *Campanha Reaja ou será Morta! Reaja ou será Morto!* nos bairros de Salvador.

**A morte que as estatísticas não revelam**

Mas a dor sentida pelos familiares e amigos não tem registro nos indicadores da violência, que raramente apresentam a identificação racial das vítimas. Mas a cor é a marca que determina quem é o “suspeito”, na avaliação preconceituosa da polícia. É a cor que

permite a Lio Nzumbi dizer que “Desde que pisamos aqui, a violência não é novidade. A gente sabe quem é o alvo da bala perdida”. Lio Nzumbi é integrante da Rede Aiyê – HipHop, do Núcleo de Estudantes Negras e Negros da Universidade Federal da Bahia e acredita que a *Campanha* é a possibilidade de dar uma resposta a este quadro.

A dor sentida pelos familiares e amigos não tem uma visibilidade midiática que leve à comoção popular, à mobilização dos atingidos ou das autoridades governamentais. A banalização da dor vivida pelas pessoas negras é alimentada diariamente pelo descaso do Poder Público que elege quem merece a atenção, o respeito



e a justiça, como ficou explicitado na prontidão do governo federal para solucionar o assassinato da freira Dorothy Stang, no Pará.

A dor é o principal detonador desta *Campanha*. Mas nela também está contido o desafio de mobilizar a reação de uma comunidade que foi desarticulada pelo racismo. Bartira Portinho, terapeuta ocupacional e uma das coordenadoras do Movimento Negro EREGêge, conta que ao entrevistar familiares de pessoas vitimadas pela violência percebe o sentimento de impotência e descrença na mudança. “Sinto falta de um espaço onde as pessoas possam se encontrar, onde possam falar das suas dores,

falar de si e se constituir verdadeiramente em um grupo de ação. O acolhimento dessas dores tem um potencial de mobilização poderoso. Acredito que esta *Campanha* pode ser um detonador destes espaços de revitalização da nossa comunidade, que morre vítima não só da ação do revólver, mas também dos preconceitos veiculados diariamente pela televisão.” Bartira lembra que a violência contra os Terreiros de Candomblé também pode matar, e que esta também deve ser uma violência denunciada pela *Campanha*.

Marta Alencar, educadora do Ceafro – Programa de Extensão da Universidade Federal da Bahia, alertou para a necessidade de considerar as mais diversas faces da violência: a violência física e a violência simbólica. Segundo Marta, que também coordena a Creche Vovô Zezinho, no bairro de Arenoso, na periferia de Salvador, a violência também precisa ser pautada na escola. “As mortes são sempre acompanhadas pelas mortes emocionais de outras pessoas. A gente precisa pautar a dor sentida pelo entorno de quem sofre a violência, por isso ir para as comunidades é tão essencial. Há uma ca-

deia de mortes simbólicas que não aparecem nas estatísticas.”

Essa morte simbólica, a que Marta se refere, está nos olhos de quem tem que conviver com a violência cotidiana. “Olho as pessoas e acho que elas estão meio desanimadas, apáticas e sem esperança. Parece que existe uma estratégia do Estado, uma cultura de aceitação da morte de negros e negras. Assim como existe uma pedagogia de aceitação do racismo. Precisamos convocar toda a sociedade civil, dirigentes da polícia e imprensa.” Essa percepção de Antônio Cosme Onawale, Ogã do Terreiro do Cobre, foi compartilhada em uma das primeiras reuniões da *Campanha* que reuniu cerca de 40 pessoas no Auditório do Ceafro.

**Campanha: uma soma de esforços**

Construída coletivamente em reuniões presenciais e em debates em lista na internet, a *Campanha Reaja ou será Morta! Reaja ou será Morto!* propõe-se a pautar o que não tem destaque na mídia em uma construção que pretende ser mais democrática e participativa possível, afirma Marcus Alessandro, coordenador estadual do Movimento Negro Unificado.

“O que se quer com essa campanha é que a mesma atenção dispensada a Dorothy Stang, seja dada a



um homem negro trabalhador ou a um traficante. Para nós, toda a vida tem o mesmo valor!", declara Hamilton Borges Walê, lembrando que a história do Movimento Negro Unificado sempre foi uma história de reação com inteligência e criatividade ao genocídio da população negra, desde o seu nascimento em 1978, com o chamado "Reaja à violência racial!"

Há 15 anos lutando pela igualdade de direitos dos homossexuais, Renildo Barbosa, do Pro Homo – Associação de Proteção e Defesa dos Direitos dos Homossexuais, acredita que a *Campanha Reaja ou será Morta! Reaja ou será Morto!* pode contribuir para o enfrentamento da homofobia, que é o ódio aos homossexuais. "A cada 2 dias um homossexual é morto, 80% deste número são constituídos por negros. Esta campanha também discute o amor sem nome, por que, ainda hoje, é apenas de 10% a popula-

ção de homossexuais assumidos. Quando a gente inclui nesta Campanha o enfrentamento à homofobia, a adesão aumenta por conta da necessidade de combater outras formas de preconceito que estimulam e reforçam a violência racial."

Renildo avalia que uma das mais importantes perspectivas da Campanha é a possibilidade de unir as bandeiras e as forças para se constituir um Fórum Nacional de Direitos Humanos, onde estejam representadas todas as forças e grupos que lutem pelos direitos humanos. Durante a entrevista, Renildo lembrou ainda da *Campanha Direitos Iguais, nem Menos nem Mais* que também estará realizando ação de mobilização no dia 12 de maio, em frente ao Shopping Iguatemi, espaço onde já foram registradas diversas ações de discriminação contra gays e lésbicas.

Articular a luta dentro da comunidade acadêmica é outro desafio da Campanha. Lio

Nzumbi avalia que entrar na universidade não nos imuniza da violência racial, enquanto negros e negras podemos ser desovados em qualquer esquina. "A dificuldade de articular a universidade é o sentimento construído de que estamos um degrau acima dos outros irmãos. É esta a distância instalada!", afirma.

Para Vilma Reis, "A violência é tratada pela universidade como um tema menor, pelos intelectuais e ativistas brancos. Chegar aos 25 anos em Salvador é sinal de sobrevivência. Sinal de que ultrapassou a linha limite. Esses jovens morrem por conta de sua condição racial. É necessário discutir os diferentes modos de ocupação da cidade de Salvador, onde os de *pele clara* contratam policiais para fazer a vigilância de mercadinhos e estabelecimentos comerciais, é daí que se formam os grupos de extermínio", afirmou Vilma Reis, socióloga e coordenadora do Ceafro, programa da Universidade Federal da Bahia, na primeira reu-

nião da Campanha.

#### Resistir ao extermínio

"Somos sobreviventes.

Esta frase expressa a real dimensão da violência a que estamos submetidos, quando lembro de amigos meus que hoje estão mortos. Esse encontro é um divisor de águas." Cléber Rosa, cientista social e representante do Comitê Pró-Cotas.

Ser um sobrevivente nesta cidade é ser portador de uma grande responsabilidade de luta. As instituições e os movimentos têm procurado criar estratégias de enfrentamento da violência contra a mulher negra, a violência sofrida pelas religiões de matriz africana, a violência contra os homossexuais, o extermínio da juventude negra. E isto é muito bom! Quem pensa, planeja e executa estas ações são também sobreviventes que, como Cleber, acreditam que o futuro precisa ser diferente.

Mas como articular todas estas pautas em uma

construção política que reforce o trabalho realizado individualmente e resulte em garantia de vida para a nossa população?

Alguns desafios estão colocados. Outros virão no caminho. Reconhecer que o Movimento Negro hoje é formado por uma diversidade de organizações é o primeiro passo na constituição de verdadeiras alianças dentro do que já se pode chamar de Movimentos Negros na cidade de Salvador. Reverenciaremos sempre o passado – até por que dele viemos, mas o presente depende de uma reação coletiva que só acontece no reconhecimento de todas as presenças, no reconhecimento e na construção coletiva que exige sempre muita conversa e muita paciência. Mas não temos outra escolha, pois ainda *Estamos por nossa própria conta* (Steve Biko).

\*Jornalista e membro do Ceafro(Ba)



## Ministério Público lança programa inédito de **combate à discriminação** no mercado de trabalho

Iris Cary\*

"Muitos nos acusavam de racistas às avessas, de negros rancorosos quando exigíamos nossos direitos. Agora, quando uma instituição com o peso do Ministério Público se manifesta sobre uma questão como a discriminação no mercado de trabalho, constatamos que o país está realmente se modificando. Vivemos um outro clima: a sociedade e o movimento negro, em especial, demonstram maturidade e capacidade de reação". A avaliação é de um dos principais pensadores e ativistas

brasileiros, o ex-senador Abdias Nascimento. Ele foi um dos quase 200 presentes à solenidade de lançamento do Programa de Promoção da Igualdade e Oportunidade para Todos", realizada em Brasília pela Procuradoria Geral do Trabalho no último dia 11 de abril.

Trata-se de um conjunto de ações estratégicas e continuadas que será adotado pelo Ministério Público para enfrentar uma situação (sobejamente) comprovada pelos principais institutos de pesquisa do país: em relação

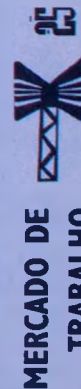
aos brancos, os afrodescendentes são preteridos na admissão, remuneração e ascensão profissional.

Números divulgados em 2003 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) confirmam que a desigualdade é o traço mais marcante da sociedade brasileira: os negros recebem metade do rendimento de brancos em todos os estados e nem o aumento do nível educacional tem sido suficiente para superar essa desigualdade. Os indicadores demonstram ainda

que as mulheres ganham menos em praticamente todos os níveis de escolaridade, submetendo as negras à condição de dupla discriminação. Outra conclusão apresentada pelo IBGE há dois anos: do total de pessoas que faziam parte do 1% mais rico da população, 88% eram de cor branca, enquanto que entre os 10% mais pobres, quase 70% se declararam de cor preta ou parda. Veja quadro 1.

Dados como estes, além dos fornecidos pelo Instituto de Pesquisa Eco-

nômica e Aplicada (Ipea) e pela Organização Internacional do Trabalho, balizaram um projeto piloto elaborado pelo MPT junto a cinco grandes bancos do Distrito Federal, constituindo-se num diagnóstico preciso sobre a problemática da discriminação nas relações de trabalho. Acrescentados a informações fornecidas pelos departamentos de Recursos Humanos das próprias instituições financeiras, o estudo constatou uma situação objetiva de discriminação racial. Não se trata de







uma novidade. Mas sim de uma realidade, já apontada na pesquisa "O rosto dos bancários", publicada em 2001 pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas (Dieese).

Entre as principais comprovações do estudo do MPT, iniciado há quatro anos, num universo de 1.858 empregados diretos, destaca-se o fato de que os cargos de chefia são ocupados predominantemente por homens brancos, que também são maioria no quadro de funcionários e recebem os maiores salários. Num dos bancos por exemplo, apenas 10% dos funcionários são negros, embora o Distrito Federal tenha 46% de negros entre a população economicamente ativa. Em outro banco pesquisado, o salário médio dos negros equivale a 68% do salário médio dos brancos. E mais: numa das instituições, apenas 7% dos funcionários negros ocupam cargos de chefia, apesar de terem escolaridade proporcionalmente superior a dos brancos, conforme quadro 2.

Foi esse um dos componentes da pesquisa que mais chamou a atenção de Otávio Brito Lopes, vice-procurador geral do Trabalho, que responde pela Coordenadoria de Combate à Discriminação e Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade), criada no âmbito da Procuradoria Geral do MPT. "Ao constataremos que, na média, os negros têm mais anos de estudo que os brancos, cai por terra a alegação

de que esse grupo racial tenha menos oportunidade em função da baixa escolaridade e qualificação", ressalta.

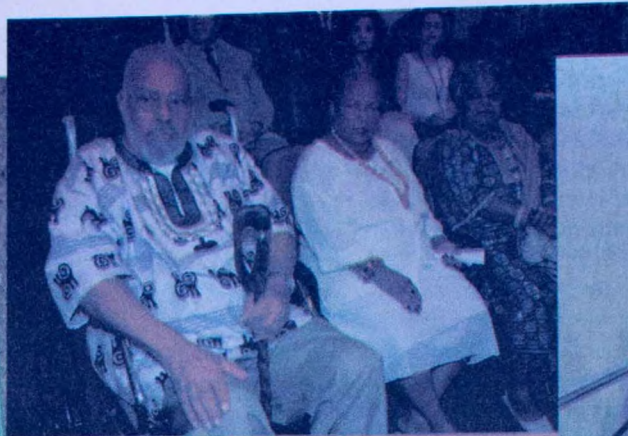
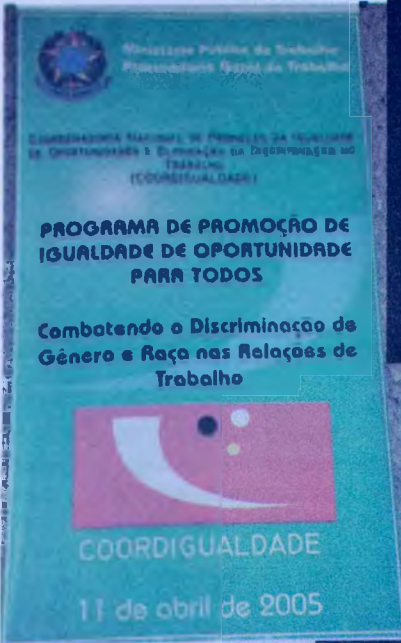
Brito Lopes afirma que o programa foi concebido para dar resposta às denúncias isoladas de racismo que representam uma das principais demandas da coordenação. "Vamos passar a agir no plano coletivo, primeiro em relação aos bancos de todo o país e, posteriormente, a partir de novembro, definiremos outros setores da iniciativa privada que serão objeto do mesmo estudo, em nível nacional", explica Brito Lopes, acrescentando que já é adiantado o estágio de implantação do programa em sete

estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul.

De acordo com o procurador, após o mapeamento de cada segmento econômico, as empresas serão notificadas a prestar esclarecimentos, com o objetivo de elaborar um perfil das desigualdades de raça e gênero por setor e localidade. O passo seguinte é estabelecer metas que assegurem a diversidade étnica nas empresas mais representativas de cada segmento. Só então, o Ministério Público irá propor

a assinatura de Termos de Ajustamento de Condutas (TACs), firmando indicadores específicos para admissão e ascensão profissional, que contemplem ações afirmativas de promoção da igualdade.

Só em última análise, depois de frustradas as tentativas extrajudiciais de erradicar as práticas discriminatórias, o MPT ajuizará ações civis, requerendo a condenação das empresas transgressoras e pagamento de indenizações por danos morais causados a esses trabalhadores, com base nos



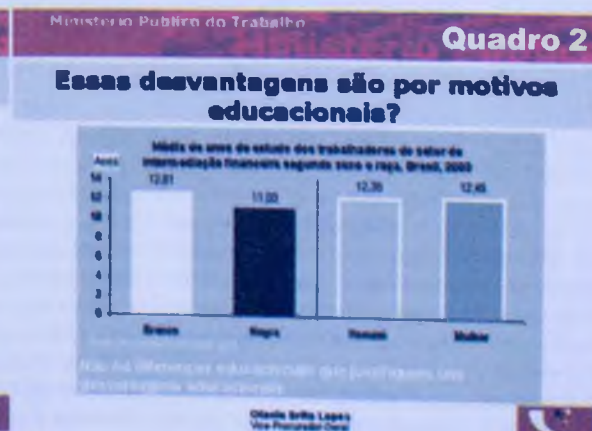
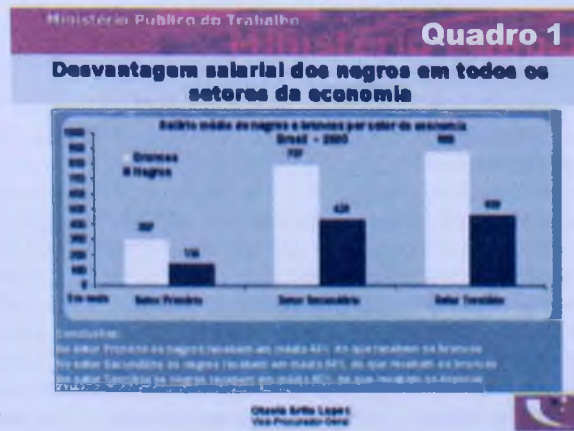
Sandra Lia Simón

Fotos: Daniel Cardoso

princípios da igualdade, expressos nos artigos 5º e 7º da Constituição. "A dificuldade de conceber esse programa é que se imagina que a discriminação não tenha réus, é atribuída à sociedade. Agora a Justiça será o remédio para aqueles que não se adaptarem à legislação", advertiu Brito Lopes, lembrando que a desigualdade nas relações de trabalho provoca outras barreiras para que a população negra conquise a cidadania plena.

Ao expressar a "alegria pessoal e institucional" diante do lançamento do novo programa, a procuradora-geral do Trabalho, Sandra Lia Simón, mandou um recado duro ao empresariado brasileiro. "Este é um alerta à comunidade empresarial, de que esta questão será alvo de uma fiscalização concreta pelo Ministério Público", anunciou.

Ao público presente, o presidente da Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas (AMATRA), Grijalbo Fernandes Coutinho, informou que a entidade – representante de mais de três mil juízes – está comprometida





com essa causa. "Eu tenho certeza que o Poder Judiciário, quando provocado, dará uma resposta adequada para fazer cumprir os princípios constitucionais", disse o magistrado, lembrando a necessidade de pressão social que deve ser permanentemente exercida sobre os poderes constituídos para que as mudanças sejam efetivamente alcançadas.

Ao fazer uso da palavra, o ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, citou diversas iniciativas do Governo Federal no combate à discriminação racial, inclusive a cooperação técnica com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Berzoini lembrou ainda

que a publicidade das empresas já mudou de postura, visando o consumidor. "Agora as empresas devem olhar para dentro, contemplando a diversidade, que é um grande ativo do Brasil. E o ativo da diversidade deve ser também o da igualdade", conclui o ministro.

#### **Iniciativa é resultado de pressão social**

Conforme observou o representante do Ministério Público do Trabalho, o novo programa resulta da pressão do movimento negro. E não é de hoje que vêm sendo cobradas providências nesse sentido. O Iara, do Rio de Janeiro, encaminhou 28 representações às seções do Ministério Pú-

blico do Trabalho nos estados. A Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes Pré Vestibular Comunitário), distribuiu, no evento, cópias de documentos que expressam as reivindicações da organização, coordenada pelos frades franciscanos.

"Temos provocado os bancos Itaú e ABM Anro Bank (Real) a repensarem a participação de índios, negros, mulheres e portadores de necessidades especiais no seu quadro de funcionários", afirma Frei David Santos, diretor executivo da Educafro. Ele salienta que embora as instituições financeiras demonstrem boa vontade em discutir a reali-

dade da discriminação, apresentam apenas sinais tímidos para acabar com a exclusão. É a prova definitiva que há um hiato entre as boas intenções e a materialização de políticas contra a discriminação.

Por isso, Frei David quebrou o protocolo da solenidade ao questionar publicamente a procuradora Sandra Lia sobre o nome dos bancos que, segundo o estudo piloto aplicado no Distrito Federal "tanto mal têm feito à população negra". A resposta veio de Brito Lopes: "Neste momento não vamos expor os nomes das instituições, pois estamos em negociação com os bancos, tentando sensibilizá-los para a necessidade de

assinatura dos TACs. Somente depois de concluída essa etapa e, em caso negativo, passaremos a ajuizar as ações civis, que serão de conhecimento público", justificou.

O vice-procurador admite que há uma batalha dura a ser travada no campo judicial. "Mas certamente, as ações serão muito bem fundamentadas e teremos no Judiciário o nosso parceiro primeiro", disse. Ao final do evento, o batuque marcou o animado coro dos jovens que integravam a comitiva de 40 pessoas da Educafro no evento. Coro esse que engrossamos, sem medo de errar: "500 anos de exclusão, chega de discriminação".

*\*Jornalista/DF*



## **Controle Social**

# **O impacto das ações do MN nas instituições**

*Cida Bento\**

A ação do Movimento Negro tem sido muito fértil, em particular nos últimos 10 anos, pós Marcha Zumbi dos Palmares. A intensa pressão do movimento desencadeou uma série de respostas institucionais que envolvem, dentre outras, uma profusão de decretos, portarias, resoluções, protocolos de cooperação, a criação de órgãos e programas e a disponibilização de recursos humanos e financeiros, em nível federal e municipal. Temos monitorado este processo?

Identificamos o reconhecimento do Movimento Negro como um ator importante neste contexto, não só como beneficiário, mas como sujeito político que guarda o acúmulo necessário para a implementação corre-

ta das políticas, e para o seu monitoramento?

Os programas de promoção da igualdade racial, embora provocados pelo Movimento Negro, muitas vezes são viabilizados por brancos, como gestores públicos, gestores empresariais, ou ainda na liderança de Organizações da Sociedade Civil. Estes brancos nem sempre acompanharam a gestação dos programas em longos e delicados processos políticos, e nem sempre estão ansiosos para garantir sua execução, nos moldes propostos pelo Movimento Negro. Mas muitas vezes suas instituições se beneficiam destes programas.

Por esta razão, dentre outras, uma das dimensões do monitoramento diz respeito à verificação do au-

mento ou não da capacidade das organizações e entidades do movimento, nos processos de controle social. Será que observamos um fortalecimento, uma consolidação das organizações negras nos últimos 10 anos?

Sem dúvida, necessitamos de uma instância nacional, centralizada do movimento negro que possa dimensionar este processo. Um interlocutor com a responsabilidade, o poder formal e autonomia para acompanhar as políticas e programas gerados em seu nome.

É preciso também que haja o reconhecimento de que há um déficit cumulativo por parte do segmento negro, no que diz respeito ao conhecimento dos códigos institucionais necessários à gestão técnica, ad-

ministrativa e financeira de políticas institucionais. Estes códigos, nem sempre formalizados e verbalizados, são apreendidos ao longo do tempo no exercício cotidiano do poder e portanto são familiares aos brancos.

Monitorar as políticas públicas de promoção da igualdade racial é nos apropriarmos do fruto das nossas conquistas. É pautar e acompanhar a execução da pauta. Monitorar envolve necessariamente ocupação de lugar de poder social, político e econômico.

No que diz respeito ao poder local, envolve o mapeamento e mobilização dos recursos financeiros (verbas destinadas ao município), recursos políticos (parlamentares envolvidos na luta anti-racismo, legislação

local, lideranças comunitárias envolvidas com o Movimento Negro), recursos da academia (informações quantitativas e qualitativas sobre relações raciais nas diferentes áreas). Envolve a participação da comunidade, o empoderamento dos atores locais. Significa ampla negociação do poder público com diferentes atores, dentre os quais, o principal é o Movimento Negro. O sucesso no processo de negociação entre este ator e as diferentes forças locais, constitui-se na única possibilidade de continuidade dos programas de promoção da igualdade racial, num período delicado para nós, a etapa em que ocorrem as mudanças de governo.

*\* Doutora em Psicologia e coordenadora CEERT/SP*



**MERCADO DE TRABALHO**





# Discriminação no Comércio do Distrito Federal

*Presença maior de trabalhadores considerados "pardos" não reverte tendência de trabalhadores brancos e amarelos ganharem mais. Número de trabalhadores ditos "pretos" é ínfimo ou mesmo inexistente em espaços onde o setor privilegia a aparência branca como modelo*

Philippe Tshimanga\*

A evolução do mercado de trabalho no comércio do Distrito Federal, entre 1992 e 2004, tem com pano de fundo as transformações ocorridas na economia brasileira, mas também evidencia a persistência de padrões de desigualdade entre brancos e negros.

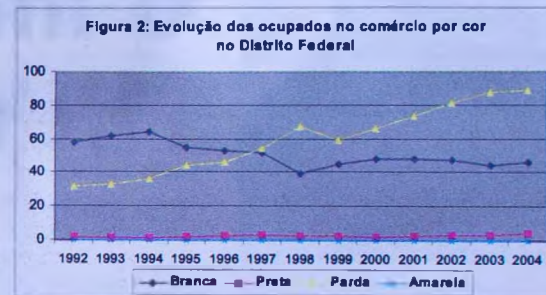
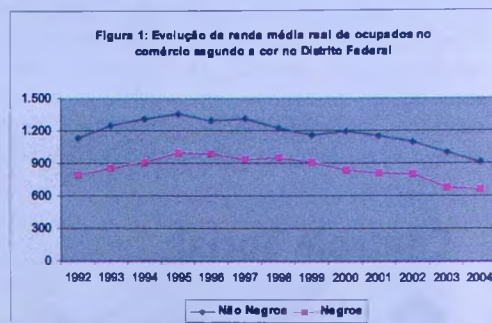
Os empregados negros (aglutinando-se os chamados "pardos" e "pretos") no comércio do DF recebem uma renda inferior à dos trabalhadores que não são negros (somando-se os "brancos" e os "amarelos"), como se pode ver na Figura 1.

Também se constata a significativa ausência de "pretos" no comércio. Se se considerar que os pardos também são negros, como se faz na Pesquisa de Emprego e Desemprego, pode-se concluir que os negros hoje são maioria no comércio do Distrito Federal.

Essa conclusão, porém, não refletiria a realidade. Ao circular em supermercados, shopping-centers e centros de comércio de Brasília, não se observa que a maioria das pessoas empregadas seja negra.

Para chegar a uma conclusão mais próxima à realidade, é preciso desagregar os dados, distinguindo "pardos" e "pretos". Os chamados "pretos" não são maioria no comércio do Distrito Federal, mas sim os pardos, seguidos dos brancos. Estatisticamente, os pretos não representam um número consistente, como se pode ver na Figura 2.

\*Economista, professor e coordenador do curso de Economia da FASEP/Sobradinho (DF).



Fonte: PED/DF.  
Elaboração Própria



## 80 anos de Malcolm X

A despeito das diferentes classificações – precursor do "Black Power", pan-africanista, fanático religioso, socialista –, é provável que haja consenso em relação a pelo menos uma característica de Malcolm X: revolucionário.

Malcolm Little nasceu em 1925, na cidade de Omaha, estado de Nebraska (EUA). O racismo foi parte de sua vida desde muito cedo. Em 1929, sua família teve a casa incendiada por membros de uma organização racista, descontentes com o caráter agitador dos discursos de seu pai, pastor batista e colaborador da UNIA (Associação para a Melhoria Universal do Negro), que acabou assassinado em 1931. Alguns anos depois, sua mãe é internada em um hospital psiquiátrico e Malcolm é forçado a viver em um centro de detenção para jovens. Após ter passado por Boston, muda-se para o bairro do Harlem, em Nova York, onde se envolve com tráfico de drogas, exploração de mulheres e jogos de azar. Em 1946, é sentenciado a 10 anos de prisão por assalto e arrombamento. Na cadeia, torna-se ávido leitor e orador destacado; converte-se ao islamismo e estuda os ensinamentos da NOI (Nação do Islã), grupo muçulmano negro liderado por Elijah Muhammad. Ao sair, adota o nome de "Malcolm X" e ajuda a difundir o grupo por meio de entrevistas e discursos inflamados. Sua popularidade e as divergências ideológicas com Muhammad acabaram levando ao rompimento com a NOI e ao seu assassinato, em 1965.

Para Eldridge Cleaver, ativista negro radical e contemporâneo de Malcolm, o seu poder derivava da extraordinária capacidade de exprimir as aspirações da população negra: "(...) o que era grandioso não era Malcolm X, mas a verdade que ele expressava". James Baldwin, intelectual negro que entrevistou Malcolm X, também se surpreendia com a força do seu discurso: "Malcolm tinha isso em comum com todos os verdadeiros santos e profetas, ele tinha o poder, se não de expulsar os comerciantes do templo, de dizer ao mundo o que eles estavam fazendo lá". Malcolm X foi figura central do Movimento Negro do século XX e é um dos grandes símbolos da luta pela superação das desigualdades raciais.





Quarta visita de Lula

# A África ficou mais longe

Renata da Silva Nóbrega\*

Como parte do esforço de aproximação do Brasil com os países do Sul e, especificamente, com os países africanos, o presidente Lula realizou sua quarta visita à África, entre os dias 10 e 14 de abril. Dos países visitados - Camarões, Nigéria, Gana, Guiné-Bissau e Senegal - Lula recebeu declarações de apoio à reivindicação brasileira de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, uma das principais bandeiras da política externa do Brasil. Em contrapartida, Lula declarou que a democratização do Conselho de Segurança depende também da inclusão de representantes de todos os continentes, inclusive da África. A visita marcou o pontapé inicial para a organização da Cúpula América do Sul - África, sugerida pelo presidente da Nigéria e que pretende reunir os chefes de Estado das duas regiões.

O interesse brasileiro na África ultrapassa laços históricos e culturais - destacados na visita de Lula à comunidade de ex-escravos que retornaram à África, os Tabom, em Gana - e as parcerias em cooperação técnica. As oportunidades de negócios nos países africanos foram o foco da cobertura da imprensa nesta viagem. O próprio Itamaraty descreveu os países visitados a partir de seu potencial econômico, destacando a riqueza mineral de alguns deles. A África aparece como um

continente rico, quase virgem, pronto para ser explorado pelos brasileiros. O ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, declarou: "*nada que possa aumentar a produção e o*

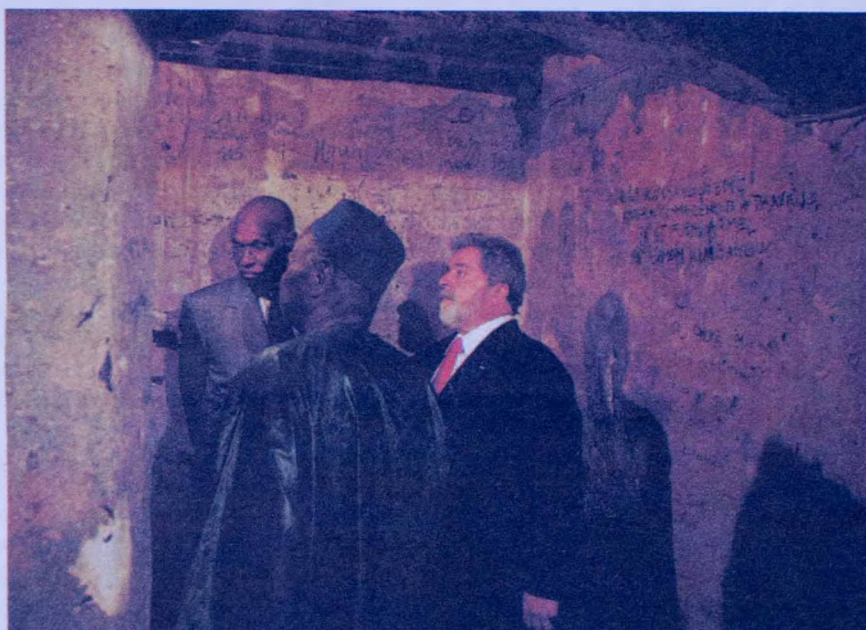
universidades). Lá também foram destacadas as doações brasileiras de US\$ 500 mil para a reestruturação das Forças Armadas e de outros US\$ 550 mil para um projeto de desenvolvimen-

Os acordos firmados com Camarões e Nigéria para o intercâmbio de professores africanos com a finalidade de colaborar com a implementação da lei 10639 - que instituiu o ensino de História e

que restrições de ordem material, o que atrasa a implementação da Lei 10.639 é a resistência às suas implicações radicais, que são o questionamento do conhecimento eurocêntrico dominante nas universidades e nos órgãos de fomento à pesquisa e o reconhecimento da presença africana na sociedade brasileira.

No Senegal, Lula pediu perdão pela escravidão, mas lembrou que não tem nenhuma responsabilidade pelo que aconteceu no passado. Posição coerente com o reduzido orçamento destinado às políticas de promoção de igualdade racial: não há compromisso com a luta anti-racismo que ultrapasse o discurso. A cobertura da mídia deu grande destaque à atitude de Lula, mas em nenhum momento se falou das consequências da escravidão hoje. Meu erro! O presidente destacou que se "*não fosse a miscigenação, não teríamos o povo maravilhoso que o brasileiro é*". O racismo sequer foi mencionado, afinal, segundo uma nota do Itamaraty a respeito de outra viagem à África, o povo brasileiro é dado à "*convivência pacífica*", lição a ser ensinada nos países africanos, assim como os valores democráticos do Brasil. A África ficou longe, congelada como o continente de guerras, miséria, corrupção e festas. E como o continente dos negros. Bem longe do Brasil.

\**Bacharel em Relações Internacionais/UnB*



Presidente Lula e o Presidente do Senegal, Abdoulaye Wade, durante visita à Casa dos Escravos na Ilha de Gorée, em 14 de abril.

emprego no Brasil pode ser desprezado". E depois se frustrou com as restrições aos produtos brasileiros impostos pelos países africanos, afinal, a estimativa era de que os negócios ultrapassassem US\$ 1 bilhão.

Na Guiné-Bissau foram anunciadas cem bolsas no valor de até um salário mínimo para auxiliar a permanência de estudantes africanos que já se encontram no Brasil (em nenhum momento se traçou um paralelo com a situação econômica dos estudantes negros brasileiros em nossas

to agrícola. Os programas de cooperação agrícola nos outros países incluíram transferência de tecnologia para o cultivo de produtos tropicais e, no Senegal, para o combate biológico ao gafanhoto. A partir do Acordo de Serviços Aéreos foi criada uma linha aérea direta no trecho Brasil-Gana e se espera que isso aumente o intercâmbio entre os dois países. Apesar dos avanços nas negociações, o acordo para transferência de tecnologia na área de combate ao HIV ainda não foi fechado.

Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas brasileiras - foram um dos destaques da visita. Se por um lado esses acordos oferecem profissionais especializados para o Brasil, por outro criaram a expectativa de que por si só resolverão as dificuldades de implantação da Lei 10.639, desobrigando os órgãos responsáveis de adotar medidas concretas para o sucesso da lei. Situar (somente) na África a solução para o etnocentrismo da educação brasileira significa ignorar ou rejeitar o que existe de cultura africana no Brasil. Mais





# Decisão do Tribunal de Justiça limita festividades na Sociedade Floresta Aurora

*Entidade negra mais antiga do Brasil em atividade, fundada em 1872 por negros livres sob espírito das irmandades negras, já teve sedes na região central de Porto Alegre e hoje está localizada num dos cartões-postais da capital gaúcha*

Isabel Clavelin

A centenária Sociedade Beneficente e Cultural Floresta Aurora é o novo alvo da expropriação imobiliária na cidade de Porto Alegre. O clube, fundado por negros livres em 1872, segundo a história oral entre as ruas Floresta (atual avenida Cristóvão Colombo) e Aurora (atual rua Barros Cassal), está localizado numa das áreas mais nobres da metrópole gaúcha: bairro Pedra Redonda, divisa com Ipanema. A propriedade, frequentada por negros e negras, possui uma vista privilegiada do Guaíba, num dos pontos em que são praticados esportes náuticos como vela, jet-sky, passeios de lancha, entre outros.

Ao longo de sua história o clube Floresta Aurora, teve sedes na rua Concórdia (atual José do Patrocínio, conforme registros no jornal negro "O Exemplo" (1892-1930)), avenida Lima e Silva, bairro Cidade Baixa próximo à extinta Ilhota, na rua Curupaiti, no bairro Cristal, onde se fixou cerca de três décadas, até chegar à atual sede na avenida Coronel Marcos, em 1997. Há cinco anos, a Sociedade Floresta Aurora trava uma luta na Justiça gaúcha em decorrência de ação movida pelo Condomínio Horizontal Pedra Redonda, que exigia a inutilização da piscina e da churrasqueira, limitação do horário de festas e de sonorização para as 22h,

além da proibição de circulação de automóveis no clube.

Em março de 2005, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ-RS) expediu uma sentença vedando a realização de qualquer atividade a partir das 22h, proibindo a utilização de som amplificado em qualquer horário e restringindo o uso de som mecânico até as 22h. A condenação implicou o cancelamento de um jantar com desfile marcado para 9 de abril deste ano, cujos convites estavam sendo vendidos pela organização do evento. Em caso de descumprimento da decisão, a Sociedade é passível de multa na ordem de R\$ 6 mil. "Essa é uma sentença cruel, que tira o ar da gente, não deixa conversar, rir nem cantar. Somos uma comunidade caracterizada pela alegria, música e dança. Ouso dizer que nem no tempo da escravidão houve uma decisão tão forte como essa. Não é apenas o barulho, querem nos tirar daqui. Querem sufocar a Sociedade", afirma o presidente da Sociedade Floresta Aurora, Alpheu Cachapuz Baptista Filho.

Apesar da tramitação na esfera judiciária, moradores do Condomínio Horizontal Pedra Redonda tentaram, sem sucesso, persuadir a vizinhança para somarem-se à ação e encaminharam uma série de denúncias à Polícia Militar

contra a Sociedade Floresta Aurora. "Durante a minha gestão (iniciada em 2004), houve duas denúncias de briga. A Brigada chegava e via que não tinha nada. Até os brigadianos ficavam constrangidos. Uma das diligências ocorreu durante um aniversário infantil", lembra o presidente Alpheu Cachapuz Baptista Filho.

Os condônimos incitaram discussões verbais com sócios do clube para redução do volume do som mecânico ou ao vivo, além de fotografarem e gravarem em vídeo a presença de pessoas na piscina e em outras dependências da propriedade do Floresta Aurora. "Isso é uma prova de racismo, embora usem artimanhas sutis. Às vezes me pergunto se usamos a estratégia correta. Eles agiram com maldade e planejamento, não agimos com o antídoto apropriado. O prefeito Verle (*João Verle, mandato 2002-2004*) esteve aqui mais de uma vez e isso foi levado a ele. Dentro da SMAM (Secretaria Municipal de Meio Ambiente) há uma resistência de funcionários em detrimento dos interesses da Sociedade, referente ao alvará", destaca o vice-presidente Isaac Boeira de Oliveira.

A partir da decisão irreversível do Tribunal de Justiça, a Sociedade está mobilizada para alterar o alvará junto à Secretaria

Municipal de Indústria e Comércio de Porto Alegre (SMIC). "Queremos informações sobre a autorização de alvarás dos clubes da rede. Se proceder a informação sobre benefícios, vamos solicitar tratamento isonômico", analisa o advogado e conselheiro do clube Luiz Alberto da Silva.

De acordo com o chefe do Setor de Licenciamento de Atividades Localizadas da SMIC, Marcelo Rosa D'Ávila, o último alvará da Sociedade Floresta Aurora é de 2002 e tem limitação de horário de festas até as 22h. Com a vigência da lei municipal 14.607, de 28/07/2004, a Prefeitura de Porto Alegre autoriza atividades de entretenimento noturno a partir das 24h. No entanto, é necessário ser feito um estudo de viabilidade urbana pela Secretaria de Planejamento Municipal, análise de habitação pela Secretaria Municipal de Obras e Viação, licenciamento ambiental por parte da Secretaria Municipal de Meio Ambiente para ser expedido o alvará de funcionamento. "No caso da Sociedade Floresta Aurora teremos de verificar se a decisão judicial do Tribunal de Justiça afeta os procedimentos administrativos da Prefeitura. Se for conflituoso, impera a decisão do TJ", explica o coordenador da Assessoria Jurídica da

SMIC, Samir Ali.

Em 17 de maio, às 15h30, a direção da Sociedade Floresta Aurora será recebida pelo prefeito de Porto Alegre, José Fogaça, para tratar da ampliação do horário de funcionamento e realização de eventos e atividades culturais.

## Referência para o povo negro

O poeta e pesquisador Oliveira Silveira destaca a importância da Sociedade Floresta Aurora: "As atividades culturais datam desde o século XIX, inclusive com montagens teatrais noticiadas no jornal negro "O Exemplo". No início do século XX, o clube criou o Centro de Dramaturgia Floresta Aurora. Em 1920, surgiu o Centro Cívico José do Patrocínio, espaço de discussão política para o segmento negro. Nos anos 60, foi montado o grupo Teatro Novo Floresta Aurora que, juntamente com o clube náutico negro Marcílio Dias, apresentaram a peça Orfeu da Conceição no Teatro São Pedro. Foi no Floresta Aurora, que realizamos o primeiro ato do Grupo Palmares, em setembro de 1971. Ainda naquele ano, fizemos o lançamento do 20 de Novembro como data do assassinato de Zumbi dos Palmares, que em 1978 o MNUCDR (Movimento Negro Unificado contra a Dis-



criminação Racial) lançou nacionalmente como Data da Consciência Negra, durante congresso realizado no Rio de Janeiro”, explica Oliveira Silveira.

Mesmo mantendo-se como promotor de eventos culturais e beneficentes, a Sociedade Floresta Aurora cedeu espaço em várias oportunidades para o Movi-

mento Negro, realizando também eventos e debates sobre a questão negra.

#### **Racismo e expropriação imobiliária**

Prática recorrente da capital gaúcha motivada pelo crescimento urbano e embaquecimento das áreas de grande circulação, a expropriação imobiliária já

descolou a população negra de redutos como a Ilhota, extinto bairro conhecido nacionalmente pelo cantor e compositor Lupicínio Rodrigues, e Colônia Africana (compreendida nos bairros Rio Branco, Bom Fim e Auxiliadora), nos anos 1960, para a Restinga, Vila Jardim, Bom Jesus e Partenon – periferias que

ganham diariamente as páginas de periódicos e noticiários pela violência e tráfico de drogas. O mesmo ocorre com as escolas de samba, banda da Saldanha e com o Carnaval de Porto Alegre, originado nos blocos que tomavam as ruas do Centro e imediações, transferido recentemente para o Complexo Cultural Porto

Seco, na zona Norte, sem tradição festiva apesar da existência da escola de samba Imperatriz Dona Leopoldina. Somado a isso, vale lembrar a situação de conflito vivenciada pelos quilombolas urbanos Família Silva e Morro dos Alpes para permanência nas propriedades em que sempre viveram.

## Racismo impune

*Estudante baiana sofre agressão racista em instituição de ensino superior, que finge ignorar o fato e a legislação e silencia.*

Vânia Dias\*



A estudante de Comunicação, Carla Pita, é vítima de racismo dentro da faculdade Polifucs, na Bahia. Agredida, por ter denunciado esquema de pesca durante uma prova, a estudante do 8º semestre de comunicação com ênfase em marketing, é caluniada e ameaçada pela colega de sala, Mariana Schineider.

No pátio da faculdade, ao terminar a prova, Carla é abordada por Mariana. Segundo Carla, a colega falava alto e parecia muito transbordada, o que chamou a atenção das pessoas no local. Com dois tapas no ombro e uma caneta na mão, Mariana Schineider dizia “O que você quer comigo, crioulinha? Fique sabendo que a diferença entre nós duas está no contra-cheque”. Ainda no mesmo local, Pita diz ter sido agredida por 4 vezes com uma caneta contra o peito. “Vou acabar com sua raça, sua negra”, declarou Mariana ao sair em direção

ao seu veículo no estacionamento.

A questão está em andamento no Ministério Público e recebe a orientação jurídica do advogado Wilson Santos. A vítima e suas testemunhas foram ouvidas, a agressora já foi notificada e a previsão é de que, no início de maio, ela também

seja ouvida. Wilson diz que a atitude de Mariana fere o artigo 140, parágrafo 3º do código penal, que prevê pena de 1 a 3 anos de reclusão por desqualificação e xingamento relacionado à raça. “Schineider está respondendo por injúria racis-

ta. Uma atitude como essa não pode ser confundida com problema pessoal, como declarou a faculdade”, conclui Wilson, que coordena há mais de 5 anos o Disque Racismo (Tel.: 71-3531-4077). “Desde 1999 quando foi fundado, o Disque racismo já atendeu cerca de 1.556 pessoas. O

eficaz de como o racismo se apresenta é muito chocante. Os seguranças da faculdade presenciaram toda a cena e não esboçaram nenhuma reação”, declarou Carla, que logo após o fato prestou queixa na 23ª Delegacia de Lauro de Freitas e entrou com requerimento na faculdade exigindo um posicionamento em relação à postura racista de Mariana Schineider.

O procedimento na 23ª Delegacia não foi adiante. Na faculdade Polifucs, a mesma instituição de ensino em que Carla Pita estudava, e colaborava com artigos no jornal semanal editado pela instituição, o problema é tratado como se fosse de ordem pessoal. Para os diretores da Polifucs toda ocorrência de fato semelhante será tratada como indisciplina e com advertências. “Racismo é problema de ordem pessoal?”, questiona Carla.

Após as agressões, Pita abandonou a faculdade, no último semestre, e ainda hoje apresenta queda de produtividade em suas atividades. Em seu trabalho como supervisora de qualidade, já recebeu duas advertências. Acompanhada por psiquiatra, ela tem recorrido a antidepressivos para combater as constantes crises de insônia e de choro. “A vida pára, mas eu quero justiça. Tanto para Mariana quanto para a faculdade”, finaliza.

\*Estudante de jornalismo das Faculdades Integradas da Bahia (FIB)



Carla Pita

Fotos: Cláudia Santos

“A forma perversa e

culdade exigindo um posicionamento em relação à postura racista de Mariana Schineider.

O procedimento na 23ª Delegacia não foi adiante. Na faculdade Polifucs, a mesma instituição de en-

DENÚNCIA 31





# Lei 10.639/03 - Direitos culturais são direitos humanos: a pressão sobre o Ministério Público

Ana Luíza Pinheiro Flauzina\*

As pressões do Movimento Negro associadas a uma legislação internacional que, dentre outras, assinala a necessidade de se promoverem políticas públicas visando a garantia do pluralismo cultural, constituíram o pano de fundo que possibilitou a promulgação da Lei 10.693/03.

Como parte de uma ruptura com o modelo educacional que apaga da história a contribuição decisiva da população negra na construção desse país e nega aos alunos e alunas o acesso a um estoque cultural de todo um contingente humano, a referida lei, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) estabelece que 'Art 26A - Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.'

Após a regulamentação da Lei 10.639/03 pela Resolução n. 01, de 17 de junho de 2004, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação passa, então, a incorporar essa demanda histórica do Movimento Negro brasileiro. Entretanto, passados mais de dois anos, percebemos que tudo tende a virar perfumaria. Até o presente momento, o que temos é mais um enunciado simbólico que não se reveste em atividades efetivas para a implementação da lei na maior parte dos estabelecimentos de ensino.

Mas o que fazer diante

de tal inércia das instâncias públicas e também da esfera privada na adoção do que já fora garantido por lei? Como viabilizar a efetivação dessa política? Um dos caminhos possíveis e que já começa a ser trilhado é o que lança mão de prerrogativas jurídicas.

Já contamos com algumas experiências em curso no que tange ao trato com o Judiciário sobre questões relacionadas à educação e população negra, em especial na discussão das políticas de ação afirmativa. Como investida mais recente, vale a pena citar a ação movida por entidades do Movimento Negro contra a USP (Universidade de São Paulo) e a FUVEST (Fundação Universitária para o Vestibular), visando a adoção de cotas para negros, indígenas e os egressos das escolas públicas, a fim de democratizar o acesso a uma das universidades mais elitistas do país. O processo judicial de nº 053.04.032688-0, que tramita na 14ª Vara da Fazenda Pública e será julgado, em primeira instância, pela Juíza de Direito Drª Christine Santini, promete gerar muitos desdobramentos.



Diretrizes que orientam e regulam a implementação da Lei 10.639 e que já estão circulando: à esquerda, a do Conselho Nacional de Educação (MEC), e, à direita, o documento elaborado pelo Ceafro e adotado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Salvador (Ba.).



No que tange ao ensino médio e fundamental, também há que se abrir brechas nesse domínio. Em primeiro lugar, como contribuição para um embasamento de mérito para a materialização do que dispõe a lei 10.639/03, voltemos nossa atenção para um importante dispositivo internacional que construiu um entendimento ímpar da importância da preservação do patrimônio cultural e histórico. A *Declaração Universal sobre Diversidade Cultural* aprovada pela Unesco, em Paris, no ano de 2001 é um documento central para os segmentos populacionais que, em todo o mundo, foram historicamente mutilados quanto à estruturação de sua auto-imagem em seu passado e as alternativas de construção de um futuro que verdadeiramente os contemple.

De acordo com o que está expresso nessa importante declaração, os seres humanos não só têm o direito como a necessidade de um passado em termos coletivos. Dessa forma, os direitos culturais são considerados parte essencial dos direitos humanos e mais, a preservação da diversidade cultural é pressuposto indissociável do respeito à dignidade da pessoa humana.

A cultura deve ser, portanto, compreendida dentro de um ambiente que a tome como parte indispensável da vida, referente não só ao grupo populacional que a legitima, mas de toda a coletividade. Nessa esteira, a diversidade cultural aparece como aspecto positivo a ser preservado pelas ações sociais e estatais. Nos termos da Declaração: "Fonte de intercâmbio, inovação e criatividade, a diversidade cultural é necessária para a humanidade como a biodiversidade o é para a natureza. Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e afirmada em benefício das gerações presentes e futuras".

Ainda mais importante é a resposta política que esse documento firma como adequada a esse quadro de diversidade: o pluralismo. Ou seja, há o entendimento de que, no marco de Estados Democráticos de Direito, um quadro de diversidade cultural tem de ser acompanhado por políticas públicas que garantam também o pluralismo cultural.

É nessa perspectiva que o documento elenca alguns direitos a serem observados como pressupostos fundamentais da construção de marcos efetivamente plurais. Destacamos uma importante passagem do documento. "... toda pessoa tem direito a uma educação de qualidade e uma formação que respeitem plenamente sua identidade cultural".

Podemos constatar, dessa maneira, que a inércia frente à implementação da Lei 10.639/03 fere frontalmente o que assinala a referida Declaração, servindo como um subsídio importante para o embasamento das medidas legais cabíveis no caso presente.

No que tange aos procedimentos, atentando para o que determina o ordenamento jurídico pátrio, percebemos que a base de nossa intervenção legal encontra-se na Lei 7.347/85. Esse é o dispositivo que disciplina a Ação Civil Pública de responsabilidade por danos causados a bens e direitos de valor histórico, entre outros. Sinaliza ainda a referida legislação, em um de seus



incisos, a prerrogativa de abarcar lesão a direitos difusos ou coletivos. É em sede de Ação Civil Pública, portanto, que postularemos nossa demanda.

Para tanto, como já fora sinalizado no último número do *Irohìn*, um conjunto de entidades do Movimento Negro, no Rio de Janeiro, encaminhou uma representação ao Ministério Público, para que este, como fiscal da lei, apure a ausência de implementação da referida lei. Como primeira medida, requer-se a instalação de um inquérito civil público

para a apuração das irregularidades denunciadas.

A partir daí, pode ser firmado um Compromisso de Ajustamento de Conduta às exigências legais, que terá eficácia de título executivo extrajudicial. Ou seja, num primeiro momento, pode haver uma composição com os estabelecimentos de ensino para que eles cumpram a lei sem a necessidade da intervenção direta de uma sentença judicial.

Caso não haja composição ou venha a ocorrer o descumprimento do Ajustamento de Conduta, requer-

se, desde já, o ajuizamento de uma Ação Civil Pública contra os estabelecimentos de ensino. O objeto dessa ação, ou seja, o que ela visa, é a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer. Nesse caso específico, o que se requer é que sejam os estabelecimentos de ensino condenados a uma obrigação de fazer: cumprir a Lei 10.639/03.

Percebe-se, dessa forma, que a despeito da inércia política na efetivação da lei, há um flanco jurídico pelo qual podemos avançar.

É importante, entretanto, desconstruir a imagem de que a judicialização de nossas demandas representa vitórias em si mesmas. Com o que fora descrito acima, percebemos que o desenrolar dos acontecimentos jurídicos têm uma cadência e uma lógica própria, que estão longe de atender nossas necessidades imediatas. O grande desafio é se apropriar do Judiciário e de sua capacidade de fazer valer suas determinações, sem endossar o discurso que entende que tudo se resolve nessa seara. Por ora, aguar-

dem os curso dessas ações, com todo o zelo e monitoramento que deve ser dispensado ao poder de que fomos nos socorrer: um Judiciário em crise de consciência, mas que ainda é, em última instância, um reduto do mesmo poder branco que se nega a dar qualquer passo consistente rumo a mudanças estruturais, que representem o reforço da identidade e da auto-estima do povo negro nesse país.

*\*Advogada, mestranda em Direito e ativista do EnegreSer/UnB*



## EREGêge promove debate sobre a Lei 10.639

O dia 15 de abril de 2005 vai ficar na memória de professoras, estudantes, líderes religiosos e militantes do Movimento Negro em Salvador. Mais de duzentas pessoas lotaram o auditório da Universidade Católica para ouvir e dialogar com a Prof<sup>a</sup> Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (Conselho Nacional de Educação) e Edson Lopes Cardoso (editor do *Irohìn*), sobre a Lei 10.639, que altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e obriga a inclusão da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio.

A noite de diálogos marcou o lançamento do projeto político-pedagógico do Movimento EREGêge - Espaço de Reflexão Étnica e de Gênero - composto pela militância da juventude negra, líderes religiosos de matriz africana e professoras/es da rede pública de Salvador - que esse ano traz como pauta o enfrentamento

aos crimes de ódio religioso pelo viés da educação. É flagrante a discriminação e demonização sofrida pelas religiões de matriz africana em nível nacional, tendo como principais meios de difusão a televisão e a mídia impressa religiosa.

Para fortalecer a aliança com o Movimento EREGêge na luta pela difusão e fiscalização da Lei 10.639, em Salvador, foram convidados o Secretário Municipal da Reparação (SEMUR) Gilmar Santiago, o coordenador do Movimento contra a Intolerância Religiosa (MCIR) Antonio Cosme, a Yalaxé Mariah Keci (Terreiro Raiz de Airá/São Félix-BA) representando as religiões de matriz africana, Jorge Hilton integrante do grupo de HipHop Simples Rap'ortagem e representando o Movimento Hip Hop de Salvador, a Coordenadora da CENAP Gedalva da Paz (Secretaria Municipal de Educação) e Vilma Reis, Coordenadora Executiva do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAFRO).

A mediadora do debate foi a Prof<sup>a</sup> Maria de Lurdes Siqueira, que trouxe como convidada a professora e engenheira nigeriana Elisabete Rasekoala. Na foto, da esquerda para a direita, Edson Cardoso, Petronilha Silva, Lurdes Siqueira e Elisabete Rasekoala. A seguir fragmento de letra de canção de Jorge Hilton, em repúdio às agressões cometidas contra o Candomblé. Sua performance ao final do evento, entusiasmou o grande público presente.

*Jamille Menezes - Estudante de Jornalismo da Faculdade de Salvador*

## Deus Zé + (fragmento)

Eu não sou preso a nada, mas tenho fé não nego  
O peso da minha cruz é o das asas que carrego  
Não me venha com sua simpatia fajuta  
Respeita a nossa crença, nossa história, a nossa luta  
Água benta pra mim, é o suor do meu trabalho  
Historia negra, indígena, povo revolucionário  
Que sua tv não mostra, só mostra seu artista  
O demônio, tão famoso, dá até entrevista  
Assista! Mas me diga como ficar calado  
Ao ver a estupidez dizer que exu é diabo?  
Falam tanto em demônio, criaram tanta dependência  
Que se ele for embora, vocês vão à falência  
Que inocência, meu Deus, se tua riqueza tá além  
Quem fez o mundo precisa da grana de alguém?  
Olorum, afasta de mim esse encosto

Carregam Bíblia, usam gravata e não escondem o rosto  
Criminosos! Mas eu não generalizo  
Reconhecer os que são diferentes é preciso  
Eu simpatizo com o Candomblé, te amedronta?  
Se tem erros a corrigir, eles não são da tua conta  
Vai estudar melhor a Bíblia já que não tem o que fazer  
Para entender que o reino dos céus pertence aos erês  
Acarajé de cristo é o de toda mulher  
Que segue com dignidade a tradição do Candomblé  
Em vez de criar igrejas, por que não cria empregos?  
Eu não preciso de sua sessão de descarrego  
Meu Orixá é o hip-hop, nele tenho devoção  
Ele fez minha cabeça e a de milhares de irmãos  
O ebó tá sendo preparado com toca-disco e spray  
Moinho de vento arrastará o mal ao som do dj

- Jorge Hilton-





# Um olhar sobre afro-descendentes das Américas e do Caribe

Cláudia Santos\*

"O continente americano precisa reconhecer a existência física das populações de origem africana, essa é a primeira singularidade com que vamos lidar". Com esta primeira declaração, o pesquisador cubano Carlos Moore abriu a palestra "As civilizações africanas no hemisfério ocidental" realizada no Teatro Vila Velha, dia 26 de abril. Moore, que também é chefe de pesquisa na Escola para Estudos de Pós Graduação e Pesquisa na Universidade do Caribe, e por hora reside em Salvador - Bahia, dividiu com o Bando de Teatro Olodum e com o público presente um pouco do seu olhar sobre as comunidades afro-descendentes das Américas e do Caribe, fundamentado por sua formação interdisciplinar em Etnologia, Sociologia, História e Antropologia.

Diz Jorge Washington, veterano ator do grupo, "queríamos a participação de outras pessoas que estudam e acompanham: algo assim não pode ficar só restrito ao Bando", explicando que a palestra faz parte do projeto "Fala Vila" e também é importante para o processo de preparação do Bando de Teatro, que tem em pauta espetáculo infanto-juvenil sobre a África com estréia agendada para julho. De fato, pesquisadores, professores e estudantes compuseram a maior parte do público em torno de 100 pessoas. Para além da revisão de fatos históricos sob a ótica negra, a

palestra de Moore revela mais da concreta contribuição civilizatória africana para as Américas. Se analisada à luz do que diz o professor cubano, fica fácil entender por que a Lei 10.369 não está sendo imediatamente socializada e implementada, escondida como as outras demandas por reparação.

De imediato, o professor Carlos Moore discutiu as relações de alteridade, problemas entre nós e os outros, reafirmando que o termo "América Latina existe em relação àqueles que são descendentes da cultura da civilização latina, o termo foi cunhado há pouco tempo (final do século XIX), antes disso não existia, por extensão chamaram os descendentes latinos de índios e os africanos de latino-americanos". Moore afirma compreender que descendentes de europeus reivindicuem a validade do termo, "portugueses, italianos, espanhóis e franceses podem ser sim aqui nas Américas latino-americanas, mas um afro-descendente não é simplesmente um latino americano." De acordo com o Prof. Moore, excluir deste termo qualquer menção que remeta à África é

exemplo da tentativa que foi realizada em várias etapas e de várias maneiras diferentes de apagar a realidade da herança africana das Américas. "Quando falamos aqui da realidade africana das Américas, estamos nos referindo a três grandes realidades que são bem diferentes do ponto de vista de civilização, da cultura e da situação geopolítica", antecipa para o público.

O primeiro bloco apresentado pelo pesquisador compreende América do Sul e Central, liderado pelas antigas colônias portuguesas e espanholas; o segundo bloco é formado pelas ilhas do Caribe; no terceiro bloco estão EUA, México e Canadá, apenas três países que são os dominantes de todo este hemisfério. "Esses são os três grandes blocos geo-civilizatórios que compõem esta

grande realidade que é a realidade da civilização afro-americana - esta civilização que Lélia Gonzalez chamou de amefricana, este foi o termo que ela cunhou porque nós sempre estávamos falando que nós não somos americanos, que somos africanos", reitera, ainda que estes três espaços conformem um grande espaço civilizatório que é único e singular.

Ainda sobre a presença africana, Moore declarou que nos "EUA você tem 40 milhões de descendentes de africanos, Canadá entre meio milhão e 600 mil, México não sabemos. As estimativas apontam para algo entre 100 e 300 mil, mas não sabemos os descendentes de africanos exatamente quantos são. Há muito tempo que os censos não os colocam como um fator dentro do país. Ou seja: neste bloco civilizatório da América do Norte, estamos falando de pouco mais de 40

Fotos: Juliano Protazio





milhões de pessoas." Segundo o pesquisador cubano, na América do Sul há 150 milhões de pessoas descendentes de africanos e, no Caribe, 25 milhões. A estimativa aponta para um contingente de 215 milhões de pessoas resultantes da uma enorme migração forçada que envolveu entre 20 a 25 milhões de africanos durante estas grandes épocas do tráfico; ele destaca ainda que o tráfico manteve-se praticamente até 1860, 1870 em alguns países. Mesmo nos países do Caribe, onde o tráfico foi oficialmente extinto em 1835, esta prática continuou ilegalmente assim como na maioria dos países da América chamada Latina.

De maneira didática, elenca os dois principais modos que subsidiaram as tentativas de apagar esta realidade africana inscrita nesses blocos geocivilizatórios no período que se segue após a abolição: extermínio físico e a negação da existência. Para exemplificar a primeira forma, o extermínio físico e brutal, o Prof. Moore indica como exemplo países como Argentina, Chile e mais recentemente em El Salvador. Ele afirma que "estas praticas se dão desde a primeira metade da década de 30, quando se decidiu de maneira fria e calculada exterminar esta população negra em operações militares durante oito meses". O pesquisador aponta ainda para uma tentativa similar, ocorrida em Cuba (1909) "foi a luta de um estado contra um grande partido político negro que estava denunciando o racismo - o Partido Independente das Pessoas de Cor - e ali se decretou uma luta genocida contra a população negra cubana e dezenas de milhares de pessoas, homens e mulheres, foram exterminados em Cuba. Outro fato singular que conhecemos deste tipo ocorreu na República Dominicana quando Rafael Leôni-

das, então presidente deste país, onde a população negra atualmente chega a 85%, mas que nessa época beirava 90% ou 95% foi também massacrada pela elite branca; perto de 100 mil pessoas negras desapareceram. Ou seja, imediatamente após a abolição da escravidão se procedeu uma verdadeira limpeza étnica aqui nesta América que chamamos de Latina."

Para Carlos Moore, a negação da existência, segunda forma de tentar apagar a presença da população de origem africana também é flagrante, ele exemplifica citando o nosso país como exemplo. "Em 1971, o Brasil aboliu a menção racial em seus censos, dizendo que não existia mais uma população negra aqui neste país." A ausência de indicadores censitários tem um significado simbólico de negação que vai contra a concretude visual da presença física das populações de origem africana, continuamente negada pela sociedade e pelos governos que exercem uma repressão de tipo racista. "A presença africana é considerada como uma mácula, como uma mancha, algo vergonhoso que há de ser destruído e se não for destruído você tem que apagar, negar". Moore afirma também que esta prática não é exclusividade do Brasil e estende o exemplo a outros países, como a República Dominicana: "Lá é a mesma coisa, 85% da população são negros e, no entanto, o país se declara branco. Venezuela, Colômbia, Equador, são países onde a população negra é enorme. Colômbia é o terceiro maior país negro de todo este hemisfério, mas até quase 10 anos atrás negava a existência dos negros. Menen, ex-presidente argentino, no seu último mandato disse que os argentinos não tinham o problema do Brasil, porque

lá não havia negros." A citação demandou protestos em Buenos Aires por parte das comunidades negras. Para Moore, esta negação repetida e constante em toda a América do Sul revela uma intenção genocida. "Quando você nega a presença física de uma população você está dizendo que você quer que ela desapareça e você fará tudo para que ela desapareça fisicamente. E é isto que estamos vendo de maneira bem clara quando você olha as novelas, as novelas estão falando! Vocês que gostam tanto das novelas, se vocês fazem uma leitura das novelas - tudo está claro!- verão que todas as novelas latino-americanas são iguais - as populações negras são representadas sempre ali como um defeito, uma imperfeição, e estão destinadas a desaparecer. Você não vai ver, por exemplo, famílias negras. A família é o quê? O lugar da continuidade, as famílias são para reproduzir, você não vê famílias negras nessas novelas, o que você vê sempre são elementos isolados. Em Venezuela, Peru, você vai de um país sul-americano para outro e vai ver sempre a mesma coisa, a mesma realidade. Quando há uma cara negra, é uma cara negra solitária, um homem negro sem mulher negra, sem filhos, sem pai, sem antecedentes ... ou seja, algo destinado a acabar, algo que não tem raízes e nunca terá. A prolongação, ontologicamente, não deve existir. Então, esta negação da presença africana nas Américas é um fator violento de genocídio simbólico." O professor alerta para o fato de que esta ausência de representação negra é um importante tipo de violência perpetrada contra os afro-descendentes e não está apenas nas novelas transmitidas pelas emissoras de televisão, mas perpassa toda

a mídia, todas as formas de representação. Analisando o caso nacional, ele afirma que "no Brasil a metade de toda a população é negra e nos cartazes publicitários a maioria das pessoas são morfo-fenotipicamente diferente de nós negros, você tem aí uma forma de negação, é uma declaração de guerra, nós estamos tão acostumados a viver com esta publicidade que não percebemos que a idéia do genocídio já entrou na prática de nossas consciências cotidianas". Moore destaca que esta é diferença entre a América chamada de Latina e as outras, a América do Caribe e do Norte, para ele não há nessas regiões esta programação total da sociedade em torno da idéia de genocídio, de extinção da população de origem africana.

#### DEFININDO A CIVILIZAÇÃO AMEFRICANA

Recorrendo a dados censitários amplamente divulgados por fontes oficiais, e que indicam a liderança do Brasil na concentração demográfica de afro-descendentes, seguido na América do Sul pela Colômbia, Moore provoca o público: "Quais são as características que nós poderíamos destacar como sendo definidoras desta civilização que existe aqui?"

Para o professor cubano, estas culturas conformam uma civilização no sentido de que elas estão ligadas entre si por uma série de fatores históricos, psicológicos e políticos, colocando em primeiro plano a experiência histórica singular que as liga - a escravidão racial. "Não estamos falando simplesmente de escravidão, mas de escravidão racial. Escravidão racial é um modo de produção específico que não se deu nunca na história em nenhum lugar, que emergiu no oriente médio no Século IX, no mundo árabe". Moore admite que quase

todas as sociedades antigas praticaram uma forma ou outra de escravidão, mas não a servidão racial, uma escravidão específica. Este foi o tipo de escravidão posteriormente implantado nas Américas. "As consciências, as culturas dos africanos das Américas surgem deste tipo de experiência histórica singular, que nenhum outro povo conheceu. Então, o primeiro ponto definidor é este. Essas deportações massivas de uma raça inteira, singularizada, uma raça escolhida para a escravidão, o que não se deu nunca na história. Esses povos que são o resultado desta experiência expressam esta singularidade de muitas formas diferentes". Esta é, para o pesquisador, a razão de tanta similaridade entre os povos da diáspora - segundo ele o que vemos são "características idiossincráticas que surgiram do ventre desta experiência singular que foi a escravidão racial. A escravidão racial criou a sua própria cultura, criou uma cultura não no sentido que nós estamos utilizando o termo cultura hoje, estamos utilizando no sentido de socialização. A escravidão racial socializou os deportados africanos aqui nas Américas de uma forma praticamente similar: desestruturação da família, eliminação das línguas, pulverização da consciência histórica e pulverização da consciência cultural. Ou seja, chegaram aqui culturas, povos e nações que depois de 100 anos estavam atomizados em indivíduos aos quais se havia arrancado a língua, arrancado as estruturas de família, as religiões, e esta é a mesma situação dos negros africanos de Canadá, Chile, Bolívia ou Guatemala - todos vivenciaram a mesma experiência histórica".

*\*Professora da rede pública estadual (BA)*





# Negros(as) na Suíça: integração e discriminação

*Vítimas do preconceito, da discriminação e de atitudes racistas. Essa é a realidade dos negros e negras que vivem na Suíça, um pequeno país de 7 milhões de habitantes, de maioria branca, localizado no centro da Europa, mas que se recusa a fazer parte da União Européia.*

Larissa Barbosa\*

O resultado acima foi revelado num estudo inédito na Suíça, encomendado pela Comissão Federal contra o Racismo, e publicado esse ano com o título: «Os Negros na Suíça, uma vida entre integração e discriminação». Realizado por duas pesquisadoras, também negras e suíças: Carmel Fröhlicher-Stines e Kelechi Monika Menzel, o principal objeto do estudo foi o cotidiano das pessoas negras no país e partiu de três questões principais: O que vivem os negros que moram na Suíça, como eles interpretam essas experiências e como eles as enfrentam.

De acordo com o estudo, os negros e negras, que já são 0,6% da população suíça, são frequentemente perseguidos(as) como um grupo homogêneo, cujo estereótipo associado é do comportamento criminal, no caso dos homens, e de prostituição no caso das mulheres.

As pessoas interrogadas, estrangeiras ou não, normalmente já estão bem integradas no ambiente social. Elas têm emprego, amizades, mas con-

fessam: não se sentem bem aceitas pela sociedade em geral.

A principal reclamação é, sobretudo, em relação aos olhares nas ruas e lugares públicos, normalmente interpretados como negativos: «todo mundo me olha como se eu fosse um estrangeiro, ou com um olhar acusador, como se a qualquer momento eu fosse fazer algo de ilegal», declara um dos entrevistados. Logo, são também frequentes as revelações de que no trem ou nos ônibus, os lugares ao lado delas ficam sempre vazios, e que muitas vezes sentem-se ignoradas.

Esse tipo de racismo, que na pesquisa é definido como latente, oculto ou que não se pode provar, incorpora uma outra realidade no cotidiano dessas pessoas e dificulta a integração, mas se pode driblar com o menosprezo, como parece fazer a maioria. Mas o estudo também revela uma outra realidade, ainda mais difícil de enfrentar: os ataques racistas violentos. Eles se referem principalmente

à perseguição policial contra homens negros, uma prática que tenta se justificar com a suspeita de que há uma rede africana de tráfico de drogas no país. No entanto, instituições como a Comissão Federal Contra o Racismo têm conhecimento de inúmeros casos de trabalhadores agredidos por policiais sem nenhuma razão: «aqui na Suíça é mui-

ção negra na Suíça é recente. Criadora da Cruz Vermelha e com uma reconhecida tradição humanitária, que atuou principalmente na África, a Suíça atrai cada vez mais africanos e africanas que chegam aqui para estudar ou trabalhar, muitos acreditando ser a Suíça, um paraíso acolhedor. Segundo o Escritório Federal de Estatística, entre 1990 e 2002, 22.676 pessoas imigraram da África para a Suíça. Hoje, 2,9% da população estrangeira são originários da África.

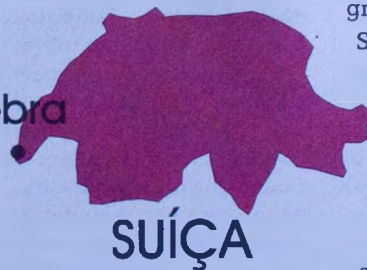
Diante desses números, a principal reivindicação que as autoras do estudo fazem ao Estado suíço é a de promover uma política de abertura ao multiculturalismo e que possibilite a integração de diferentes grupos étnicos e a aceitação recíproca dos mesmos. Segundo Carmel Fröhlicher, «o governo suíço tem muito sucesso em suas campanhas, como foi por exemplo no combate às caries em crianças. O racismo também é algo que se combate, mas nunca existiu aqui alguma iniciativa do

Estado contra o racismo ou em favor da multiculturalidade no país». Essa afirmação é complementar a outra de Gerôme Tokpa: «na Suíça, o racismo não é uma questão individual, mas sim uma questão de Estado, de governo, um problema político».

Na Suíça, o poder está nas mãos da União Democrática do Centro (UDC), um partido de extrema direita chefiado por Christopher Blocher, também chefe do Departamento Federal de Justiça e Polícia, órgão responsável pelo controle migratório. Blocher é um homem extremamente nacionalista, apegado às particularidades suíças e em suas declarações sempre culpa a imigração por todos os problemas que o país enfrenta, como o aumento dos roubos, assaltos, brigas e tráfico de drogas. A última de suas mensagens mais polêmicas foi «Vamos aos fatos: alguns grupos étnicos estão muito representados na população carcerária».

\*Jornalista brasileira residente na suíça

Genebra



SUÍÇA

to forte a idéia de que se você é negro, logo é traficante de drogas e não é só por parte da polícia. Sempre que ando nas ruas os usuários se dirigem a mim perguntando se eu tenho algo pra vender». Essas foram as palavras de Gerome Tokpa, originário da Costa do Marfim. Ele mora há dois anos na cidade de Berna, capital da Suíça, onde trabalha como geólogo.

O aumento da popula-





# Movimento social negro após o Estado Novo: um sobrevôo por algumas cidades

Joselina da Silva\*

As histórias da resistência organizada da população afro-descendente brasileira podem ser traçadas a partir das primeiras pessoas seqüestradas em África e lançadas, no que veio a ser, o Estado-nação brasileiro. No entanto, ao recontar esta saga, muitos momentos de silêncio têm sido construídos, levando ao distanciamento de uma história que pode nos orgulhar e inspirar. É com este sentido que surge esta coluna. Estaremos apresentando aqui diversos momentos formadores da organização do Movimento Social Negro, no Brasil. Esperamos, assim, incentivar a ocorrência de maiores discussões e pesquisas sobre o tema. Evitaremos seguir uma cronologia. Trataremos como um passeio e como tal, nos permitindo idas e vindas sobre um mesmo ponto, contando inclusive com sua ajuda, crítica e participação.

Dando início, gostaríamos de lembrar que grandes eventos marcaram a segunda metade dos anos quarenta e foram influen-

ciadores diretos da constituição do movimento social dos negros brasileiros. No âmbito internacional, o fim da II Guerra Mundial deixou a constatação de que o racismo não havia sido desterrado; os conflitos raciais nos EUA se acirravam e os primeiros passos eram dados por alguns países africanos rumo à independência. Diante das manifestações da sociedade civil, com o fim da ditadura varguista, as organizações negras voltaram à cena política.

Um dos grandes marcos daquela efervescência foi a Convenção Nacional do Negro, dividida em duas partes (São Paulo - 10 a 12 de novembro de 1945; Rio de Janeiro no ano seguinte). Estiveram presentes - na Convenção de São Paulo - representantes do RJ, ES, MG, SP e RS. Os encontros tinham dois objetivos principais: O primeiro era que a discriminação racial e o preconceito passassem a ser crimes previstos em lei. O segundo, que se criasse um sistema nacional de bolsas de estudos para estudantes negros nas universidades e no

ensino secundário, nas escolas públicas e privadas. Ambas preparavam uma plataforma de ação à Constituinte que se avizinhava, lançando um manifesto à nação.

O segundo acontecimento marcante para a organização do Movimento Negro brasileiro, realizado também sob a batuta do TEN (Teatro Experimental do Negro) foi a Conferência Nacional do Negro Brasileiro (de 9 a 14 de maio de 1949), no Rio de Janeiro. Entre os vários discursos emblemáticos podemos destacar o de Paul Vanorden Shaw - representante da ONU no Brasil. Vale ressaltar que sua participação, num encontro onde os direitos da população negra brasileira eram a linha condutora, contribuía para empanar internacionalmente a afirmação de um Brasil racialmente democrático. A Conferência permitiu uma vez mais o conagraçamento político das diversas forças nacionais atuantes no interior do Movimento Negro, garantindo presenças como Solano Trindade (Teatro Popular Brasileiro), Maria Nasci-

mento (que posteriormente viria a fundar o Conselho Nacional das Mulheres Negras), e o próprio Abdias do Nascimento (Teatro Experimental do Negro), que era um de seus organizadores.

O terceiro grande momento nacional de debates e discussão, foi o I Congresso do Negro Brasileiro (de 29 agosto a 4 de setembro de 1950), no Rio de Janeiro. Sua realização foi coincidente com as comemorações dos cem anos de término do tráfico negreiro para o Brasil. Uma de suas principais características foi ter criado uma sinergia entre ativistas e pesquisadores acadêmicos. Era uma atividade resultante da fala e ação protagonizadas pelos próprios agentes, vistos anteriormente como meros objetos de análise, segundo as argumentações dos promotores do conclave.

A viva participação dos movimentos negros no momento de redemocratização do país, pode ser comprovada quando nos detemos a recortar os diversos encontros de esco-

po nacional. Num período de cinco anos, diferentes avanços haviam sido conseguidos na pauta de reivindicações dos negros organizados no país. As Convenções trouxeram pela primeira vez ao debate no Brasil o tema da criminalização do racismo, que infelizmente só foi transformado em lei na Constituição de 1988. O I Congresso do Negro Brasileiro (1950) procurava interferir não apenas no quadro legal brasileiro, mas, também, nas análises teóricas que até ali se faziam. Os grandes encontros nacionais foram, portanto, fundamentais na construção e circulação de pensamentos e avaliações que contribuiriam para estruturar o Movimento Negro, aproximando discursos e ações em inúmeras regiões do país, até os dias de hoje.

*\*Pesquisadora do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Candido Mendes. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)*

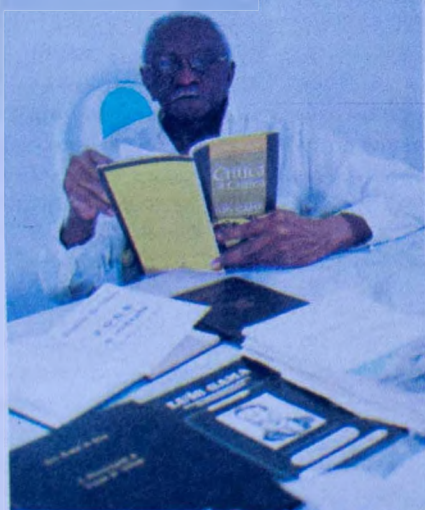




Fotos: Jorge Lima



Nos seus 89 anos de vida, o escritor Júlio Romão da Silva, concedeu entrevista ao jornal ÌROHÌN e expõe um currículo de obras e acontecimentos nos seus longos anos de luta contra a desigualdade racial no Brasil.



# Julio Romão – um sonho de liberdade

Por: Stânio de Sousa Vieira e Mairton Celestino.

**Ìrohìn** : Como o senhor analisa o percurso de vida de Júlio Romão da Silva?

**Sr. Júlio Romão da Silva** - O meu percurso de vida foi uma aventura orientada por um sonho, um sonho de liberdade e também de crescer na vida me libertando do estreito e preconceituoso mundo em que vivo. Saí de Teresina que era uma cidade pequena, em 1936, e cheia de doutores, pessoas importantes e tradicionais. Eu não tinha tradição de família. Partii de Teresina com apenas as ferramentas de marceneiro. Viajei até São Luís de carona em um trem e de São Luís para o Rio de Janeiro em um navio cargueiro, chamado Santos, que me levou no

porão na condição de retirante que ia do Nordeste fugindo da fome em busca de melhores dias. Ao chegar no Rio dormi a primeira noite num albergue da Boa Vontade, na Praça da Harmonia. Filho de pobre, sozinho, preto, sem patente, dormi com mendigos e vagabundos da pior espécie.

Ainda fui lavador de latrina em um escritório de advocacia. Um dia, porém, resolvi procurar outro meio de viver e não sei o que aconteceu de repente estava sendo jornalista. A partir daí, descobri que tinha vocação para a imprensa. Cheguei a fazer curso universitário em Comunica-

ção Social e alguns cursos de pós-graduação.

Enfim, eu não tenho muito do que me queixar porque ao invés de pedir emprego e ficar escravizado aos empregos públicos de favores, eu procurei me tornar útil. Um grande negro norte-americano dizia: "O negro vence, quando fizer melhor que ninguém aquilo que todo mundo faz." E eu procurei fazer isso.

**Ìrohìn** : O que o motivou a escrever e estudar sobre o mais conseqüente poeta satírico brasileiro, Luís Gama?

**Sr. Júlio Romão da Silva** - Eu escrevi sobre grandes negros do Brasil, Dom Silvério Pimenta, Bispo de Mariana - MG, Teodoro Sampaio - o maior tupinólogo do Brasil e um dos maiores engenheiros, um sábio negro do nosso tempo. Ainda constam de meus estudos, André Rebouças e José do Patrocínio. Em relação a Luís Gama, tenho admiração pela sua persistência em vencer. Eu fiz minha obra geral destacando as poesias abolicionistas satíricas. Nos temos que resgatar os valores negros que ficaram à margem para lutar, como Luís Gama, pela libertação de nosso povo, de nossa raça. Ele, que foi escravo, experimentou a amargura da servidão e se tornou um advogado extraordinário e colocou o talento dele como orador e profeta da República.

Como disse José do Patrocínio: "... Como é grande, Luis Gama, em comparação com esses miseráveis que só sabem entender a desgraça e forjar nos seus gestos satânicos doutrina de estigmas perpétuos."



**Ìrohìn** : O senhor em seus textos e entrevistas, sempre demonstrou preocupação com a qualidade do ensino brasileiro. Então como o senhor avalia o atual modelo de educação no Brasil?

**Sr. Júlio Romão da Silva** - Acredito que o modelo de ensino fundamental e médio deva ser repensado, enfocando no processo de ensino-aprendizagem elementos plurais da cultura brasileira.

Quando ao ensino superior, nos meus tempos de aluno da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, os professores não reprovavam ninguém, simplesmente colocavam o assunto no quadro e dizia: "... Vocês vão estudar depois, eu ensinei, agora todo mundo anote, quem não anotar o problema é seu." Infelizmente esse modelo de ensino, ainda hoje, persiste em algumas instituições de ensino superior.

**Ìrohìn** : O senhor tentou ingressar por três vezes na Academia Brasileira de Letras. Por que, embora tenha durante a sua estada no Rio de Janeiro tido funções de destaque e reconhecimento no mundo acadêmico, mesmo assim não conseguiu uma cadeira na ABL?

**Sr. Júlio Romão da Silva** - Eu abri mão por duas vezes, uma para Carlos Castelo Branco, também piauiense que estava praticamente eleito e acreditava que ele tinha mais condições naquele momento. E como piauiense resolvi apoiá-lo. Já tínhamos dois representantes do Piauí, na ABL: Odilo Costa Filho e Diolindo Couto. Na outra oportunidade, abri para o gaúcho, Carlos Nejar. Pois como tinha falecido um gaúcho, esse estado ficou sem representante e o então presidente da ABL, no qual era bem próximo, me pediu para que eu abrisse e aguardasse outra oportunidade. A terceira candidatura foi no ano de 2003, mas estava morando em Teresina e perdi as referências.

Sou muito querido na ABL, como se fosse membro. Não guardo mágoa e nem ressentimento, mas grandes amizades, e acredito que estão preparando algo para mim na ABL, espero que seja o prêmio Machado de Assis, pois já tenho uma porção de prêmios da própria ABL. Como consolo, ocupo a cadeira 31,

na Academia Piauiense de Letras, conquista acontecida por votação, em 1989.

**Ìrohìn** : O senhor participou de várias atividades políticas enquanto esteve no Rio de Janeiro. Quais dessas atividades o Sr. destaca?

**Sr. Júlio Romão da Silva** - A liderança no Movimento Municipalista Brasileiro e da Frente Igualitária Brasileira, ambos movimentos da década de 40, em que fui um dos pioneiros. Estiveram presentes nesses agitados anos da política brasileira: Luís Carlos Prestes, líder da Aliança Nacional Libertadora, os atores Abdias Nascimento e Aguinaldo Camargo; os Professores Rodrigues Alves e Pinheiro Ramos e os esquerdistas Raimundo Sousa Dantas, Solano Trindade, Aladi Custódio e eu, dentre outros.

**Ìrohìn** : Qual a sua participação político-partidária?

**Sr. Júlio Romão da Silva** - Eu retornei para Teresina a trabalho no início da década de 50, e me candidatei à Câmara Municipal. Fui eleito Vereador, mas por divergência política e interesse pessoal não assumi e retornei para o Rio de Janeiro. Ainda, cheguei a ser Deputado Estadual no Rio de Janeiro, em 1963, como primeiro suplente. Assumi o cargo, porém foi às vésperas do golpe de 64.

**Ìrohìn** : O Senhor aborda em suas explanações muito a figura de Getúlio Vargas, qual a participação durante a Era Vargas?

**Sr. Júlio Romão da Silva** - Fui contra o governo Vargas no período do Estado Novo, pois era amigo de Luís Carlos Prestes e fazia parte da esquerda, mas apoiei a volta de Getúlio Vargas no segundo governo, quando surgiu a ameaça militar. Contestei sua carta testamento e publiquei um livro sobre ele nas comemorações dos seus 100 anos, em 1983, chamado "O Legado da Morte".

**Ìrohìn** : Como o Sr. se voltou para a cultura indígena brasileira? E como o Senhor vê a realidade do índio brasileiro, hoje?

**Sr. Júlio Romão da Silva** - Através do Curso de Altos Estudos

Amazônicos, viajei para o Mato Grosso e passei estudar os índios Bororós e me apaixonei pelo assunto, além dos Bororós estudei os Aroacarbe da Amazônia e vários outros grupos.

Infelizmente, a questão indígena no Brasil encontra-se em situação deplorável, devido às constantes invasões de suas terras e ao próprio processo de aculturação.

**Ìrohìn** : Entre as suas peças teatrais qual a de maior destaque?

**Sr. Júlio Romão da Silva** - O Salmo do Protesto, que chegou até a ser filmado no México, mas não pode entrar no Brasil porque foi tida como subversiva isso no ano de 1967. Peça que era uma paródia feita dos Salmos da Bíblia para criticar os militares.

**Ìrohìn** : Como o Sr. analisa a realidade do negro nesses 117 anos de abolição da escravidão no Brasil.

**Sr. Júlio Romão da Silva** - O processo de abolição ocorreu de forma inadequada, pois era alheia à transformação social. Foi apenas uma jogada de um Império decadente na tentativa de manter o poder. Após abolirem a escravidão obrigatória surgiu a voluntária, porque sem espaço na sociedade o negro foi submetido a sub-empregos e os que não conseguiram partiram para a criminalidade. E até hoje os afrodescendentes sofrem com isso.

**Ìrohìn** : O Sr. participou de algum Movimento Negro? Quais os representantes de sua época?

**Sr. Júlio Romão da Silva** - Participei do Comitê Cultural Afro-Brasileiro, que ajudei a fundar e, por meio dele queríamos pressionar o governo da época a lutar contra o racismo. No comitê fiz parte do Teatro Experimental do Negro, período em que convivi com diversas personalidades: Abdias Nascimento, Solano Trindade e sua esposa Margarida Trindade, Édson Carneiro, Raimundo Sousa Dantas, Aladi Custódio, Guerreiro Ramos entre outros.

**Ìrohìn** : Como o Senhor analisa atualmente a militância negra?

**Sr. Júlio Romão da Silva** - Ainda necessária, pois a luta continua. As divergências fazem parte, embora atrapalhe em momentos estratégicos. Como disse Jorge Amado: "... Após a abolição todo branco pobre é negro." Percebemos que a discriminação ampliou-se, não se restringe mais apenas às pessoas negras, mas a população pobre.

**Ìrohìn** : O Senhor já sofreu atitudes racistas?

**Sr. Júlio Romão da Silva** - Confesso que tive sorte, as pessoas admiravam-se de ver um negro e pobre em centros de decisão e me tratavam bem, embora fosse, algumas vezes, por meio de atitudes paternalistas.

**Ìrohìn** : Qual o recado que o senhor manda para aqueles(as) que buscam uma vivacidade estilo Júlio Romão da Silva?

**Sr. Júlio Romão da Silva** - Gostaria de dizer três coisas: I - O negro vence, quando fizer melhor do que ninguém aquilo que todo mundo faz; II - Não se deixar vencer pelo medo ou pela falta de coragem na busca de seus objetivos; III - Não esquecer da condição de afro-descendente, para que as seqüelas da Lei Áurea sejam de todas as formas extintas.

*Júlio Romão da Silva (Teresina-PI, 22/05/1917), é escritor, jornalista, etnologista e teatrólogo. Bacharel em Letras e em História e Geografia pela Faculdade de Filosofia do Rio de Janeiro (1952). Atualmente ocupa a cadeira, 31, da Academia Piauiense de Letras. É autor dos livros: "Luís Gama e suas Poesias Satíricas". "Casa do Estudante do Brasil." Rio-São Paulo, 1954; "Vida e Obra de Teodoro Sampaio", Oficinas Gráficas do Jornal do Comércio, 1955; "Evolução do Estudo das Línguas Indígenas do Brasil" Livraria São José, 1965. No teatro escreveu várias peças: Os Escravos (1947); Zumbo Zumbu (1969); José, o Vidente ou as Videiras do Faraó (1974) - Prêmio Cláudio de Sousa da Academia Brasileira de Letras.*



# Geopolíticas do Conhecimento: construindo uma afro-epistemologia a partir da América do Sul



Monica Carrillo\*

Extraterrestres, forças sobrenaturais, elos perdidos da história. São os argumentos da cultura eurocêntrica e ocidental para explicar aqueles sistemas de conhecimento cuja elaboração ou concepção têm um nível elevado que a ciência moderna ainda não pode desentranhar. Assim acontece com as pirâmides do Egito, as cabeças de pedra com rostos de imperadores de ascendência africana na cultura olmeca do México, os sistemas de drenagem e os calendários na região andina da América do Sul.

Qual é o papel dos/das investigadores/as nessa reconstrução e reengenharia do conhecimento? É possível pensar a partir de nossa afro-descendência, sem remeter-nos à determinação do processo escravista? Existe uma cosmovisão e paradigmas dos/das afro-descendentes da diáspora que permita a (re)germinação do pensamento americano a partir desta perspectiva?

Falar de temas como epistemologia (fundamentos e métodos do conhecimento) e hermenêutica (a utilização do mesmo) dentro de contextos tão agressivamente racistas pode parecer descontextualizado para os/

as afro-descendentes que demandam soluções concretas que permitam o desenvolvimento e o rompimento com a cadeia de pobreza estrutural.

Apesar de existirem importantes estudos a partir dos/das afro-descendentes da América do Sul, ainda não existe um pensamento crítico que coloque a experiência particular dos afro-descendentes da diáspora e a determinação dos processos de mestiçagem e indigenismo nos processos de resistência, com características diferenciadas do pensamento afro-norte-americano. Isto é, um pensamento que não seja a atualização do pensamento europeu, estadunidense, senão – como assinala W. Mignolo – “a descolonização do conhecimento partindo de nossa experiência histórica”. O qual, por sua vez, não pode ter pretensões de ser universal, porque existem muitos universos que não podem reger-se nem entender-se a partir da perspectiva do nosso.

Segundo esses/as pensadores/as, as geopolíticas do conhecimento determinam que este tem mais valor dependendo de onde e por quem foi criado. Na mes-

ma linha, Max Weber aponta uma categoria nos sistemas de estruturas de poder denominada “match”. Implica que os grupos subordinados atuem determinados pela lógica e características impostas pelos dominantes, estabelecendo sua cosmovisão baseados nas definições que tem o sistema ocidental e eurocêntrico sobre desenvolvimento, civilização e cultura. Quer dizer, recordando a frase da investigadora Juderkis Espinoza, a característica do subordinado expressa o porquê de sua subordinação.

Dentro da proposta de descolonização do pensamento, Mignolo propõe três perguntas que resultam interessantes como pontos de partida para uma reflexão profunda:

1) Que tipo de conhecimento queremos/necessitamos produzir e transmitir? Para quem e para quê?

2) Que métodos/teorias são relevantes para o conhecimento que queremos/necessitamos produzir e transmitir?

3) Com que fins queremos/necessitamos produzir e transmitir tal tipo de conhecimento?

Resulta importante retomar a proposta de grandes

pensadores e investigadores como o nigeriano Cheik Anta Diop, que antes de que o mapa genético provasse que a raça negra foi a origem de todas as existentes, colocava esta teoria com achados científicos que foram ignorados pelos intelectuais europeus e/ou eurocêntricos. Além de apontar elementos sobre a presença africana na Índia, recordar-nos a africanidade do Egito e a presença negro-africana na América do Sul antes das civilizações pré-incaicas.

Esta perspectiva não propõe o afro-descendente como a exceção da regra. Transcende a proposta de introdução do étnico e intercultural como perspectiva. Estipula construir o conhecimento a partir do/da sujeito afro como parte de uma população da qual se desprende uma ancestralidade de pensamento, desenvolvimento e espiritualidade que propõe uma nova forma de relacionar-se e uma cosmovisão e maneira diferenciada de relacionar-se com o ambiente.

O processo escravista, a partir desta perspectiva, deixa capacidades e sensibilidades instaladas que permitem estabelecer uma conexão solidária com ou-

tros/as seres humanos, grupos ou povos que sofrem uma experiência de racismo e discriminação. A lógica com a qual foram construídas e desenvolvidas formas de resistência e organização se baseia em uma sabedoria que pode ser útil para que outros grupos ou povos desenvolvam os seus, não tomando o modelo afro como paradigma, mas os elementos mais importantes da base do conhecimento sobre o qual se assentaram as formas de resistência e re(criação) cultural.

Esta descolonização do conhecimento através do pensamento crítico não se constrói a partir de alguns poucos artigos e livros, senão da constante produção articulada que permita que (re)germinem aquelas matrizes e conhecimento ancestral que esperam ser despojadas da carapaça que aparenta ser uma semente fossilizada, mas que mantém os essenciais nutrientes necessários para seu desenvolvimento e florescimento.

*\*Monica Carrillo é peruana e participa do LUNDU – Centro de Estudios y Promoción Afroperuano, em Lima. Tração de Lunde Braghini Jr.*



## Mãe Hilda indicada para o Nobel da Paz

O Movimento 1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005 incluiu o nome de Mãe Hilda Jitolu na lista oficial entregue em Oslo, na Suécia, ao Comitê de Nomeações do Prêmio Nobel.

A escolha das 1000 mulheres envolveu consultas em mais de 150 países, buscando indicações de pessoas que, a exemplo de Mãe Hilda, lutam por um mundo pacífico e por um futuro mais justo. Os organizadores da iniciativa querem dar visibilidade ao imenso e valioso trabalho de mulheres de todo o mundo em favor da paz, trabalho que, muitas vezes, permanece subestimado ou mesmo ignorado.

A indicação de Mãe Hilda é um justo reconhecimento, em escala mundial, pela sua serena e iluminada liderança no importante trabalho social desenvolvido pela Associação Cultural Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê, fundada em 1974.





# Os Negros, de Genet

Por Fernanda Felisberto\*

O que é um negro? E, em primeiro lugar, de que cor é um negro? É desta maneira, provocativa que a platéia é convidada a entrar no universo do teatrólogo francês, Jean Genet, na montagem de *Os Negros*, encenada pela Cia. Black&Preto. A peça foi escrita em 1958, já esteve em cartaz em Paris, Nova York e teve uma primeira montagem brasileira, em 1989, na cidade de São Paulo, sob direção de Maurício Abudi, além de Recife e Salvador. Por todos os locais onde o espetáculo passou, sempre causou grande furor.

Em cartaz no Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), no Rio de Janeiro, desde o dia 06 de abril, a montagem atual, respeita na íntegra a única exigência de Genet: o elenco tem que ser todo negro e, desta maneira, Luiz Antonio Pillar, conseguiu acertar no tom, ao dirigir um grupo formado por treze atrizes e atores negros(os) talentosas(os), neste espetáculo.

O texto é bem denso, uma marca de Genet e do diretor Antonio Pillar, que sempre opta em explorar ao máximo as tessituras e tramas das palavras contidas em suas montagens. O texto não tem a pretensão de ser linear, nem tampouco a marca do tempo e do lugar, são elementos explícitos, ao longo do texto, o que não significa que o resultado seja comprometido, na realidade



*Os Negros* é completamente ritualístico.

O dramaturgo, Jean Genet, nasceu em Paris, em 1910 e teve uma trajetória completamente marginal, inclusive para os tempos atuais. Por conta de pequenos furtos, passou parte da infância em um reformatório, com a continuidade dos delitos foi parar na cadeia. De personalidade

polêmica, assumiu já no início da década de 50 sua homossexualidade e sua obra sempre refletiu este universo, que circulava através da solidão, do submundo do crime, da exclusão e opressão social.

O pano de fundo desta trama é o assassinato de uma mulher. O espetáculo divide o elenco em dois grupos, a corte francesa, que usa máscaras brancas e no cenário estão localizados em uma plataforma, vendo os oprimidos de cima e no outro plano, embaixo, estão homens e mulheres co-



munos, que constroem um mundo à parte da realeza, pois vivem intensamente suas próprias fantasias, entremeadas pelo julgamento de um negro traidor. E este grupo possui um papel bem interessante ao longo do espetáculo, pois funciona como uma espécie de guia para o espectador entre os dois mundos da encenação, de suas fantasias do cotidiano enquanto negras e negros, e do diálogo com a realeza. A técnica do metateatro foi bem empregada, já que atrizes e atores transitam no plano da ficção

e do real, no dilema ser e parecer.

Esta peça, para Genet, é uma "clowneria", o que no bom português se traduz literalmente por palhaçada, o que para o dramaturgo francês representa o fato de que um grupo domine o outro em função da cor da pele. O diretor Luiz Antonio Pillar considera que na verdade Genet não discute a questão racial, mas sim analisa o comportamento do ser humano frente à dominação. Para o diretor o texto tem uma dualidade interessante: por um lado, ele já está his-

toricamente ultrapassado; mas, por outro, ele guarda questões ainda não resolvidas, na sociedade brasileira, sobre a representação do racismo. De qualquer forma, na dramaturgia universal não existe um texto sobre esta questão, tão bom quanto o de Genet.

Um dos grandes desafios para esta montagem foi o de como recriar este universo em uma outra língua e outra cultura? Para isso contou com o "auxílio luxuoso" de Fátima Saadi, tradutora do texto, que começou o processo de tradução em 1985, ano em que Pillar comprou os direitos da peça. Elementos da cultura brasileira, principalmente a mistura de sons que vai do funk ao erudito, foi o tom correto, sem folclorização, que o diretor musical, Gabriel Moura, encontrou para recriar o universo de Genet com uma pitada afro-brasileira.

Mas o que significa falar de dominação de um gru-



po sobre o outro, quando o que se tem como cenário é a realidade das relações raciais no Brasil, e o que se tem diante dos olhos é uma companhia de atrizes e atores negras(os), a Cia. Black & Preto, representando a polaridade da relação de dominar e ser dominado? A atriz Iléia Ferraz, que nesta montagem é a Rainha, considera "que desta vez está mais tranqüilo" do que na primeira vez que encenou este mesmo espetáculo, em SP, no papel de Neve, "pois já se passaram 15 anos e já se tem mais reflexão sobre o negro na sociedade brasileira", mas Iléia avalia que ainda há muito espanto por parte da platéia, principalmente ao ver 13 atores negros em cena, falando um texto que não está ligado às questões das relações raciais mais freqüentes em nosso país, pois é outro lugar, outro texto, outra maneira de falar de exclusão.

E o público, como reage diante do provocativo espetáculo, realmente se instalou um mal estar na platéia branca? E a platéia ne-

gra, como reage? Segundo Pilar, há uma surpresa muito grande do público branco pela qualidade do trabalho e a franqueza do discurso, já o público negro é um misto de orgulho, com sentimento de vingança, mas existem pessoas que abandonam o espetáculo na metade, não são muitas, mas já aconteceu, e o interessante é que são sempre casais inter-étnicos, avaliou o diretor.

Para o sociólogo Márcio André, o espetáculo é bem pensado, do ponto de vista da dramaticidade, e é inquietante, já que vários questionamentos sobre as relações raciais são levantados, mas ele esperava uma inquietação maior do público branco, que não foi possível perceber com as reações instantâneas ao espetáculo, pois para ele, enquanto negro, "a peça transmitiu perfeitamente a idéia de inferioridade e subalternidade com que querem eternizar a dominação", mas faltou uma provocação mais venenosa, queria que a platéia bran-

ca saísse incomodada com alguma coisa.

A professora Andréia Carvalho gostou do espetáculo, achou um texto muito difícil, que se errasse no tom estragaria tudo, mas considera que foi corajoso fazer. Quando a questioneei sobre qual a sua opinião, como uma espectadora branca, ela considera que é um espetáculo que a pessoa sai um pouco tocada, o texto é difícil.

Para Viviane de Jesus é uma montagem interessante, em certos momentos um pouco confusa, ela não considera que o público branco tenha ficado constrangido, mas talvez seja porque não é um espetáculo contextualizado na nossa época, a peça é muito densa, "em alguns momentos eu me senti um pouco cansada, mas é uma perspectiva diferente, por exemplo comparando com o Cabaré da Raça, do Bando de Teatro Olodum, que traz a problemática diária vivida por todos nós, negras e negros, mas neste caso, a corte francesa, a questão do

negro, sem hábitos grosseiros e rudes, como sempre insistem em nos representar, é um outro olhar, acho que valeria ver de novo".

O que está em jogo, ou melhor, encenado em *Os Negros*, é definitivamente abuso de poder, independente do propósito inicial de Genet. É impossível para nós, negras e negros brasileiros(os), não digerirmos este espetáculo desta maneira, já que as restrições impostas a nós são diariamente renovadas, cristalizando possíveis lugares (des)autorizados para a permanência da população negra em nosso país. Luiz Antonio Pilar foi audacioso, ao transcender as questões sociais e políticas, contextualizadas por Genet, e conseguir que a platéia carioca, traduzisse para seu cotidiano as questões levantadas na montagem.

Existe outro mérito desta peça, que transcende o momento do espetáculo: são as belas atuações de um corpo de atrizes e atores, quase sempre subaproveitados nos grandes veícu-

los de comunicação do país, todos estão de parabéns, mas destaco as belíssimas Iléia Ferraz, como Rainha, Maria Ceixa, como Felicidade, além dos desempenhos magistrais de Maurício Gonçalves, Romeu Evaristo, Sérgio Menezes. Para quem quiser conferir, ainda dá tempo, "Os Negros" fica em cartaz até o dia 26 de junho.

### Os Negros

Elenco: *Adri Anunção, Deuclides Gouveia, Iléia Ferraz, Jorge Lucas, José Araújo, Lincoln Oliveira, Maria Ceixa, Maurício Gonçalves, Nívea Helen, Patrícia Costa, Romeu Evaristo, Sarito Rodrigues, Sergio Menezes.*

Direção: *Luiz Antonio Pilar*

No CCBB Rio - De quarta a domingo, às 19h - Ingressos: R\$10 - Classificação etária: 16 anos - Rua Primeiro de Março 66. Centro - Tel.: (21) 3808-2020

\*Doutoranda em Antropologia na PUC/SP e coordena o *Afirma Publicações.*

## Hamlet Sincretico

Estréia em 20 de maio HAMLET SINCRÉTICO, criação coletiva inspirada no clássico de William Shakespeare, segundo espetáculo do grupo CAIXA-PRETA, formado por artistas negros. O trabalho reelabora o clássico a partir de uma estética negra, onde os elementos componentes da cultura afro-brasileira servem de metáfora para contar a história.

HAMLET SINCRÉTICO é uma montagem para espaço alternativo, realizado em um pavilhão amplo do Hospital Psiquiátrico São Pedro, onde as cenas acontecem simultaneamente. A simultanei-

dade de planos diversos permite uma construção da encenação tanto na horizontalidade quanto na verticalidade, fazendo referência ao palco elizabetano de forma estilizada.

Os personagens são encarnações de tipos ou personagens da mitologia cultural negra, em especial das religiões afro-brasileiras: Hamlet, por ser aquele que busca a justiça, estará associado ao orixá Xangô, O Fantasma Hamlet, o pai assassinado, será Oxalá, Gertrudes, será uma espécie de eterna rainha do carnaval e Polônio será um ex-babalorixá que se converteu e virou um pastor evangélico, que nega sua cultu-

ra, enquanto que Cláudio será Zé Pilintra por seu caráter amoral.

São usadas referências musicais de matriz africana, executadas ao vivo, principalmente cânticos religiosos do batuque, da umbanda e seu sincretismo, sambas enredos e ladainhas de capoeira.

Onde: Hospital Psiquiátrico São Pedro, Av. Bento Gonçalves, 2460. Porto Alegre

Quando: de 20 de maio até 21 de agosto (sextas, sábados e domingos) - 21 horas

Quanto: R\$10,00

Direção: *Jessé Oliveira*

Elenco: *Vera Lopes, Marce-*

*lo de Paula, Silvio Ramão, Juliano Barros, Adriana Rodrigues, Leandro Daitx, Kadoo Guerreiro, Eder Santos, Glau Barros, Vagner Santos, Alessandro Exú Fatumbi, Rodrigo Oná Abadiaxé, Flávio Oyá Tundê*

Direção musical: *Luiz André*

Figurinos: *Adriana Rodrigues, Gil Collares*

Execução de Axós: *Cleci Oxalá Temi*

*Layó, Rosângela Ogun Pelê*

Ambientação cenográfica: *Jessé Oliveira*

Iluminação: *Miguel Tama-*



*rajó (Jacka)*

Coreografia: *Adriana Rodrigues*

Criação Gráfica: *Irene Santos*



# Les Nègres – Clownerie

Peça de teatro de Jean Genet (1910-1986)

Lourdes Teodoro\*

O autor da peça de teatro *Os Negros*, Jean Genet, é um ex-presidiário que leu muito e se tornou um homem culto. Foi amigo de filósofos, músicos e políticos. Sua obra é publicada entre 1947 e 1961, período de efervescência intelectual e política na França "pós-colonial", em que são publicados os textos-chave do Movimento da *Negritude*, de conquistas significativas nas reivindicações dos negros norte-americanos. Genet teria sido simpaticante de causas como a dos palestinos e a dos Panteras Negras, pelo menos enquanto estivesse seguro de que não obteriam êxito. O autor faz tábua rasa de valores culturais.

*Os Negros* explora os estereótipos disponíveis na cultura ocidental sobre as relações entre negros e brancos; ela foi representada pela primeira vez em Paris, em 28 de outubro de 1959. Antes de descrever o cenário desejado, o autor nos previne:

"Certa noite, um ator me pediu que escrevesse uma peça de teatro que fosse interpretada por Negros. Mas, o que é um negro? E, antes de mais nada, é de que

cor?" Então Genet, continua: "Esta peça, eu o repito, escrita por um branco, é destinada a um público de brancos. Mas, se por ser improvável, ela fosse representada uma noite diante de um público de negros, seria preciso que, a cada apresentação, um branco fosse convidado – homem ou mulher. O organizador do espetáculo irá recebê-lo solenemente, fará com que vista uma roupa de cerimônia e o conduzirá ao seu lugar, de preferência no centro da primeira fila de poltronas da orquestra. A peça será representada para ele. Durante todo o espetáculo um projetor será mantido sobre esse branco simbólico. E se nenhum aceitar essa representação? Que sejam distribuídas máscaras de brancos, na entrada, ao público negro. E se os negros recusarem as máscaras, que se utilize um manequim."

Quanto aos atores: na Corte, "cada ator será um negro mascarado cuja máscara é um rosto de branco, colocado de tal modo que se veja uma larga faixa negra ao redor, inclusive os cabelos crespos." Os demais personagens são os negros comuns.

A única personagem branca – descrita como tal – é a velha branca que "fedida a vinho e a urina" e que permanece no cadafalso, no patíbulo, durante a peça; ela será objeto das réplicas libidinosas, de ódio, de inveja de ternura pela beleza da mulher branca e sua pureza celestial.

O que há de magistral na peça de Jean Genet, como é freqüente no teatro do absurdo, é a própria estrutura da peça: nesse longo ato que dura facilmente mais de uma hora, a noção de limite fica por conta do ritmo das falas, alternância de interlocutores, movimentação cênica, iluminação, música, são os recursos com os quais o autor define a duração do espetáculo.

Nada do que é dito de negativo sobre os negros nessa peça é original, no texto de Jean Genet. Tampouco o grotesco que caracteriza várias situações é original. O que muda é o sentido dado às mesmas idéias, frases, palavras, o modo como são articuladas. O contexto maniqueísta branco e negro fica subvertido pelo uso de máscaras brancas em todos os atores

e com sua retirada no final. A peça cumpriria assim sua função de retirar o espectador do lugar habitual e instalá-lo numa posição de desconforto, de estranhamento, onde poderia vir a pensar.

O que marca a torção dada pelo autor a essas vivências são as fusões que ele faz entre o bem e o mal, entre o amor e o ódio, entre o simbólico e a realidade, entre o simbólico e o imaginário. Um modo de expor intimidades, indiferente ao público branco, que será objeto de várias deferências verbais ao longo da peça. E finalmente sua idéia de que todos os atores sejam atores negros, representando para um público branco, é uma faca de dois gumes tanto no estômago dos atores – negros com máscaras brancas, como em Frantz Fanon – como no público branco, que atua (graças às máscaras) e assiste ao espetáculo que lhe é dedicado, e no qual lhe é mostrado seu retrato desprezível, na pele dos atores negros, reconhecíveis na tiara de suas máscaras. Como toda palhaçada, esse teatro absurdo não



é catártico. Seu lado dionisíaco é puro deboche, seu lado nobre, apolíneo, é cinismo.

Na parte final da peça dirá Archibald, um dos atores: "Vocês deram provas de muita coragem e isso era necessário. Ainda não chegou o tempo de apresentarmos espetáculos sobre nobres questões. Mas talvez se desconfie do que essa arquitetura de vazio e de palavras poderia dissimular. Nós somos o que queremos que sejamos, nós o seremos portanto até a última gota, de modo absurdo. Reponham suas máscaras para sair, e que elas sejam reconduzidas aos Infernos". O último gesto é a reconciliação amorosa entre Village et Vertu.

\* Doutora em Literatura Comparada, professora aposentada do Instituto de Artes da UnB.



## Receba o Irohìn em casa!

Peça sua assinatura gratuita.

Fortaleça a divulgação da imprensa negra.

Envie seu pedido para a Caixa Postal 04372 / CEP 70904-970 Brasília-DF

Ou para [irohin@terra.com.br](mailto:irohin@terra.com.br)





# Fernando Conceição discute jornalismo no Brasil e nos EUA

*Obra sobre a abordagem jornalística da questão racial no Brasil e nos EUA traz as marcas de um autor polêmico e acochado por sua militância anti-racista. Publicação de tese defendida na USP é uma vitória de Fernando Conceição*

Lunde Braghini\*

Há cerca de dez anos, no contexto da realização da Marcha Zumbi 300 Anos, o jornal Correio Braziliense repetiu a experiência feita por uma revista norte-americana: escalou dois repórteres, um negro e um branco, para aferir se receberiam tratamento diferenciado, quando adentrassem ou circulassem em restaurantes, repartições públicas, etc. No final, ficava no ar, para o leitor, um cheiro de frustração quanto à tentativa falhada de "prova jornalística" da existência de racismo no Brasil. Afinal, os dois jornalistas tinham sentido pouca diferença, embora alguma, na forma como foram tratados.

No entanto, quanto coisa teria vindo à tona, se se tivesse feito outro exercício de levantamento de informação, ou de "apuração", como se diz no jornalismo! Diferentes formas de se levantar informação são como "redes de pescar", de que os jornalistas dispõem para fischer seus peixes. A própria história de vida de ambos os repórteres, o negro e o branco, se ouvida e comparada com atenção, teria ajudado a perscrutar o diferente grau de atrito social que experi-

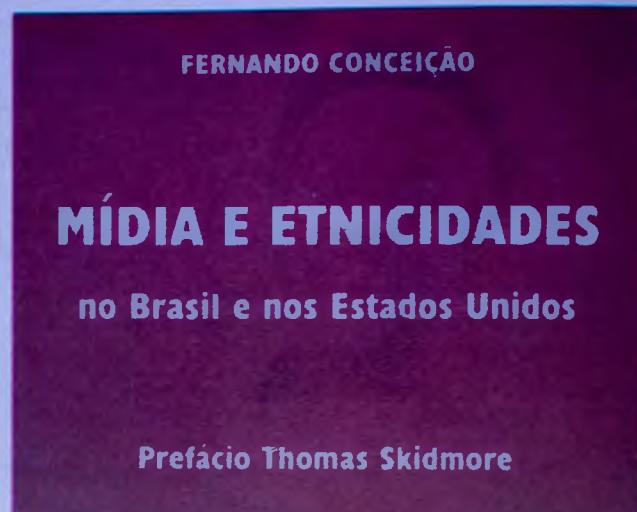
menta uma pessoa negra, cujos atributos de aparência – seja a tonalidade da pele, a textura do cabelo, a cor dos olhos ou o formato do nariz e dos lábios – são valorizados e hierarquizados negativamente ao longo de sua vida.

É no plano da deontologia jornalística, ou seja, do conjunto de técnicas e procedimentos de apuração e redação jornalísticas, que Fernando Conceição propôs-se a comparar a cobertura dada pela Folha, em 1995, aos 300 anos da morte de Zumbi, e a cobertura do New York Times, naquele mesmo ano, aos 30 anos da morte de Malcolm X. Com *Mídia e Etnicidades no Brasil e nos Estados Unidos*, Conceição agrega mais um título a uma produção intelectual que, de longa data, desde o livro-reportagem *Cala a boca, Calabar*, habilita-o a questionar seriamente as especificidades da prática jornalística no contexto de uma das sociedades mais racialmente desiguais do mundo, como a brasileira.

Para Fernando Conceição, no caso dos EUA, a cobertura da questão racial, feita pela grande mídia, já

a assimilou e a "rotinizou" como tema; explorando procedimentos que os brasileiros podem, com critério, aproveitar. O "Projeto Folha, Zumbi 300" teria correspondido a uma satisfatória tentativa brasileira, no nível da grande imprensa, de romper com o padrão da cobertura avulsa e racista. No entanto, no que diz respeito à eliminação do racismo, nem nos Estados Unidos e nem no Brasil a questão racial tem progredido idealmente. Resta dizer que o livro, prefaciado por Thomas Skidmore, resulta de tese de doutorado defendida por Fernando Conceição na USP, o que explica (paradoxalmente...) muito do que tem de "fratura" e insuficiente.

Há uma diferença entre o que Conceição "diz" que o Projeto Folha foi e o que realmente "mostra" sobre o mesmo. Com isso, ele parece exagerar o papel efetivo da Folha, dando como efeito da atuação do jornal, méritos que são da conjuntura política criada pelo Movimento Negro. Talvez tenham lhe faltado tempo e tranquilidade para realmente tentar provar seu argumento. Líder negro e



ativista, Conceição sacudiu o ambiente da USP, desde a década de 90, o que o levou, inclusive, a ser preso, por orientação e com a conivência da própria universidade. Em clima adverso e hostil, conseguiu doutorar-se meritoriamente, com este trabalho, no qual inevitavelmente sobrevivem marcas da pressão vária.

Autor e tema qualificam o livro para qualquer bibliografia de Jornalismo Contemporâneo ou de Jornalismo Comparado, disciplinas oferecidas, com alguma variação de nome, em todos os cursos de graduação em jornalismo. Se interesse pedagógico das faculdades houvesse nisso, é claro. Porém, fica a impressão de que o destino do livro é outro.

Fernando Conceição parece ter em mira a polêmica com o público es-

tadunidense, numa eventual tradução de sua obra. Por isso, segundo nos parece, acentua diferenças entre Brasil (paradigma da "mistura racial") e EUA (modelo de "separatismo racial"), mesmo ao preço de retomar desgastados argumentos sobre o valor positivo da "miscigenação" brasileira, materializada em uniões interracialiais; e de repisar uma injusta acusação de que setores do Movimento Negro importam dos EUA uma metodologia dicotômica de percepção da questão racial, distanciada da realidade brasileira.

Ficha técnica: *Mídia e Etnicidades no Brasil e nos Estados Unidos*. 241 págs. Autor: Fernando Conceição. São Paulo: Livro Pronto, 2005

\*Jornalista (DF)





# Rami: uma mulher em busca de si mesma.

Cidinha da Silva\*

"Era uma vez uma princesa. Nasceu da nobreza mas tinha o coração de pobreza. As mulheres sempre se impôs a obrigação de obedecer aos homens. É a natureza. Esta princesa desobedeceu ao pai e ao marido e só fazia o que queria. Quando o marido repreendia ela respondia. Quando lhe espancava, retribuía. Quando cozinhava galinha, comia moelas e comia coxas, servia ao marido o que lhe apetecia. Quando a primeira filha fez um ano, o marido disse: vamos desmamar a menina e fazer outro filho. Ela disse que não. Queria que a filha mamasse dois anos como os rapazes, para crescer forte como ela. Recusava-se a servi-lo de joelhos e aparar-lhe os pentelhos. O marido, cansado da insubmissão, apelou à justiça do rei, pai dela. O rei, magoado, ordenou ao dragão para lhe dar um castigo. Num dia de trovão, o dragão levou-a para o céu e a estampou na lua, para dar um exemplo de castigo ao mundo inteiro. Quando a lua cresce e incha, há uma mulher que se vê no meio da lua, de trouxa à cabeça e bebé nas costas. É Vuyazi, a princesa insubmissa estampada na lua. É a Vuyazi, estátua de sal, petrificada no alto dos céus, num inferno de gelo. É por isso que as mulheres do mundo inteiro, uma vez por mês, apodrecem o corpo em chagas e ficam impuras, choram lágrimas

mas de sangue, castigadas pela insubmissão de Vuyazi" (p.157).

Este texto apresenta e comenta trechos do livro *Niketche: uma história de poligamia*, da autora moçambicana Paulina Chiziane que, como o sobrenome sugere, é uma mulher negra africana. Pretendo discutir a história de poligamia em tela como pano de fundo para o mergulho que a protagonista faz em sua cultura e nos papéis tradicionais atribuídos à mulher, com o objetivo maior de encontrar-se e entender-se.

A narrativa de *Niketche*, nome emprestado a uma dança tradicional de amor e erotismo, típica do norte de Moçambique, aprendida pelas meninas durante os rituais de iniciação, é feita em frases curtas, com ritmo e pontuação diferentes daqueles a que nos acostumamos no português do Brasil, como se poderá perceber na grafia original dos fragmentos escolhidos. Afinal, trata-se do português de Moçambique, empregado por Paulina com a pulsação apreendida da avó, uma contadora de histórias da região de Manjacaze, sul do país.

Escolhi como epígrafe a história da princesa Vuyazi, contada no livro, porque ela é uma síntese das culpas, sobrecargas e punições impostas àquela insurgente mulher do mundo mítico e àquelas do mundo real, ins-

piradas pela luz que Vuyazi emana da lua. Mulheres que menstruam e são tratadas como impuras em diferentes contextos, talvez num esforço dos homens de fugir da força feminina, aumentada nesse período. Para ajudar nossa compreensão contemporânea há o poema da "lua que menstrua", de Elisa Lucinda. Imagine uma cachoeira às avessas?! A menstruação é só a barriga que não cresceu para explodir humanidades, não tem nada de impuro ou apodrecido.

*Niketche* narra os infortúnios e a virada de mesa de cinco mulheres negras casadas com Tony, um comandante da polícia de Moçambique que assim as apresenta, começando pela mais nova:

*A Mauá é meu franquinho – diz – passou por uma escola de amor, ela é uma doçura. A Saly é boa de cozinha. Por vezes acordo de madrugada com saudades dos petiscos dela. Mas também é boa de briga, o que é bom para relaxar os meus nervos. Nos dias em que o trabalho corre mal e tenho vontade de gritar, procuro-a só para discutir. Discutimos. E dou gritos bons para oxigenar os pulmões e libertar a tensão. A Lu é boa de corpo e enfeita-se com arte. Irradia um magnetismo tal que dá gosto andar com ela pela estrada fora. Faz-me bem a sua companhia. A Ju é meu monumento de erro*

*e perdão. É a mulher a quem mais enganei. Prometi casamento, desviei-lhe o curso da vida, enchi-a de filhos. Era boa estudante e tinha grandes horizontes. É a mais bonita de todas vocês, podia ter feito um grande casamento. Da Rami? Nem vou comentar. É a minha primeira dama. Nela me afirmei como homem perante o mundo. Ela é minha mãe, minha rainha, meu âmagô, meu alicerce* (p.139).

A poligamia é vista pelos olhares de várias mulheres ao longo do livro e se apresenta mais complexa do que a singeleza dessa prática afetivo-econômico-política, defendida por Hamadou Hampâté Bâ, em *Amkoullel, o Menino Fula* (Casa das Áfricas, 2003). Nesta obra, Kadidja, mãe de Amkoullel é uma mulher destemida, exerce grande liderança em sua comunidade, tem exímias habilidades comerciais e é o grande e primeiro amor de Tidjani, herói da história, um ser quase mítico vivendo entre os humanos. Kadidja, dentre seus inúmeros predicados, organiza a família extensa, aconselha as esposas mais novas de Tidjani, cuida da sogra, carregando-a nas costas, literalmente, aquela que na cultura tradicional tornou-se sua mãe. Tudo é harmonioso como o céu ocidental, não existe ciúme, raiva, ressentimento, desprezo, privilégio, inveja, tudo asséptico.

Hamadou, um homem muçulmano, nos oferece uma visão masculina sobre a poligamia de seu pai e de seu tempo.

No texto de Paulina, por sua vez, a poligamia vista pelas mulheres tem calma, acomodação, praticidade, partilha, mas também tem tempestades, tentativas de envenenamento do marido, etc. Vejamos, por exemplo, Luísa, a terceira esposa que, ao justificar a Rami o porquê de aceitar o Tony, explica: "há homens em quantidade suficiente, homens com poder e dinheiro é que são poucos" (p.56). Antes desta conclusão, alerta: Eu venho de longe, minha senhora, sou da Zambésia(...) Venho de uma terra onde os homens emigram e não voltam mais. Na minha aldeia natal só há velhos e crianças. Tenho oito irmãos, cada um com o seu pai. A minha mãe nunca conseguiu um marido só para ela. Do meu pai apenas ouvi falar. Desde cedo aprendi que homem é pão, é hóstia, fogueira no meio de fêmea morrendo de frio. Na minha aldeia, poligamia é o mesmo que partilhar recursos escassos, pois deixar outras mulheres sem cobertura é crime que nem deus perdoa (p.55). Rami, por sua vez, filosofa: *este é o discurso típico das mulheres da minha terra, onde o homem é rei, senhor da vida e do mundo. Um mundo onde a mulher é couro. Couro de touro macio e muito bem curtido. Um mun-*



do onde a mulher é gêmea do tambor, pois ambas soltam acordes espirituais, quando aquecidas e matraqueadas por mãos vigorosas e rústicas (p.55).

Mas não posso esconder que meu golpe de vista preferido é o da tia Maria, familiar materna de Rami. Ela nos conta que fora a vigésima quinta esposa de um rei, prometida a ele antes do próprio nascimento, como forma de quitar uma dívida contraída pelo pai. Aos dez anos tornou-se esposa do monarca, mais uma peça para robustecer a imagem viril deste. Entretanto, o mês, como é sabido no ocidente, tem 30 dias, logo, o rei, por dedução lógica, tinha pouco tempo para cada esposa, mais ou menos um dia por mês para cada uma delas. Eram muitas mulheres, hormônios e demandas, em síntese, muita areia pra um caminhãozinho subindo a serra da boa esperança. E, como naquela sociedade, em se tratando de marido, nada se retinha, tudo se partilhava, quem entrava em ação para solucionar as previsíveis dificuldades do rei? O Ricardão, ué! Corrigindo, os "assistentes conjugais" e "reprodutores" como eram chamados à época. Mas, meus amigos, não se desesperem, tudo era "bem família", os escolhidos tinham o consentimento do rei para oferecer às suas esposas o que ele não podia dar. E, minhas amigas, sabiam que os moços eram recrutados entre os homens mais belos, robustos e inteligentes do reino e, para arrematar, uma vez utilizados os serviços de um dos garbosos rapazes, devidamente credenciados, não se voltava mais para o leito real.

Minha heroína, tia Maria, segue surpreendendo. Mesmo tendo vivido tempos de glória e opulência, pois, era a esposa caçula, amada e invejada, a quem o rei-

vovô visitava quantas vezes queria e ainda assim nenhuma outra esposa reclamava, teve o coração arrebatado por um guarda palaciano, que lhe revelaria surpresas depois do casamento, ouçamos:

*Abandonei a casa real com a morte do rei, casei-me com o Marcos, pai das meninas, que me deixou e partiu pelas estradas do mundo. Carregou sacos, dormiu no cais, foi escória, finalmente toupeira nos subterrâneos do ouro, na África do Sul. Ficou com os pulmões dourados de tanto pó, que transformou saliva em sangue. Os médicos disseram: é silicose. Foi deportado. Não tinha lar nem pão. Só tinha estas minhas duas filhas que o Tomás ajudou a criar. O Tomás recolheu o Marcos por caridade. Irmanaram-se como gêmeos. Agora não há um sem o outro.*

*Rami pergunta: Mas e depois? Como é a relação?*

*Que relação, menina? De que estás tu a falar?*

*Tia, ouvi por aí coisas estranhas.*

*Quais?*

*Ah, tia, sabe bem de que estou a falar.*

*Também ouvi dizer. O Marcos, esse devasso, tem a fama de gostar de outros homens.*

*Mas...!*

*Filha, não falemos mais nesse assunto. Aos olhos do mundo eu é que sou a sem-vergonha, com dois maridos na mesma cama.*



*— E a tia não reage?*

*— Para quê? Deixa lá o mundo falar! (p.74-75)*

Sábida tia Maria, corajosa Paulina. Diversos autores tratam a homossexualidade em África, quando o fazem, de pelo menos quatro maneiras: 1 - seria uma invenção nefasta do Ocidente, levada para lá pelos brancos; 2 - seria uma doença ou "sem-vergonhice" para tratar com paus, pedras e leis punitivas, como no caso do Zimbábue ou, 3 - em uma visão mais tradicional, os gays seriam frutos de certos tipos de família, nas quais as mulheres predominam e não há referências masculinas, por isso eles ficariam parecidos com as irmãs, ou ainda, 4 - seriam seres iluminados, cuja sexualidade deveria ser sacrificada para se dedicarem a cuidar da magia e da harmonia das relações em comunidade, como manifesto na compreensão do povo dagara. Há estatísticas que se repetem mostrando que pouco menos de 10% da população

mundial têm preferências homossexuais, em diferentes culturas, países e religiões (Super Interessante, edição 202, julho de 2004). Ora, não há evidências de que esses números sejam inválidos pra África, pro Islã, pro Talibã, pro Iraque de Sadan ou dos estadunidenses, pros Curdos e pra terra dos Aiatolás. Ou seja, em todo lugar tem. É como flor: só varia o tipo, a forma, o jeito de crescer e se manifestar. Paulina inovou. Só falta falar algo sobre as mulheres que amam mulhe-

res em África, talvez já o tenha feito e não sei. Só li o Niketche até o momento.

Entretanto, conversas leves, como esta com a tia Maria, são raras. Na maior parte do livro Rami se sente "encerrada em solidão mortal". Sozinha em seu quarto ela reclama:

*Desperto na vã esperança de receber uma mão cheia de carinho, mas o sol deixou-me e partiu (...) Sou uma mulher derrotada, tenho as asas quebradas. Derrotada? Não. Nunca combati. Depois as armas muito antes de as empunhar. Sempre me entreguei nas mãos da vida. Do destino. Nunca mexi nenhum dedo para que as coisas corresse de acordo com os meus desejos. Mas será que algum dia tive desejos? A minha vida é um rio morto (...) No meu rio os antepassados não dançam batuques nas noites de lua. Sou um rio sem alma, não sei se a perdi, nem se alguma vez tive uma (p.18).* Desesperada, Rami busca feiticeiros, feiticeiras, uma

professora de táticas e técnicas afetivo-sexuais, autointitulada "conselheira do amor". Esta, sabiamente, lhe diz: *Minha amiga, se o amor tivesse preço, garantto-te que cada um de nós comprava em quantidade, para usar e para guardar no celeiro (p.34).*

Conselheira e aconselhada então, em sua reflexão sobre o amor e o lugar da mulher nas estórias de amor, descrevem os hábitos de norte a sul de Moçambique que, mesmo sendo regiões culturalmente diferentes, encarceram a mulher em mitos de inferioridade:

*(...) Falámos dos tabus da menstruação que impedem a mulher de aproximar-se da vida pública de norte a sul. Dos tabus do ovo, que não pode ser comido por mulheres, para não terem filhos carecas e não se comportarem como galinhas poedeiras na hora do parto. Dos mitos que aproximam as meninas do trabalho doméstico e afastam os homens do pilão, do fogo e da cozinha para não apanharem doenças sexuais, como esterilidade e impotência. Dos hábitos alimentares que obrigam as mulheres a servir aos maridos os melhores nacos de carne, ficando para elas os ossos, as patas, as asas e o pescoço. Que culpam as mulheres de todos os infortúnios da natureza. Quando não chove, a culpa é delas. Quando há cheias, a culpa é delas que sentaram no pilão, que abortaram às escondidas, que comeram o ovo e as moelas, que entraram nos campos nos momentos de impureza (p.36).*

Outra lição importante, dada pela conselheira com o objetivo de que Rami se acostumassem à inevitabilidade da poligamia naquela sociedade tradicional foi a que definia o amor como uma área de partilhas:

*Em algumas regiões do*



norte de Moçambique, o amor é feito de partilhas. Partilha-se mulher com o amigo, como o visitante nobre, com o irmão de circuncisão. Esposa é água que se serve ao caminhante, ao visitante. A relação de amor é uma pegada na areia do mar que as ondas apagam. Mas deixa marcas. Uma só família pode ser um mosaico de cores e raças de acordo com o tipo de visitas que a família tem porque mulher é fertilidade. É por isso que em muitas regiões os filhos recebem o apelido (sobrenome) da mãe. Na reprodução humana só a mãe é certa. No sul, a situação é bem outra. Só se entrega a mulher ao irmão de sangue ou de circuncisão quando o homem é estéril. Assim, variam a forma e a frequência, mas tanto no norte como no sul, a mulher é um objeto que se oferta, empresta, partilha, concede e, nos dias de hoje, especialmente, se deposita o HIV.

É particularmente interessante a tradição da

moela. Quer no sul, quer no norte do país, as mulheres comem as patas, as asas e o pescoço, aos homens se destinam a coxa e a moela, consideradas as melhores partes. A moela gera conflitos conjugais que podem terminar em violência, divórcio ou até morte, como no caso da tia materna mais velha de Rami, que morreu antes dela nascer. O que importa é que a mulher sempre leva a pior quando se trata da moela. Conta-nos a mãe de Rami:

*Era domingo e a minha irmã preparou o jantar. Era galinha. Preparou a moela cuidadosamente e guardou numa tigela. Veio o gato e comeu. O marido regressou e perguntou: a moela? Ela explicou. Foi inútil. O homem sentiu-se desrespeitado e espancou-a selvaticamente. Volta para a casa de tua mãe para ser reeducada, disse ele. Já! Ela estava tão agoniada que perdeu a noção do perigo e meteu-se em marcha na calada da noite. Eram cerca de dez*

*quilómetros até chegar ao lar paterno. Caiu nas garras do leopardo nas savanas distantes. Morreu na flor da idade por causa de uma imbecilidade. Morreu ela e ficou o gato.*

Bem, caríssimos e caríssimas, o texto já vai longe e meu editor, Edson Cardoso, talvez nem o publique, tão grande ficou, além de atrasado na entrega. Mas há ainda tanto a falar sobre o livro: a volta por cima dada pelas cinco esposas ao começar a trabalhar; a suposta morte do Tony utilizada pela família dele para espoliar os bens de Rami; a cerimônia do kutchinga, na qual se "inaugura" a viúva mais velha na nova vida, oito dias após o sepultamento do falecido, ou, traduzindo, a primeira relação sexual que a viúva terá com seu novo dono, um dos irmãos do morto, previamente definido pela família do homem; duas amantes mulatas mantidas pelo Tony; uma delas desvenda o mistério da morte que não hou-

ve; o desfecho de cada uma das cinco esposas, que não vou contar. Até porque, vocês precisam comprar o livro da Paulina. Corram às boas casas do ramo, sugiro duas: a livraria itinerante do conhecido livreiro Papa-léguas e a "Sobá, Livros e CDs". Querira, ainda, transcrever um último trecho-aperitivo:

*Nós, mulheres, fazemos existir, mas não existimos. Fazemos viver, mas não vivemos. Fazemos nascer, mas não nascemos. Há dias conheci uma mulher da Zambésia, tem cinco filhos, já crescidos. O primeiro, um mulato esbelto, é dos portugueses que a violaram durante a guerra colonial. O segundo, um preto, elegante e forte como um guerreiro, é fruto de outra violação dos guerrilheiros de libertação da mesma guerra colonial. O terceiro, outro mulato, mimoso como um gato, é dos comandos rodesianos brancos, que arrasaram esta terra para aniquilar as bases dos guerrilheiros do*

*Zimbabwe. O quarto é dos rebeldes que fizeram a guerra civil no interior do país. A primeira e a segunda vez foi violada, mas à terceira e à quarta entregou-se de livre vontade, porque se sentia especializada em violação sexual. O quinto é de um homem com quem se deitou por amor pela primeira vez. Essa mulher carregou a história de todas as guerras do país num só ventre. Mas ela canta e ri. Conta a sua história a qualquer um que passa, de lágrimas nos olhos e sorriso nos lábios e declara: Os meus quatro filhos sem pai nem apelido são filhos dos deuses do fogo, filhos da história, nascidos pelo poder dos braços armados com metralhadoras. A minha felicidade foi ter gerado só homens, diz ela, nenhum deles conhecerá a dor da violação sexual (p.279).*

Boa leitura!

\*Diretora do Instituto Kuanza, líder AVINA. [instituto.kuanza@uol.com.br](mailto:instituto.kuanza@uol.com.br)

## Uma lua sempre minguante

Com a nova família negra da telenovela brasileira de *A lua me disse*, Miguel Falabela e Maria Carmem Barbosa estão dizendo mais uma vez que só por meio de estereótipos desgastados poderemos nos ver na TV. Não resolvido o problema quantitativo apontado por Ivo Meireles na música "Tá faltando preto na televisão", as cenas que envolvem os membros da família "da Mata" e o personagem Meia-Noite querem confirmar a idéia de que o racismo e a discriminação racial são problemas das pessoas negras. Num ato de contorcionismo argumentativo extremo, não há uma cena sequer em que o desprezo racial parta de uma pessoa branca contra uma negra. Sobre isso, Falabela argumenta que está tratando de um dado da realidade pouco trabalhado, o de que "os próprios negros se discriminam"... Ao contrário do que aconteceu com a novela *Pátria Minha* (1994), quando entidades de Movimento Negro entraram com uma ação judicial por conta de uma cena que desqualificava um personagem negro, dessa vez não demorou muito para que a atriz Chica Xavier, que agora é Dionísia, fosse escalada para uma cena em que, depois de dar uma bofetada no rosto de Anastácia/Latoya, personagem de Zezé Barbosa, faz um longo discurso contra a atitude da filha que várias vezes desqualifica a negritude. A mesma postura que é assumida também pela filha mais nova, Jurema/Whitney (Mary Sheila). No lugar de um conflito inter-racial, *A lua me disse* propõe o conflito intra-racial como algo definidor, o que poderia tornar ilegítima qualquer acusação de racismo. Mesmo assim, as ações apresentadas antes dessa briga são retomadas logo em seguida. Violeta (Isabel Fillardis) e Jorginho (Jorge de Sá) representam, por sua vez, os ideais de negros para uma sociedade branca. Estão em segundo plano na trama, mesmo sendo eficientes, descolados e de acordo com os padrões da "boa aparência" branca. Assim como os autores e a própria emissora, a Rede Globo, os patrocinadores da novela são também responsáveis por essa sistemática ofensa à identidade negra. São empresas de eletrodomésticos populares, produtos de higiene e beleza, de aparelhos celulares e alimentos. As mesmas para as quais a população negra brasileira repassa grande parte de suas rendas. Quando se trata da população negra, a televisão brasileira prefere acreditar no fascínio do momento minguante, sabotando a possibilidade de vivermos as fases nova, crescente e cheia.

Ana Flávia Magalhães Pinto, jornalista, ativista do EnegreSer e mestrandia em História.



**Jorge Silva**  
é designer gráfico e  
programador visual  
( Salvador-BA)

## SOLSTÍCIO

Leda Maria Martins\*

Nem sempre  
os subúrbios da noite  
foram assim tão vastos  
e os movimentos dos olhos  
assim tão tênues.

Nem sempre nem sempre  
os signos da dor  
figuraram só brumas  
e o soçobrar dos passos  
acanharam-se tanto.

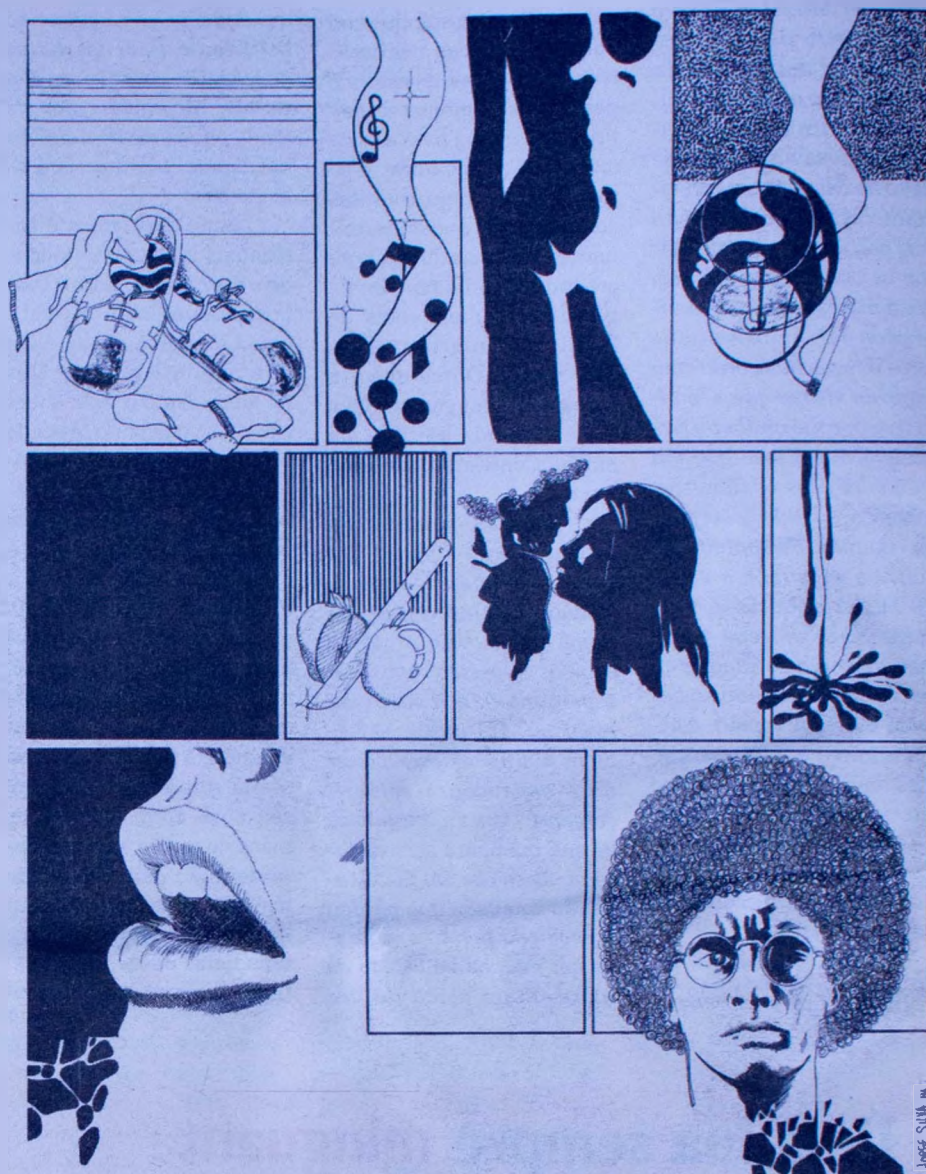
Os resíduos do verbo  
encenam os tempos da memória  
tessitura imaginária  
de estranho e familiar desejo.

Nos subúrbios da noite  
minha ilusão bordejia  
e nas franjas do real  
uma fala ébria se alucina  
e chacina as alíneas do tempo.

Toda história é sempre  
sua invenção  
qualquer memória é sempre  
um hiato no vazio.

E os subúrbios da noite  
tecem-se no intervalo dos becos  
nas relíquias e ruínas do futuro  
nos edifícios da desmemória  
que produzem sombras  
sob as luminárias.

*Leda Maria Martins é Prof<sup>a</sup>. Dra. da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Ensaísta e poeta é autora, entre outros, de "Os dias anônimos" (Ed. Sette Letras) e "Afrografias da memória" (Ed. Perspectiva/Mazza). O poema transcrito acima foi extraído do livro "Os dias anônimos".*



POESIA  
& ARTE

